

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

KELY MOREIRA CESÁRIO

**A Presença de Estudantes Cotistas Negros na
Universidade Estadual de Londrina: dez anos do sistema de cotas raciais
(2005-2014)**

Maringá
2016

KELY MOREIRA CESÁRIO

**A Presença de Estudantes Cotistas Negros na
Universidade Estadual de Londrina: dez anos do sistema de cotas raciais
(2005-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Elaboração de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marivânia Conceição Araujo

Maringá
2016

KELY MOREIRA CESÁRIO

**A Presença de Estudantes Cotistas Negros na
Universidade Estadual de Londrina: dez anos do sistema de cotas raciais
(2005-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof.^a Dr.^a Marivânia Conceição Araujo
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof.^a Dr.^a Simone Pereira da Costa Dourado
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof.^a Dr.^a Maria Nilza da Silva
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Aprovada em: 24 de agosto de 2016.

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014, *campus* da Universidade Estadual de Maringá.

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C421p Cesário, Kely Moreira.

A presença de estudantes cotistas negros na Universidade Estadual de Londrina : dez anos do sistema de cotas raciais (2005-2014) / Kely Moreira Cesário. – Maringá, 2016.
131 f. : il.

Orientador: Marivânia Conceição Araujo.

Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Políticas públicas – Teses. 2. Negros – Educação – Teses. 3. Estudantes negros – Teses. 4. Programas de ação afirmativa na educação – Teses. 5. Capital cultural – Teses. I. Araujo, Marivânia Conceição. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. III. Título.

CDU 304

Dedicatória

*Aos meus filhos, Abner e Alana,
frutos de um amor sem preconceito...*

AGRADECIMENTOS

O que começou como um sonho desde a segunda seleção para o Mestrado Profissional em Políticas Públicas em 2011, passou a fazer parte da minha vida em 2014 com o início das aulas da terceira turma do mestrado na UEM, e agora em 2016 se torna realidade, serei Mestre. Foi uma caminhada difícil dada a complexidade que é fazer um mestrado, somada a rotina diária com trabalho, filhos, família e amigos. Mas a persistência em momentos complicados, o apoio e o incentivo de muitas pessoas foram fundamentais para que chegasse ao fim de mais um ciclo da minha vida.

Primeiramente agradeço a Deus, a conclusão dessa dissertação me deu a certeza de que sozinha nada sou, Ele foi meu refúgio e meu sustento nessa caminhada.

Agradeço à minha mãe que foi essencial para que eu pudesse participar das aulas em Maringá se encarregando dos cuidados com meus filhos.

À Andreia, minha grande amiga desde os tempos da juventude, que me acolheu em seu lar juntamente com seu esposo Fernando, tornando minhas estadias em Maringá muito mais agradáveis.

À funcionária Izabel Dinis, da Pró-Reitoria de Graduação, pelo envio e disponibilidade em esclarecer a planilha com dados quantitativos da política de cotas da UEL.

Aos estudantes cotistas raciais que responderam à pesquisa com relatos que foram imprescindíveis, em especial ao Sebá, estudante de Psicologia, que me deu dicas fundamentais quanto ao uso do GoogleDocs na elaboração do questionário.

À minha irmã Daiane por me ajudar na identificação dos estudantes cotistas formados que ingressaram em programas de pós-graduação.

À Prof.^a Dr.^a Maria Nilza da Silva, coordenadora do NEAB/UEL (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros) que oportunizou meu estágio.

Aos colegas da turma do Mestrado pelo apoio, companheirismo, principalmente aos que fizeram com que as aulas ficassem mais leves e animadas.

Aos professores do programa pela dedicação e paciência para que todos chegassem à conclusão do curso e ao título de Mestre.

E finalmente, aos professores que aceitaram participar desse meu momento único, sendo minha banca de avaliação, Prof.^a Dr.^a Maria Nilza, Prof.^a Dr.^a Simone e minha orientadora Prof.^a Dr.^a Marivânia.

A Presença de Estudantes Cotistas Negros na Universidade Estadual de Londrina: dez anos do sistema de cotas raciais (2005-2014)

RESUMO

Desde 2004, diversas instituições públicas de ensino superior em todo o país adotaram a política de cotas sociais e raciais como garantia de ingresso a um setor da sociedade onde os menos favorecidos tinham acesso escasso à universidade pública. Na Universidade Estadual de Londrina (UEL), a política de cotas iniciou-se no vestibular de 2005, sendo reavaliada em 2012, quando foi alterada a questão da proporcionalidade, na qual a reserva para cotistas passou a ser em relação ao número de vagas ofertadas por curso. Uma nova avaliação, bem como a aprovação pela continuidade dessa política, será discutida em 2017. O presente trabalho propõe-se a fazer uma análise dos dados quantitativos e qualitativos do sistema de cotas raciais na UEL, durante um período de dez anos (2005-2014), de modo a conhecer e analisar o desempenho dos estudantes cotistas raciais nos 69 cursos de graduação ofertados pela UEL identificando os principais problemas enfrentados pelos mesmos na graduação, como lidam ou superaram tais problemas, como estão após a conclusão do curso e como avaliam o sistema de cotas. A análise quantitativa foi baseada nas informações fornecidas pela Pró-Reitoria de Graduação por meio de uma planilha contendo dados dos estudantes matriculados, formados e evadidos, nos três sistemas de ingresso (universal, cotas raciais e cotas de escola pública), no período de 2005 a 2014. Para os dados qualitativos foi disponibilizado um questionário com questões abertas e fechadas para dois grupos de estudantes, os ativos na graduação e os que se formaram. O estudo alinha-se ao pensamento dos sociólogos Bourdieu e Lahire, acerca do *habitus*, bem como das disposições e estratégias utilizadas pelos estudantes cotistas negros para se manterem em um curso superior, campo onde historicamente não tinham representatividade por serem socialmente vistos como incapazes.

Palavras-chave: Cotistas raciais, *habitus*, capital cultural.

The Attendance of Racial Quota Holders at the State University of Londrina: ten years of racial quota system (2005-2014)

ABSTRACT

Since 2004, various public institutions of higher education throughout the country adopted the policy of social and racial quotas as a guarantee admission to a sector of society where the poor people has little access to public universities. The State University of Londrina (UEL), quota policy began in the vestibular 2005, being re-evaluated in 2012, when the issue of proportionality has been changed, in which the reserve for racial quota holders became the number of vacancies offered per course. A new evaluation and approval for the continuation of this policy will be discussed in 2017. This work proposes to make a quantitative and qualitative data analysis from the racial quota system at UEL, over a period of ten years (2005- 2014) in order to understand and analyze the performance of racial quota students in 69 undergraduate courses offered by UEL and identifying the main problems faced by them in graduation, how they deal or overcome such problems, how they are after finishing the course and how they evaluate the quota system. Quantitative analysis was based on information provided by the Dean of Undergraduate Studies through a spreadsheet containing data of enrolled students, graduates and dropouts in the three entry systems (universal, racial quotas and public school quotas) from 2005 to 2014. For the qualitative data were provided a questionnaire with open and closed questions for two groups of students, active in undergraduate and alumni. The study aligns the sociologists' thinking of Bourdieu and Lahire, about *habitus*, and the provisions and strategies used by racial quota holders to stay on a college field where historically had no representation to be seen as socially unfit.

Key words: Racial quota holders, habitus, cultural capital.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	SISTEMA DE COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR COMO POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA: DAS DISCUSSÕES À IMPLEMENTAÇÃO.....	18
2.1	Ações Afirmativas: histórico	20
2.2	Política Pública de Ações Afirmativas: o sistema de cotas	30
2.3	O Sistema de Cotas nas Universidades Brasileiras	32
2.4	O Sistema de Cotas nas Universidades do Paraná	37
3	AS COTAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL).....	43
4	O ACESSO DO NEGRO À UNIVERSIDADE E A DIFÍCIL ESCOLHA DO CURSO SUPERIOR: UMA QUESTÃO SOCIAL	55
4.1	A Universidade Pública como Campo Social e seu Papel na Conquista do Capital Simbólico.....	56
4.2	Questões Sociais na Escolha do Curso Superior	61
4.3	A Escolha do Curso Superior na UEL (2005-2014)	63
5	A PRESENÇA DOS ESTUDANTES COTISTAS NEGROS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UEL.....	69
5.1	Metodologia da Pesquisa	69
5.2	Participantes da Pesquisa.....	71
5.3	Análise do Sistema de Cotas Raciais na UEL (2005-2014)	73
6	O SISTEMA DE COTAS SOB O OLHAR DO ESTUDANTE COTISTA RACIAL	103
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121
	ANEXO	127

1 INTRODUÇÃO

A igualdade racial é condição necessária ao desenvolvimento pleno da democracia e da cidadania no país. As políticas de inclusão social e a promoção da igualdade racial constituem uma exigência histórica e objetivo estratégico da luta secular de uma população.

A importância do princípio da igualdade ou da não discriminação perante a lei é indiscutível, porém não é suficiente para que o Estado não pratique a discriminação. Esse princípio foi por muito tempo a garantia de uma falsa liberdade, que na prática não trouxe benefícios a quem deveria ser beneficiado. Para que haja condições de todos se beneficiarem da igualdade de oportunidades, o Estado tem a obrigação de criar mecanismos para isso. Por isso é preciso tratar os desiguais de forma desigual, colocando os desfavorecidos no mesmo nível de partida dos demais.

No Brasil, o movimento negro começa a se mobilizar nos anos 1920 quando o principal problema para o desenvolvimento dos negros não se limitava apenas ao “preconceito de cor”, mas também aos próprios negros, principalmente devido à falta de uma educação formal, o que os impedia de competir no mercado de trabalho, e da desunião entre eles (GUIMARÃES, 2003a). Essa desunião (presente até hoje) é fruto de um processo histórico e da ação direta do Estado que impossibilitava e desestimulava ações que fortalecessem uma identidade negra ou ações políticas voltadas para essa população. Florestan Fernandes em seu livro “A integração do negro na sociedade de classes”, aponta o drama que o negro vivera quanto à adaptação aos moldes da sociedade de trabalho livre nos anos que sucederam à Abolição.

[...] a luta dos negros por um espaço naquela sociedade era desumana; estavam sozinhos “abandonados à própria sorte”. O Estado, por sua vez, não propôs nenhum plano de assistência que visasse à inclusão dos ex-cativos na nascente sociedade de classes. Eles precisavam competir com a quantidade de libertos existente, com o “inimigo” imigrante mais bem estruturado, contra o preconceito que decaía sobre seus ombros pela sua recente história de escravidão e, principalmente, pelo seu *habitus* (no sentido bourdieusiano), mediante a socialização, a que fora submetido (FERNANDES, 2008, p. 250).

Em 1944, no Rio de Janeiro, surgiu o Teatro Experimental do Negro (TEN), como um projeto idealizado por Abdias Nascimento (1914-2011), que se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana européia sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte.

Este projeto disponibilizou a seus membros, basicamente formado por operários, empregados domésticos, moradores de favelas sem profissão definida, cursos de alfabetização e de iniciação à cultura geral, além de noções de teatro e interpretação, mesclando aulas, debates e exercícios práticos, habilitando-os a enxergar criticamente os espaços destinados aos negros no contexto nacional. O TEN tinha grandes ambições artísticas e sociais, dentre elas, estava a exaltação/reconhecimento do legado cultural e humano do africano no Brasil. Tinha como bandeira “priorizar a valorização da personalidade e cultura específicas ao negro como caminho de combate ao racismo” (NASCIMENTO, 2004, p. 218).

Em 1945, as organizações negras passam a dar mais ênfase à existência de preconceito de cor no Brasil e apesar de combaterem esse “preconceito” com mais persistência, a mobilização política e cultural dos negros ainda se amparava na ideologia da “democracia racial”¹, que passa a ser considerada uma ilusão, um mito, a partir de 1964 com o rompimento da ordem democrática. Nos anos 1970, o alvo da mobilização pelos movimentos negros é a “discriminação racial”, o que seria o motivo de tanta desigualdade entre negros e brancos. Com a Constituição de 1988, os negros passam a ter seus direitos civis garantidos, no entanto o movimento negro quer ir mais além e a luta passa a ser por ações afirmativas ao sistema de educação superior do país (GUIMARÃES, 2003a).

A garantia desses direitos civis em pouco mudou a realidade da população negra. Para constatar essa afirmação, basta observar onde a presença de negros pode ser identificada. Não vemos negros nas universidades, na mídia, em profissões de prestígio. E qual seria o porquê disso? Seriam os negros incapazes, seria uma fatalidade, seriam consequências de que causas? Lamentavelmente, no Brasil, o acesso à riqueza social tem diferentes possibilidades e barreiras que estão condicionadas à raça – não à biológica, mas àquela que é definida nas relações sociais, que surge do reconhecimento socialmente conferido aos indivíduos, a partir de aspectos e estereótipos físicos, culturais, comportamentais, entre outros (GUIMARÃES, 2003b). E essas barreiras são enfrentadas, em maior ou menor grau, pelos pretos e pardos², ou sejam, os negros, que de acordo com os dados da PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (IBGE, 2013) representam em torno de 53% da população.

¹ A forte miscigenação na formação da sociedade brasileira seria sinal de tolerância, de relações raciais harmônicas e da ausência de rigidez hierárquica, o que possibilitou a construção da ideologia da democracia racial como expressão de um país sem problemas raciais (GUIMARÃES, 2002).

² Essa classificação foi estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para definir cor/raça da população na realização dos censos demográficos realizados no Brasil. O IBGE também estabelece que a agregação de pessoas pretas e pardas formam um grande grupo populacional, os negros, majoritário em grande parte das unidades da federação (OSORIO, 2003). Portanto, nessa dissertação, quando utilizado o termo “negros” trata-se da agregação de pretos e pardos, e quando citar “pretos/pardos” este se refere aos negros.

Em se tratando da questão racial no Brasil, desde o início dos anos 2000, houve uma grande movimentação social por mudanças, que levou a sociedade em geral a pautar esse assunto em suas discussões, principalmente no que diz respeito à educação, em especial na adoção de políticas de ações afirmativas para o acesso ao ensino superior. Essas políticas visam reconhecer e corrigir direitos sociais dos quais a população negra, historicamente, ficou excluída, e pretendem promover a inclusão e a justiça, sendo que, com isso tal população possa superar a condição de desigualdade social e econômica que lhe foi imposta. Defender os programas de ações afirmativas é se posicionar de forma contrária ao mito da democracia racial e a exclusão social³ que existem no Brasil, pois trata-se de políticas de correção de desigualdades sociais que podem, de alguma forma, efetivar os direitos civis a essa camada da população.

Essa pesquisa parte do pressuposto de que para o processo de desenvolvimento econômico e social de uma sociedade é fundamental o acesso à educação de qualidade, e o ensino superior pode ser o grande responsável por esse desenvolvimento, uma vez que é na universidade que se adquirem conhecimentos específicos que podem formar profissionais. Portanto, pode-se dizer que a valorização do negro em nossa sociedade poderá ser vivenciada quando os mesmos se tornarem profissionais em alguma área. No entanto para que isso ocorra, deve haver uma diferenciação de oportunidades na educação superior para essas pessoas.

Diante disso, as cotas raciais implementadas nas universidades federais pela Lei Federal 12.711/2012, e também as instituídas por decretos, resoluções e leis, em algumas universidades estaduais em todo o país, foram concebidas com o intuito de reverter as desigualdades pelas quais os negros passam, muitas vezes, levando em consideração apenas a cor da sua pele. Com as cotas, os negros que estudam em escola pública podem sonhar em ingressar em um curso superior, podem realizar esse sonho e podem mudar sua história. Pode-se afirmar que as cotas nas universidades são medidas de ação afirmativa que possuem grande repercussão na sociedade e poderão mudar a visão dessa sociedade em relação ao negro. Apesar de não se resumirem em si, visto que as cotas necessitam de medidas de manutenção de alunos cotistas na universidade, com apoio no transporte, alimentação, livros, entre outras

³ Exclusão social pode ser tomada em três diferentes direções: 1. exclusão de categorias de população, como população negra ou população idosa, por exemplo; 2. exclusão de grupos resultante de outros processos de exclusão como, por exemplo, grupos raciais criados em decorrência de racismo; 3. ou ainda exclusão provocada por processos outros, não diretamente vinculados, como a exclusão decorrente de processos de modernização, que provocam o desemprego e a exclusão de um grupo do mercado de trabalho. Portanto, exclusão social pode ser resultado da submissão de um indivíduo ou grupo à pobreza, mas pode também resultar de valores culturais que definem o que deve ser considerado benigno ou não. (GUIMARÃES, 2003c)

medidas, sem dúvida, representam uma grande mudança na sociedade brasileira, especialmente com a inclusão de negros em algumas profissões nas quais praticamente não possuíam representatividade.

No Paraná, as universidades que dispõem de cotas raciais são a Universidade Federal do Paraná (UFPR) desde 2004, portanto bem antes da aplicação da lei federal, e entre as sete estaduais, apenas a Universidade Estadual de Londrina (UEL), desde 2005, e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), desde 2006.

Sendo assim, tem-se dez anos de cotas raciais nas instituições de ensino superior do Paraná, realidade que proporcionou a diplomação de vários estudantes negros e negras que ousaram mudar o curso de sua história, em que estariam submetidos à exclusão social, ao subemprego, ao trabalho doméstico, e tiveram a oportunidade para que essa mudança acontecesse. A UEL, nos dez primeiros anos da política de cotas raciais (2005-2014), formou entre todos os cursos ofertados 800 estudantes, fazendo com que negros e negras se capacitassem e se tornassem médicos, engenheiros, psicólogos, dentistas, agrônomos, físicos, químicos, professores, advogados, jornalistas, enfermeiros, enfim, a instituição propiciou a inserção de negros em praticamente todas as profissões.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender e analisar a presença dos estudantes cotistas raciais que ingressaram, evadiram e se diplomaram nos cursos de graduação da UEL, no período de 2005 a 2014. Com isso, pretende-se identificar os principais problemas enfrentados na graduação, como lidaram, superaram e como estão depois de se formarem, bem como inteirar-se da opinião destes em relação ao sistema de cotas e sua possível continuidade. Os objetivos específicos são os seguintes:

- Analisar sociologicamente as dificuldades dos alunos negros relativas ao acesso à universidade, bem como a escolha do curso superior;
- Investigar as estratégias desses alunos para atender à demanda solicitada pela estrutura do campo científico;
- Contribuir para eliminar a visão estereotipada que o campo científico tende a ter em relação aos alunos cotistas negros.

A abordagem teórica terá como pressuposto a teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu (1983), alinhada ao pensamento de Lahire (2006). De acordo com Bourdieu, o *habitus* está relacionado à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. Para o autor, o *habitus* pode ser considerado como um

[...] sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU, 1983, p. 15)

Segundo Bourdieu (1983), as práticas dos agentes estão orientadas para a “aquisição de autoridade científica”, isto é, o reconhecimento de seus pares, concorrentes de sua contribuição ao campo. Trazendo essa teoria para o tema desse estudo, têm-se estudantes que se atrevem a ingressar em um campo científico no qual terão que utilizar de suas estratégias e de seu conhecimento enraizado ao longo de sua trajetória escolar, social, familiar para conseguirem ocupar um espaço dentro desse campo, que é um campo de luta constante em apropriar o capital reconhecido pelo campo científico. Para Bourdieu, os agentes ocupam um espaço dentro do campo que representa a “estrutura das relações objetivas entre os agentes” (BOURDIEU, 1997, p. 23), que condicionará o que pode ser feito dentro do campo. Assim, o sociólogo francês acredita que as estratégias dos agentes ficarão condicionadas à posição que cada um ocupa dentro do campo científico, bem como de seu capital específico.

Essas estratégias podem ficar condicionadas com a trajetória pessoal de cada agente, ao que Bourdieu denominou de *habitus* que são um conjunto de disposições associadas a uma classe particular, que nortearão as decisões e estratégias dos agentes para ingresso em determinado campo científico (BOURDIEU, 2009). O peso das estruturas herdadas no *habitus* que condiciona a ação nos leva a afirmar que Bourdieu tende a explicar a ação social mais pelo lado da estrutura do que pelo lado do indivíduo.

Temos como objeto de estudo estudantes cotistas negros que carregam um preconceito firmado ao longo dos tempos. São alunos que cursaram escolas públicas, e, portanto, tem sua capacidade, que podemos chamar de capital, inferiorizada pelos demais agentes e teoricamente não tiveram um *habitus* adequado que os levasse a uma formação superior. No entanto, com o benefício disponibilizado através das cotas raciais, esses alunos superaram as dificuldades para o ingresso na universidade e se dispuseram a ingressar no espaço social, denominado universidade, porém, mesmo com a oportunidade concedida pela política de cotas raciais, o percentual de estudantes cotistas negros na UEL, em 2014, foi de aproximadamente 5%, índice muito abaixo do previsto. Ao longo dessa pesquisa serão apontadas algumas das possíveis causas dessa situação, assim como será verificado que se tal problema se estende aos estudantes que ingressam pelo sistema universal.

Observa-se que a quantidade de negros que tentam a universidade ainda é pequena, mas ela subsiste, e que alguns estudantes, estão ousando cursos que propiciam profissões com maior prestígio social. Neste caso, o que era sonho torna-se realidade, ou seja, “fazer uma universidade”, portanto, as predisposições não aperfeiçoadas para conquista do capital cultural podem ter um novo componente incorporado, alterando o *habitus* de origem dos jovens negros.

Nesse caso, o modelo teórico de Lahire com sua “sociologia à escala individual”, pode se sustentar, pois segundo ele, o “social incorporado” nos indivíduos, ou seja, o *habitus*, não é tratado de forma igual na dimensão de uma classe, como sustenta Bourdieu, mas sim pode ser variável entre os indivíduos de uma mesma classe. Na prática, o agente agrega uma questão peculiar resultante de seu envolvimento nos diversos campos sociais no qual é inserido e pode ocupar posições, com maior ou menor poder. Assim, o *habitus* não exprime apenas a prática de sua classe, mas uma prática própria resultante do ir e vir pelos campos somados à totalidade do capital que já detém: é a exteriorização de um conhecimento incorporado, acrescido de sua prática particular.

A perspectiva que Lahire (2002) dá à escala individual nas disposições do indivíduo contribui para dar mais maleabilidade ao conceito de Bourdieu. Em se tratando de disposições, Oliveira (2013, p. 29) afirma:

A noção de disposição ou de tendência é construída pela representação social de uma força interna, que é forjada nos processos de socialização e nos esquemas de ação do passado e do presente. Esses esquemas são acionados em meio ao emaranhado de influências que o cidadão comum recebe ao longo de sua trajetória de vida. Essa força interna vem do pensamento e da ação, que sofrem interferências do contexto e das relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos.

O pensamento de Lahire, quanto à teoria do *habitus*, se define em grande parte com a sociologia de Bourdieu, embora com algumas ponderações, destacando, sobretudo para certas generalizações excessivas feitas segundo esse modelo teórico – supondo um sistema unificado de disposições, transferíveis para todos os contextos de ação. De acordo com Alves (2015), o pensamento de Lahire traz importantes contribuições à construção de uma sociologia da prática, a partir de um diálogo crítico com o pensamento de Bourdieu:

Suas contribuições se concentram, sobretudo, na análise das dimensões individuais das práticas sociais nas sociedades contemporâneas, em que os indivíduos se deparam com uma diversidade de processos socializadores e contextos sociais e mergulham num trabalho contínuo de unificação das múltiplas disposições, em torno de uma identidade coerente. Os enfoques teóricos desenvolvidos por esses autores são de fundamental importância para apreender a dinâmica das relações sociais, as

dificuldades da ação, as frustrações, crises e tensões dos indivíduos etc. (ALVES, 2015, p. 17).

Segundo Nogueira (2013, *on-line*), no que se refere ao conceito de *habitus*, Lahire argumenta que

os limites desse se revelam quando se passa do estudo de grandes categorias coletivas, como as classes sociais, para a análise do que ele chama de “o social individualizado”, ou seja, para a investigação do modo como indivíduos específicos vivenciam múltiplas e, em parte, incoerentes experiências sociais, as incorporam, e as utilizam em suas ações práticas.

Utilizando a sociologia à escala individual, representada por Lahire, o presente estudo se propõe a compreender a presença de estudantes cotistas na UEL e para tanto a metodologia combina métodos quantitativos e qualitativos. Com os dados quantitativos serão identificados os estudantes que ingressaram, se formaram e evadiram nos cursos de graduação, desde a implementação da política de cotas em 2005, até o final de 2014. Esse período, dez anos, além de comemorar uma década das cotas raciais, consubstancia dados concretos principalmente em relação aos formados, uma vez que a duração dos cursos pode ser de quatro, cinco ou seis anos, como é o caso do curso de Medicina. Para os dados qualitativos disponibilizou-se um questionário a uma parte da população acadêmica que incluiu estudantes cotistas raciais formados e ativos na graduação.

O que será observado é que o conceito de *habitus* nessa pesquisa, se atentarmos para as disposições e o desempenho dos estudantes cotistas nas diversas atuações na graduação, se reduz quando analisado somente pela teoria de Bourdieu, uma vez que esse *habitus* pode ser modificado entre os indivíduos de uma mesma classe. Setton (2002, p. 61) concebe um conceito que expressa o seguinte:

Habitus não é destino. *Habitus* é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. *Habitus* como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas. Embora controvertida, creio que a teoria do *habitus* me habilita a pensar o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo.

Assim, percebe-se que, gradativamente, os jovens negros estão conseguindo se afastar das imposições históricas da sua classe social, estão remodelando seus *habitus* e com isso conseguindo alcançar posições sociais nas quais sua população ainda é excluída. A partir da conclusão de um curso superior e posterior ingresso em uma carreira, seja profissional ou acadêmica, esses *habitus* podem ser continuamente modificados.

O presente trabalho foi idealizado a partir de questionamentos sobre o sistema de cotas raciais e o efetivo cumprimento dos objetivos propostos quando da aprovação do mesmo, que são:

- Diminuição das desigualdades entre cidadãos e grupos sociais vitimados;
- Inserção maior de negros no mercado de trabalho formal em postos qualificados;
- Estabelecimento de condições para a transformação da realidade, visando justiça e equidade social.

Para tanto, iniciamos a dissertação com um breve histórico sobre o sistema de cotas raciais no ensino superior como política de ação afirmativa no qual será apresentado onde foram iniciadas as ações afirmativas que datam do início do século XX na Índia, chegando, ainda timidamente ao Brasil. A partir daí as discussões começam a se acalorar entre os movimentos sociais, em especial o movimento negro, e a reserva de vagas para segmentos específicos da população no ingresso às universidades públicas entra em pauta. Diante disso, ainda nesse capítulo será apresentada a inserção e evolução do sistema de cotas nas universidades brasileiras, em especial nas universidades do Paraná.

No capítulo seguinte será explanado o sistema de cotas na UEL, instituição objeto dessa pesquisa, onde em 2000 inicia-se uma preocupação da comunidade universitária com o perfil dos alunos aprovados no vestibular, no entanto, a elaboração de uma proposta de cotas para a UEL é feita pelo Movimento Negro de Londrina, liderado por Dona Vilma Santos de Oliveira, e entregue à reitoria. Após várias discussões e tendo o apoio fundamental da então reitora Lygia Lumina Pupatto, a política de reserva de vagas na UEL é aprovada e regulamentada pela Resolução nº 78/2004 e entra em vigor em 2005. Desse período até 2014, o sistema de cotas passou por uma reavaliação e teve uma mudança importante em 2012 que alterou a regra da proporcionalidade da reserva de vagas, sendo estabelecido que o percentual de reserva (20% para negros), seria em relação ao número de vagas ofertadas por curso e não em relação ao número de inscritos pela cota, como era anteriormente. Essa mudança, apesar de essencial, pois aumentava consideravelmente o número de vagas para candidatos negros em todos os cursos, teve resultados frustrantes, pois se limitou a alguns cursos com maior concorrência, deixando outros cursos com procura abaixo da quantidade de vagas reservadas. No entanto, o que se levantou e é apresentado nesse capítulo, são dados que mostram que a procura, bem como o ingresso de aprovados no vestibular, são um problema generalizado na instituição, não sendo exclusivo dos estudantes que optam pelo sistema de cotas raciais.

Com o intuito de levantar questões sociais ligadas ao acesso do negro à universidade pública, bem como da escolha do curso superior, o quarto capítulo se alinha à teoria do

habitus para tentar compreender a presença de estudantes negros nos variados cursos de graduação ofertados pela UEL. Além disso, são apresentados dados quantitativos relacionados à escolha do curso, entre os anos de 2005 a 2014, e tenta-se identificar o motivo de tal escolha, seguindo o que foi respondido pelos informantes da pesquisa.

No quinto capítulo será detalhada a metodologia da pesquisa e seus participantes. Após isso, será apresentada uma análise detalhada da presença de estudantes cotistas raciais na UEL, nos dez primeiros anos após a implementação, apresentando tabelas com dados quantitativos dos estudantes inscritos, ingressantes, ativos, evadidos e formados em todos os cursos de graduação. Para uma melhor apresentação, tais cursos foram agrupados, de acordo com as grandes áreas do conhecimento, a saber: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Letras, Linguística e Artes. Serão apresentados relatos dos informantes quanto às dificuldades enfrentadas na graduação e suas estratégias para superá-las. O ingresso em programas de pós-graduação por estudantes cotistas formados também será apresentado, informando quantos e em quais programas se vincularam. Ao final deste capítulo, a fim de reafirmar os dados positivos do sistema de cotas, serão apresentados comparativos de estudantes formados, que ingressaram pelo sistema universal e pelas cotas raciais, nos cursos que mais e menos formaram estudantes na UEL, até 2014.

Por último, diante de algumas questões da pesquisa qualitativa, elaborou-se o sexto capítulo no qual será descrito o sistema de cotas raciais sob o olhar dos atores dessa política. Nesse capítulo serão relatadas situações de discriminação sofridas por esse coletivo, tanto racial, quanto institucional, pois além de negros, são cotistas. Além disso, apresentam-se opiniões dos informantes sobre o sistema de cotas, bem como sobre a sua continuidade.

2 SISTEMA DE COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR COMO POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA: DAS DISCUSSÕES À IMPLEMENTAÇÃO

Neste capítulo será apresentado um breve histórico de como as ações afirmativas surgiram pelo mundo, em especial no Brasil, com enfoque nas ações que visaram promover o acesso ao ensino superior como forma de amenizar as desigualdades sociais relacionadas aos pertencentes à população negra. O grande mérito dessa população foi ter lutado por suas causas e não ter se acomodado à espera de ações do governo. Como resposta às reivindicações, destaca-se a política de cotas, em especial as cotas nas universidades públicas, onde os menos favorecidos têm acesso escasso. Veremos que nem todas as universidades estaduais têm cotas raciais, pois em sua grande maioria são implementadas as cotas sociais ou destinadas para oriundos de escola pública. No que tange às universidades federais, a luta teve maior êxito, pois atualmente a Lei Federal 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas, garante o acesso não só dos alunos de escola pública, mas também de negros ao ensino superior, mudando a realidade de muitos deles.

Sobre a política educacional brasileira, Guimarães (2003a) aponta que um dos fatos mais marcantes, a partir de 1964, no período da ditadura militar, foi a estagnação da rede de ensino público universitário, junto com a expansão do ensino privado, o que fez com que o acesso à universidade pública pela classe média, tanto negra quanto branca, ficasse cada vez mais difícil. De acordo com dados do IBGE (1998), essa relativa negligência do Estado com a educação superior fez com que, em 1998, apenas 7,8% da população brasileira de 18 a 24 anos estivesse no ensino superior.

Mesmo com a chegada da democracia, a partir de 1985, com as administrações dos presidentes José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a situação da política educacional não teve seu quadro alterado, continuando a mesma quando da ditadura, em que o sistema de educação privada seguia em expansão, enquanto o ensino público continuava em inércia. Isso pode ser constatado, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP (BRASIL, 1999) que apontam um crescimento, no período de 1985 a 1998, de mais de 200% nas matrículas no ensino superior privado, enquanto no ensino superior público, o crescimento foi de apenas 25% nas universidades federais. Nesse período, houve uma expansão do ensino superior público com a criação de universidades estaduais e municipais, mas que não foi suficiente para uma grande mudança desse quadro.

O crescimento não atingiu apenas o ensino superior privado, mas também o ensino privado fundamental e médio que se expandiu com qualidade nos serviços, enquanto na rede pública esse ensino ficava cada vez mais precário. Com isso foi constatada uma grande dificuldade dos alunos das classes média e baixa, que em sua maioria estudavam em escolas públicas, de ingressarem nas universidades públicas, enquanto que os alunos que cursavam o ensino privado, tinham mais facilidade para tal acesso.

Foi diante disso que algumas parcelas da sociedade brasileira, principalmente a classe média negra, começaram a se mobilizar na luta para uma mudança dessa situação, na qual quem tinha mais poder aquisitivo conseguia as vagas nos cursos de maior prestígio nas universidades públicas, já que tinha dinheiro para pagar uma boa escola no ensino médio e, quem estudava na rede pública, se quisesse alguma titulação, tinha que recorrer à rede privada de ensino superior.

A luta pelo fim da negação de oportunidades aos grupos historicamente menos favorecidos afluou na sociedade brasileira que começou a se conscientizar das injustiças que ocorriam nas relações inter-raciais. A ausência de negros(as) em colocações privilegiadas no espaço social começa a incomodar aqueles que são a grande maioria da população brasileira. Para tratar essa desigualdade que se acumula há séculos no país, foi preciso uma mobilização envolvendo toda a sociedade e Estado para a superação das injustiças existentes. A respeito do assunto, Paixão (2011a, *on-line*) faz a seguinte afirmação:

Ao se falar das políticas de promoção da igualdade racial, deve-se ter em conta que esta se potencializa com um cenário de um país que consiga crescer economicamente em meio a um processo redistributivo da renda, riqueza e acesso às oportunidades. Todavia, um modelo de desenvolvimento de características progressistas inevitavelmente deverá ter como um dos seus pilares justamente a agenda (perdida) da diversidade de cor ou raça, na qual se busque uma constante melhoria no padrão de vida da população, entretanto, expressamente associado com a denodada busca em prol da redução das disparidades nas condições de vida de brancos e negros em nosso país.

Pode-se afirmar que o meio mais importante para a ascensão social é a educação. Porém a população negra e pobre tem acesso escasso ao ensino superior brasileiro. Segundo Paixão (2011b), a taxa bruta de escolaridade no ensino superior de pretos/pardos, entre 18 e 24 anos, entre os anos de 1998 a 2008, era de 3,6% e chegou a 16,4%, um percentual baixo, levando-se em consideração que pretos/pardos representam 50,7% da população brasileira, de acordo com Censo do IBGE, de 2010. Esse fato leva tal população a não conseguir bons empregos e bons salários, colocando-os em uma posição de inferioridade diante da sociedade. Segundo Charão (2011, *on-line*):

[...] hoje, os negros são maioria nos setores econômicos com as piores condições laborais – agricultura, construção civil e trabalhos domésticos – e também nas posições mais precárias, sendo a maioria entre os profissionais não remunerados e assalariados sem carteira.

Ora, se para conseguir um bom emprego é preciso ter uma boa formação, o caminho para uma boa formação é cursar uma universidade, mas o acesso à universidade fica restrito a uma pequena parcela da população, em sua maioria os brancos. Faz-se necessário enxergar essa desigualdade, considerar que a discriminação racial é uma das causas dessa desigualdade e discutir as cotas no ensino superior como uma política para corrigir e reduzir essa desigualdade.

2.1 Ações Afirmativas: histórico

Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas – aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos – em determinados empregos ou escolas. É uma companhia de seguros tomando decisões para romper com sua tradição de promover a posições executivas unicamente homens brancos. É a comissão de admissão da Universidade da Califórnia em Berkeley buscando elevar o número de negros nas classes iniciais [...]. Ações Afirmativas podem ser um programa formal e escrito, um plano envolvendo múltiplas partes e com funcionários dele encarregados, ou pode ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de uma maneira diferente (BERGMANN, 1996, p.7 *apud* MOEHLECKE, 2002, p. 199).

Historicamente temos como exemplo a Índia, o país com a mais longa experiência com políticas de ação afirmativa. As primeiras medidas foram introduzidas no início do século XX, ainda sob domínio colonial britânico, uma vez que o país era marcado por ter uma sociedade dividida em castas⁴, em praticamente todos os setores, ocupacional, educacional e marital. Nesse momento, foram reservadas vagas para membros das castas *dalit*⁵ e *adivasi*⁶ para que participassem da organização política de suas províncias, uma vez que sempre foram

⁴ Na sociedade de castas a ação dos grupos está submetida à vontade divina e a conduta está prescrita por deuses, sendo que a socialização é feita por meio da coerção religiosa com a imposição da “vontade divina”. Há, ainda, um conjunto de normas e regras sociais relacionadas à comensalidade e padrões dietéticos. Os costumes são transmitidos de geração para geração sem alterações significativas em tal transmissão, tornando a casta, grosso modo, como uma espécie de protótipo invariável (WEBER, 1974, *apud* LEMOS, 2012, p. 117).

⁵ Dentre as castas existentes, havia uma, a que era a mais desprezada, formada pelos dalit, também denominados de “intocáveis”. Os que pertenciam a esta casta eram considerados impuros, ou seja, eram os indivíduos excluídos da sociedade (OLIVEIRA, 2012, p. 12).

⁶ Os adivasis são a parcela mais desprovida da sociedade indiana, ocupando o degrau inferior na escala dos indicadores sociais. Eles estão em situação pior que os dalits. Sua voz política é insignificante ou inexistente (CHOUHDARY, 2009, p. 42).

discriminadas pela casta *brâmane*⁷. Durante a descolonização do país, por sua vez, o *Indian National Congress*, partido composto majoritariamente pelos *brâmanes*, classes médias urbanas e classes proprietárias, viu-se diante da necessidade de acenar com mudanças substantivas para minorias de modo a conquistar adesão e legitimidade. Isso possibilitou que Bhimrao Ramji Ambedkar, líder *dalit* educado na Inglaterra e Estados Unidos e um dos mais eminentes juristas da Índia, se tornasse presidente do comitê de elaboração da Constituição do país. Como ocupante do cargo, Ambedkar logrou êxito em introduzir garantias constitucionais de cotas de representação nas legislaturas provinciais e nacionais, vagas no serviço público e na educação para as *Scheduled Castes* – SCs (termo legal para os *dalits*) e *Scheduled Tribes* – STs (termo legal para os *adivasis*). Em um primeiro momento, tais políticas não suscitaram grande reação da sociedade. Entretanto, em 1990, após um longo processo político iniciado em 1970 com a instauração de uma comissão para estudar as condições de outras minorias indianas, o Estado estendeu suas políticas de tratamento preferencial nos postos do governo para as chamadas *Other Backward Classes and Castes* – OBCs, grupo heterogêneo que inclui diversas castas baixas e que perfaz 52% da população.

Diferentemente da primeira fase de implantação de políticas de ação afirmativa, a dos anos 1990 gerou uma onda de protestos por todo o país, cuja expressão mais radical foi a imolação pública de jovens *brâmanes*, além de uma infinidade de processos na Suprema Corte e conflito político agudo no parlamento. Em 2008, para desapontamento de muitos daqueles que protestaram, as OBCs conquistaram também reservas nas instituições de educação superior do país. Os grupos beneficiários das políticas de reserva, em nível nacional, somam 76% da população, mas por determinação da Suprema Corte, as cotas não podem superar o teto de 50%, cálculo no qual SCs e STs têm prioridade sobre as OBCs (GEMAA, 2011).

Na Europa, as ações afirmativas estão voltadas para a questão de gênero. Historicamente começam em 1957, com o Tratado de Roma, assinado pela Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Itália e Alemanha, no qual se estabeleceu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), e se criou diretrizes para a consecução da igualdade de oportunidades de gênero nos mercados de trabalho. Foi nesse contexto que nasceu a legislação europeia sobre a igualdade de remuneração entre trabalhadores dos sexos feminino e masculino. Assim, a partir dos anos 1970, o conceito de “cotas corretivas” incorporou-se ao arsenal de luta

⁷ A casta no alto da pirâmide social indiana era formada por sacerdotes, magos, religiosos e filósofos - as pessoas encarregadas de realizar os sacrifícios e rituais sagrados. Os brâmanes representavam a autoridade espiritual e intelectual e, segundo a mitologia hinduísta, teriam nascido da boca do deus Brahma, considerado a representação da força criadora do Universo (NAVARRO, [200?]).

feminista na Europa, contra as desigualdades e a opressão de gênero. Tal luta teve como consequência a mundialização do conceito das políticas públicas de ação afirmativa e, particularmente, do mecanismo de cotas como um dos seus principais instrumentos. Nos anos 1990, a Comunidade Europeia incorporou o conceito de “paridade representativa” das mulheres nos postos de comando da sociedade através do mecanismo das cotas. Em junho de 2000, a França converteu-se no primeiro país europeu a promulgar uma lei pela qual se estabelece a obrigatoriedade para os partidos políticos de respeitar uma cota de 50% nas candidaturas femininas em todos os pleitos eleitorais (SANTOS, 2005).

Porém, a expressão ação afirmativa se torna forte nos Estados Unidos, que é até hoje considerado um local de referência nesse assunto. Na década de 1960, o país vivia um momento de reivindicações pelos direitos civis cuja meta era igualdade de oportunidades a todos. Nesse período, o movimento negro surge como o grande líder para a luta contra as leis segregacionistas e tem o apoio de liberais e progressistas brancos que se unem em uma ampla defesa de direitos. É aí que surge a ideia de uma ação afirmativa, em que o Estado, além de garantir as leis, também assume uma postura ativa para que a população negra tenha condições de igualdade em relação à população branca.

A ação afirmativa pode se caracterizar por ações voluntárias, por ações de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação. Basicamente os beneficiários dessa ação são os grupos menos favorecidos, seja na questão de gênero, raça ou etnia e onde representem a minoria, ou seja, no mercado de trabalho, no sistema educacional, em especial o ensino superior, e na representação política. Nesse aspecto, o modelo mais conhecido é o sistema de cotas, que consiste em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s), o que pode ocorrer de maneira proporcional, ou não.

No Brasil, as ações afirmativas voltadas especificamente para a população negra tiveram várias discussões, em diferentes governos, com diversos mecanismos para tentar acabar com as desigualdades a que essa população estava sujeita.

Começa a partir de 1968, através de pareceres de técnicos do Ministério Público do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, que se posicionaram a favor da criação de uma lei, que não chegou a ser elaborada, que obrigasse os empresários a destinarem uma parcela mínima, entre 10% a 20%, de suas vagas de emprego a trabalhadores de etnia específica (negros). No mesmo ano, o Brasil ratificou a “Convenção sobre a Eliminação de todas as

formas de Discriminação Racial”⁸, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e assumiu compromissos jurídicos internacionais, inclusive sobre a adoção de políticas afirmativas. A discriminação racial, propriamente dita, é esclarecida no primeiro artigo da Convenção:

Artigo 1º – Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação racial” significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública. (SICON, 1969).

Em 1983, com a intenção de combater a discriminação e de criar políticas compensatórias para a população negra, Abdias do Nascimento⁹, deputado federal pelo Rio de Janeiro, apresenta uma proposta legislativa com o Projeto de Lei nº 1.332/1983 que

Dispõe sobre ação compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo artigo 153, parágrafo primeiro, da Constituição da República.

O projeto contemplava todas as áreas do emprego, público e privado, e da educação, estipulando 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros em todos os “órgãos da administração pública, direta e indireta, de níveis federal, estadual e municipal”, incluindo as Forças Armadas, “em todos os escalões de trabalho e de direção” (art. 2º), assim como nas “empresas, firmas e estabelecimentos, de comércio, indústria, serviços, mercado financeiro e do setor agropecuário” (art. 3º). Reserva, também, a estudantes negros, 40% das bolsas de estudo concedidas pelo Ministério e Secretarias de Educação, estaduais e municipais, assim como 40% das vagas do Instituto Rio Branco, estas últimas igualmente divididas entre homens e mulheres (art. 7º). Não se restringe, contudo, a medidas numéricas, pois obriga o Ministério e as Secretarias de Educação a estudarem e implementarem “modificações nos currículos escolares e acadêmicos, em todos os níveis (primário, secundário, superior e de pós-graduação)”, com vistas a incorporar ao conteúdo dos cursos de História do Brasil e de História Geral “o ensino das contribuições positivas dos africanos e seus descendentes” e também das civilizações africanas, “particularmente seus avanços

⁸ Um dos principais tratados internacionais em matéria de Direitos Humanos. Foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 21 de dezembro de 1965, entrando em vigor em 4 de janeiro de 1969.

⁹ Foi um poeta, ator, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras. Nasceu em Franca-SP, em 14 de março de 1914, e morreu no Rio de Janeiro-RJ, em 24 de maio de 2011.

tecnológicos e culturais antes da invasão europeia [...]” (art. 8º). Apesar do projeto não ter sido sequer apreciado à época, algumas das medidas que o mesmo apresentava foram implementadas anos depois, como é o caso das bolsas de estudo para negros no Instituto Rio Branco, criadas no governo Fernando Henrique Cardoso, e das modificações curriculares instituídas pelo governo Lula, por meio da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, o ensino de história e cultura afro-brasileiras (MEDEIROS, 2004).

Com a Constituição de 1988, os negros passam a ter seus direitos civis garantidos. No entanto, a realidade dos mesmos é pouco modificada, o que faz com que o movimento negro se mobilize, tendo como principal alvo a “discriminação racial” que seria o motivo de tanta desigualdade entre negros e brancos. Entre as tentativas de modificar tal situação, a luta do movimento é por ações afirmativas ao sistema de educação superior do país.

Em meio a essa configuração social, foi realizada em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995, em virtude do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, a “Marcha Zumbi do Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, realizada por diversas organizações do movimento negro brasileiro e que contou com a presença de mais de trinta mil participantes. O objetivo principal da marcha era reafirmar a luta da população negra contra o racismo e as desigualdades raciais e exigir, em caráter emergencial, políticas públicas direcionadas à esse grupo. A marcha foi um dos eventos mais importantes dos movimentos sociais nacionais do final do século passado, e isso fez com que seus organizadores fossem recebidos pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Palácio do Planalto. As lideranças entregaram ao chefe de Estado um programa de ação chamado “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial” que continha várias propostas de combate ao racismo e às suas consequências (SANTOS, 2010).

Paralelo a esse movimento, também no mês de novembro de 1995, foi instituído pelo presidente da República, através de decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Valorização da População Negra, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra. O Grupo de Trabalho era composto por oito membros da sociedade civil, ligados ao Movimento Negro, um representante de cada Ministério (Justiça, Cultura, Educação e Desporto, Extraordinário dos Esportes, Planejamento e Orçamento, Relações Exteriores, Saúde, Trabalho), um representante da Secretaria de Comunicação Social e um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Após dois anos de trabalho, em 1998, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República publicou um material intitulado “Construindo a Democracia Racial” a fim de prestar contas

das atividades do GTI, apresentar os planos de ação que estavam sendo desenvolvidos, bem como, os que seriam desenvolvidos, além de ser um instrumento de reflexão e de despertar de ideias. Nesse material foram apresentados os resultados obtidos, envolvendo a situação da população negra no país, em diversos setores como comunicação, trabalho e emprego, educação, religião, políticas de ação afirmativa, entre outros. No que se refere às políticas de ação afirmativa, o GTI promoveu dois seminários com a finalidade de propiciar a ampliação dos debates sobre a matéria, bem como viabilizar os mecanismos de operacionalização de propostas especificando metas, prazos e instituições responsáveis pela sua efetivação. Foram elaboradas e encaminhadas ao governo, 46 propostas de Ação Afirmativa, abrangendo principalmente as áreas de educação, trabalho e comunicação.

Em maio de 1996, através do Decreto nº 1.904, é lançado o I Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, que foi apresentado e debatido na I Conferência Nacional de Direitos Humanos, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, realizada em abril daquele ano. No programa foram apresentadas propostas de ações governamentais para promover políticas públicas para proteção e promoção dos direitos humanos, inclusive medidas voltadas para a população negra, das quais se destacam:

- Revogar normas discriminatórias ainda existentes na legislação infra-constitucional.
- Aperfeiçoar as normas de combate à discriminação contra a população negra.
- Criar banco de dados sobre a situação dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais da população negra na sociedade brasileira que oriente políticas afirmativas visando a promoção dessa comunidade.
- Promover o mapeamento e tombamento dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas, bem como a proteção das manifestações culturais afro-brasileiras.
- **Desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta.**
- Adotar o princípio da criminalização da prática do racismo, nos Códigos Penal e de Processo Penal.
- Estimular que os livros didáticos enfatizem a história e as lutas do povo negro na construção do nosso país, eliminando estereótipos e discriminações.
- Apoiar a produção e publicação de documentos que contribuam para a divulgação da legislação antidiscriminatória.

- Facilitar a discussão e a articulação entre as entidades da comunidade negra e os diferentes setores do governo, para desenvolver planos de ação e estratégias na valorização da comunidade negra.
- Formular políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra.

Entretanto, até o final dos anos 1990, apesar de todos os estudos e levantamentos, não foram efetivadas ações concretas direcionadas à população negra por parte do governo. Em se tratando da educação superior, ações voltadas à melhoria do acesso e permanência ficaram restritas à sociedade civil. As iniciativas dessas atividades são do movimento negro, sendo por parcerias com empresas privadas, por entidades ligadas à igreja ou por grupos de estudantes em universidades. Destaque para a criação de cursinhos pré-vestibulares voltados para a juventude negra e carente, com o objetivo de facilitar a entrada de jovens na universidade. Como exemplo, temos:

- Curso Pré-Vestibular da Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ASSUFRJ), criado em 1986;
- Curso Mangueira Vestibulares, destinado aos estudantes da comunidade do Morro da Mangueira – Rio de Janeiro, criado em 1992;
- Cursos pré-vestibulares da Pastoral do Negro da Igreja Católica, criado em 1989, em São Paulo
- Curso pré-vestibular da Cooperativa Steve-Biko, criado em 1992, em Salvador.

Nessa mesma década, no âmbito do Poder Legislativo Nacional, alguns deputados fizeram propostas de ações afirmativas, em especial no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, entre eles Florestan Fernandes, Benedita da Silva e Paulo Paim. Entre as propostas apresentadas, podemos citar: a concessão de bolsas de estudo, uma política de reparação que assegure a presença proporcional de negros nas escolas públicas em todos os níveis, o estabelecimento de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento de Ações Afirmativas, alteração no processo de ingresso nas instituições de ensino superior, estabelecendo cotas mínimas para determinados grupos (MOEHLECKE, 2002). Esses projetos seriam para beneficiar alguns grupos com critérios raciais/étnicos ou sociais. Porém, até o final dessa década, nenhum projeto foi aprovado ou implementado.

No final do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), a discussão por ações afirmativas passa a ter mais espaço, não somente pela força do

movimento negro, mas também porque nos fóruns internacionais, cada vez mais frequentados por organizações negras, a existência de uma “democracia racial” era questionada aos representantes brasileiros, pois em um país que se vangloriava por não ser racista, as desigualdades raciais eram facilmente demonstradas pelas estatísticas oficiais. Em contrapartida, não se conseguia apresentar nenhum histórico de políticas de combate a essas desigualdades. Foi em busca de uma saída política que o presidente trouxe o debate das ações afirmativas para dentro do governo e na Conferência Mundial contra a Discriminação Racial, realizada em 2001, em Durban, reconheceu as desigualdades raciais no país e se comprometeu a revertê-las pela adoção de políticas afirmativas.

Após essa conferência, a ação afirmativa se disseminou na sociedade brasileira das mais diversas formas e hoje é uma realidade incontornável, e apesar de algumas oposições, discussões e questionamentos, algumas modalidades já são utilizadas pelo Estado, especialmente através de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal. Alguns órgãos adotaram medidas que ofereciam oportunidade de emprego público. Tem-se como exemplo, o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, lançado em 2002, por meio de Protocolo de Cooperação firmado entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça, da Cultura e da Ciência e Tecnologia, que tem como objetivo ampliar as oportunidades de acesso aos quadros do Ministério das Relações Exteriores e incentivar e apoiar o ingresso de afrodescendentes (negros) na Carreira de Diplomata, mediante a concessão de bolsas-prêmio destinadas ao custeio de estudos preparatórios ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD). Até 2014, o Ação Afirmativa já beneficiou 354 bolsistas, dos quais 21 foram aprovados no CACD (LIMA, 2010).

Em março de 2003, no primeiro mandato do presidente Lula, diante da progressiva relevância que a temática das desigualdades raciais estava tomando, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão vinculado diretamente à Presidência da República. A partir disso, o tema se fortaleceu como objeto de formulação de ações voltadas para a promoção da igualdade racial e de políticas públicas de ação afirmativa juntamente com órgãos do governo federal.

No campo da educação, uma ação voltada para a valorização da diversidade foi a Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Na prática, essa lei tornou obrigatório o ensino da história e das culturas afro-brasileiras nas escolas públicas e particulares do país, além de

indicar ações educativas, visando fortalecer identidades, desenvolver a consciência política e combater o racismo e à discriminação. Também incluiu no calendário escolar, o dia 20 de novembro, data em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra. E, por conta dessa lei, várias instituições realizaram cursos de formação de professores voltados para a temática.

Ainda pode-se destacar outras ações do governo federal na luta contra a discriminação racial:

- A implantação da Política Nacional de Saúde da População Negra, que teve orçamento designado de dois milhões de reais no Plano Plurianual no período de 2004 a 2007;
- O Projeto Afroatitude, que concedeu nos anos de 2005 e 2006, 1.050 bolsas de iniciação científica para alunos cotistas negros de 11 universidades públicas, para o desenvolvimento de pesquisas sobre Aids e saúde da população negra;
- O Programa Brasil Quilombola, lançado em 2004, que é uma política de Estado para as comunidades remanescentes de quilombo, abrangendo um conjunto de ações integradas entre diversos órgãos governamentais, com suas respectivas previsões de investimentos do Plano Plurianual (2004-2007). Todas as ações são coordenadas pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). O programa atua em projetos e ações para a titularização de terra, infra-estrutura, eletrificação, saneamento básico, construção de escolas, saúde, desenvolvimento sustentável, geração de renda e incentivo ao controle e a participação social.

Com a finalidade de reunir esforços nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), articulando, capacitando, planejando e monitorando ações políticas de promoção da igualdade racial, foi criado em 2004 o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR). Assim, o Fórum constitui-se num espaço de articulação dos organismos públicos, onde a efetiva participação das/os gestoras/es é fundamental para sua estruturação. O objetivo principal do FIPIR é a implementação de estratégias para a incorporação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial nas ações governamentais de Estados e Municípios. Os Estados e Municípios ligados ao FIPIR podem, através do Pacto Federativo, estabelecer Termos de Cooperação Técnica, específicos para o desenvolvimento das Políticas Públicas de Ações Afirmativas e da Agenda Social Quilombola.

Em 2004, o governo federal implementou o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior, e que tenham renda bruta familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. O PROUNI tem como principal objetivo ampliar o ingresso de estudantes brasileiros na educação superior, contribuindo para um maior acesso de estudantes de baixa renda às instituições privadas de ensino superior, por meio de parcerias de isenção de tributos às instituições privadas que aderirem ao programa. Uma parte das bolsas do PROUNI destina-se ao programa de ações afirmativas, conhecido popularmente como cotas do PROUNI. As cotas são voltadas para estudantes com deficiência, negros, pardos ou índios.

Mesmo com algumas medidas do governo federal, a problemática do acesso e permanência no ensino superior público brasileiro pela população negra somente começa a ser pautada no primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006). O sistema de reserva de vagas passou da retórica de palanque para o debate de política pública. Nesse período havia 28 projetos na Câmara e quatro no Senado, todos versando sobre reserva de vagas em instituições federais de educação superior. No dia 28 de abril de 2004, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, o projeto de lei 3627/2004, no qual se “institui sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências”. Esse projeto foi arquivado em 2009.

A grande mudança concreta no que diz respeito ao acesso ao ensino superior público aconteceu em 2012, no governo Dilma Roussef, quando foi aprovada e sancionada a Lei Federal nº 12.711/2012, também chamada de Lei de Cotas. A lei nasceu do projeto de lei PLC 180/2008, de autoria da deputada federal Nice Lobão, que era inicialmente o projeto de lei PL 73/1999, apresentado pela deputada em 24 de fevereiro de 1999, portanto o projeto tramitou por 13 anos até a sua aprovação, todo esse período de tramitação revela a resistência na adoção de políticas públicas que promovam a ascensão da população negra.

A lei garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público. As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas – metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para

estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.2. Política Pública de Ações Afirmativas: o sistema de cotas

A questão da reserva de vagas para segmentos específicos da população no ingresso às universidades públicas é uma discussão relativa às chamadas “ações afirmativas”, que podem ser compreendidas como ações públicas que buscam prover oportunidades ou outros benefícios para pessoas pertencentes a grupos específicos, alvo de discriminação. São políticas públicas destinadas a efetivar o princípio da igualdade (SILVA et al., 2009). O sistema de cotas é a maneira pela qual o Estado se propõe a compensar os integrantes da população negra, mediante a reserva de vagas em concursos públicos, para provimento de cargos e empregos públicos e, ainda, para o preenchimento do corpo discente das universidades públicas. A justificativa para o sistema de cotas se dá pelo fato de que grupos específicos, em razão de algum processo histórico depreciativo, teriam maior dificuldade para aproveitar as oportunidades que surgem no mercado de trabalho, bem como seriam vítimas de discriminação nas suas interações com a sociedade.

Guimarães (2003a) aborda a pequena proporção dos jovens negros nas universidades, em relação à população negra. Afirma, de acordo com dados estatísticos, que o fator socioeconômico, a preparação insuficiente, pouca motivação, a forma de seleção para ingresso nas universidades, baixa autoconfiança, são as causas desse fato.

Enquanto as ações afirmativas contemplavam alguns setores sociais e envolviam mulheres e portadores de deficiência, o assunto era tratado de forma diferente. Quando o assunto passa a ser ações que favoreçam os negros, uma parte da sociedade, principalmente integrantes da elite brasileira, se coloca contrária a essas ações. As cotas sociais/raciais se tornaram polêmicas para a opinião pública. Uma parte dos brasileiros era favorável, mas o movimento anticotas esteve presente, instigado pela mídia. A questão da constitucionalidade da ação afirmativa também foi debatida, inclusive com ações junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), em que referiam que as políticas afirmativas violavam o princípio da igualdade e institucionalizavam a discriminação racial. Contudo, em abril de 2012, por unanimidade, o STF reconheceu a constitucionalidade do sistema de cotas raciais para ingresso em

universidades. Durante a votação, o ministro Joaquim Barbosa, único negro a integrar o Supremo afirmou:

Na história não se registra na era contemporânea nenhuma nação que tenha se erguido da condição periférica à condição de potência política mantendo no plano doméstico uma política de exclusão, aberta ou dissimulada, pouco importa, em relação a uma parcela expressiva de sua população. (GAZETA DO POVO, 26/04/2012).

Telles (2010) explana a questão de como se classificar negros em um país de ambiguidade racial. Com o sistema de cotas, aumentou a porcentagem dos que se declaram afrodescendentes no Brasil, isso não devido à política de ação afirmativa, mas sim pela valorização que outrora eles não tinham. Vários argumentos foram abordados contra a ação afirmativa, entre eles que haveria segregação racial na universidade, que os alunos cotistas levariam à diminuição da qualidade da universidade brasileira, que os alunos negros seriam estigmatizados pelo sistema de cotas, entretanto, nenhum deles se tornou tão grave que não pudesse ter soluções. As cotas raciais deram espaço para as cotas de classes e, em algumas universidades, associam as duas formas para o acesso.

Espera-se que tal política consiga atingir alguns objetivos, a saber:

- Diminuição das desigualdades entre cidadãos e grupos sociais vitimados;
- Inserção maior de negros no mercado de trabalho formal em postos qualificados;
- Estabelecimento de condições para a transformação da realidade, visando justiça e equidade social.

Segundo Telles (2010), as políticas que o governo implantou já dão sinais da diminuição da desigualdade racial e de renda, mas ainda há muito que se fazer para que essa desigualdade seja amplamente reduzida. Há de se implementar políticas sérias e de eficácia comprovada para a população negra que vão muito além das cotas nas universidades.

O sistema de cotas como política de ação afirmativa pode se enquadrar na “Tipologia de Lowi” que se baseia no critério de “impacto esperado na sociedade”. As tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos, as instituições, dentro de um processo de política pública (SECHI, 2013). Dentre os 4 tipos de políticas públicas, segundo o critério de Lowi (regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas), as cotas são exemplo de política redistributiva com as seguintes características:

- Implicam custos concentrados sobre alguma categoria de ator, e concedem benefícios concentrados em outra categoria de ator;

- São um tipo de política que provoca muitos conflitos, pois representa um jogo de soma zero;
- Desenvolvem-se predominantemente dentro de uma dinâmica elitista, na qual se formam duas elites, uma demandando que a política se efetive e a outra lutando para que a política seja descartada.

No contexto de desigualdade racial, as cotas constituíram uma forma de se promover a “igualdade proporcional” por meio de uma “justiça distributiva” de oportunidades iguais a todos (MENEZES, 2003). Em relação aos argumentos de que as cotas seriam uma medida discriminatória, alguns autores afirmam que as cotas não são uma “discriminação às avessas”, mas sim, uma “discriminação positiva” (CONCEIÇÃO, 2002). Outra autora, Roland (2002), discorda dos argumentos que consideram o sistema de cotas discriminatório e que implicam uma desconfiança na capacidade dos negros. Segundo a autora, não se duvida da capacidade do negro, mas tem-se certeza das “barreiras sociais concretas” que o impedem de alcançar iguais oportunidades de acesso à Universidade.

2.3 O Sistema de Cotas nas Universidades Brasileiras

Num país onde os preconceitos e a discriminação racial não foram zerados, ou seja, onde os alunos brancos pobres e negros pobres ainda não são iguais, pois uns são discriminados uma vez pela condição socioeconômica e os outros são discriminados duas vezes pela condição racial e pela condição socioeconômica, as políticas ditas universais defendidas sobretudo pelos intelectuais de esquerda não trariam as mudanças substanciais esperadas para a população negra. (MUNANGA, 2001).

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira instituição do país a criar um sistema de cotas em processos seletivos para ingresso em seus cursos de graduação. Através da Lei Estadual n.º 3.524/00, promulgada em 2002, 50% das vagas nos vestibulares das universidades estaduais passaram a ser destinadas para candidatos egressos de escolas públicas cariocas. Ainda em 2002, buscando medidas de combate à exclusão e à desigualdade sofridas pelas minorias étnicas, o Rio de Janeiro inovou mais uma vez ao aprovar a Lei Estadual N.º 3.708/01 que instituiu 40% das vagas disponíveis aos candidatos beneficiados pela Lei N.º 3.524/00 que seriam os estudantes autodeclarados negros ou pardos. Em 2003 foi sancionada a Lei Estadual nº 4.151/2003, que revogou o disposto das leis anteriores, e determinou que as universidades públicas estaduais deveriam estabelecer cotas para ingresso nos seus cursos de graduação aos seguintes estudantes carentes: oriundos da rede pública de

ensino, negros, pessoas com deficiência, e integrantes de minorias étnicas. Com isso, a UERJ e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), a partir do Vestibular Estadual 2004, passaram a destinar 20% das vagas para alunos de escolas públicas, 20% para negros e 5% para deficientes físicos e minorias étnicas. Outro parágrafo da lei foi alterado em 2007, incluindo os filhos de policiais, bombeiros e agentes penitenciários mortos ou incapacitados em razão do serviço, no percentual de 5% dos postos já reservados para deficientes físicos e minorias étnicas.

As estaduais de São Paulo, em sua maioria, adotam o sistema de bonificação na nota obtida no vestibular. Na Universidade de São Paulo (USP), o estudante que cursou ou esteja cursando o ensino médio em escola pública recebe o bônus de até 12% na nota obtida no vestibular. Caso o candidato tenha estudado durante o ensino fundamental também em instituições públicas de ensino, o acréscimo pode chegar a 15%. Há também a bonificação de 5% para estudantes que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas. Na Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC), os estudantes que comprovarem origem nas escolas públicas estaduais de São Paulo recebem bônus de 8% e, caso o candidato se autodeclare preto ou pardo, há um aumento de 2% na nota obtida. A política de inclusão por meio de cotas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também acontece através de bonificação. Os estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas recebem 60 pontos na nota final. A bonificação pode chegar a 80 pontos caso o vestibulando se declare preto, pardo ou indígena. A única que adota reserva de vagas para negros é a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) no qual 15% das vagas são reservadas para estudantes de escolas públicas, sendo deste total 30% para estudantes pretos, pardos ou indígenas.

No estado de Minas Gerais, a Lei Estadual nº 15.150/04 determina a reserva de vagas nas universidades estaduais, portanto a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) destinam 70% de suas vagas ao sistema de reserva, sendo que dessas 20% são para candidatos negros.

Os três estados do Centro-Oeste do Brasil – Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – disponibilizam em suas universidades estaduais reservas de vagas para negros, a saber: na Universidade Estadual de Goiás (UEG), 40% das vagas são destinadas a cotas raciais e sociais, sendo que deste total, 28,5% por candidatos que se declararem negros; na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), 25% do total de vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas e na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), 30% das vagas para o sistema de cotas raciais, distribuídos entre dois grupos, 20% para candidatos que se declararem negros e 10% para indígenas.

No Norte do país apenas a Universidade Estadual do Amapá (UEAP) oferece reserva de vagas para negros que é proporcional ao percentual de inscritos no processo seletivo.

As universidades dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, todas no Nordeste, ofertam para acesso em seus cursos de graduação alguma política de cotas para negros. Na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), 15% das oportunidades de ingresso na instituição são para o sistema de reserva de vagas, os grupos beneficiados com esse método adotado pela universidade são estudantes negros ou indígenas procedentes de escolas públicas (10%) e pessoas com deficiência (5%). A Universidade Estadual do Piauí (UESPI), única do estado, assim como a UEMA no Maranhão, reserva 30% das vagas para a política de cotas, sendo 15% para candidatos que cursaram ensino fundamental e médio em escolas públicas e 15% para candidatos negros também oriundos de escolas públicas. O estado do Ceará conta com três universidades estaduais, sendo que duas delas – Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Regional do Cariri (URCA) – reservam 50% das vagas para ingresso via Sistema de Seleção Unificada (SiSU)¹⁰, que contempla reserva de vagas para negros conforme os dados indicados pelo último Censo do IBGE.

Na Bahia, as quatro universidades do estado possuem alguma modalidade de reserva de vagas para negros em seus processos seletivos, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 40% das vagas são para estudantes negros que cursaram o ensino fundamental e médio em escola pública; na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 50% das vagas são para cotistas, destas vagas 70% para negros e 30% para oriundos de escola pública; a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) reserva 50% das vagas para alunos oriundos de escola pública, destas 76% devem ser ocupadas por pretos ou pardos e na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) 50% das vagas são para alunos que cursaram todo o ensino médio em escola pública, sendo que deste total, 80% devem ser preenchidas por negros.

Por fim, no sul do país tem-se o estado de Santa Catarina exclusivamente com a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em que 10% das vagas são reservadas para estudantes negros. O Paraná dispõe de sete universidades estaduais, no entanto, apenas duas possuem reserva de vagas para negros, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) que tem 50% das vagas para alunos egressos das instituições públicas de ensino, sendo que 10% são para estudantes negros e a UEL onde 40% das vagas são para alunos de

¹⁰ O Sistema de Seleção Unificada foi desenvolvido pelo Ministério da Educação para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Enem como única fase de seu processo seletivo. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato. No site, os candidatos podem consultar as vagas disponíveis, pesquisando as instituições e os seus respectivos cursos participantes.

escola pública, sendo que metade deste percentual é para estudantes que se autodeclararem pretos ou pardos.

Em todo país temos 42 universidades estaduais, 50% deste total, ou seja, 21 delas, adotam alguma política de cotas destinadas aos negros, 14 universidades reservam vagas exclusivamente para estudantes oriundos de escola pública e/ou de baixa renda, cinco oferecem apenas bonificação no vestibular para estudantes de escola pública e negros e duas só oferecem reserva de vagas para pessoas com deficiência.

Enquanto isso, as universidades federais, superaram as dificuldades quanto aos problemas para o estabelecimento das cotas, ou seja, a falta de uma legislação federal. Com a implementação da Lei Federal 12.711/2012 também conhecida como Lei de Cotas, todas as universidades federais do país devem garantir a reserva de vagas para alunos oriundos de escola pública que comprovem baixa renda, na proporção de 50% das vagas de todos os cursos. Dessa porcentagem, deve-se ter uma reserva para negros, pardos e indígenas, de acordo com o censo do IBGE. Essa lei também contempla os estudantes para ingresso nos institutos técnicos federais de nível médio. Com esta lei são reservadas, só nas universidades federais, cerca de 50 mil vagas para negros e indígenas por ano, devido ao caráter inclusivo e redistributivo da política.

Antes da lei, 31% das universidades federais não possuíam nenhum programa de ação afirmativa. O aumento da quantidade dessas universidades foi o grande impacto da Lei de Cotas, já que tornou obrigatória a adoção dessas políticas por todas as universidades. A lei, sancionada em 29/08/2012, teve início no mesmo ano, o que obrigou as universidades, mesmo as mais resistentes, a cumpri-la no vestibular de 2013. Algumas que já haviam lançado seus editais, tiveram que retificá-los para se adequar à nova lei.

Destaque para a Universidade de Brasília – UnB, que em 2004, oito anos antes da Lei de Cotas, foi a primeira instituição federal a aderir ao sistema de cotas, exclusivamente cotas raciais, através do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da própria Universidade, que utilizava uma comissão para avaliar o fenótipo (características observáveis do candidato), através de uma fotografia, determinando assim quem era negro, pardo ou branco. Posteriormente, houve uma mudança e a análise passou a ser por entrevista pessoal, após as provas do vestibular. O sistema de cotas da UnB foi duramente atacado em diferentes sentidos e momentos, desde o começo das discussões e até mesmo depois de aprovado pelos conselhos superiores da instituição.

Em 2009, o Partido Democratas (DEM), ajuizou uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando os atos administrativos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (CEPE/UnB) que determinara a reserva de vagas oferecidas pela universidade. O partido alegou que a política de cotas adotada na UnB feriria vários preceitos fundamentais da Constituição Federal, como os princípios da dignidade da pessoa humana, de repúdio ao racismo e da igualdade, entre outros, além de dispositivos que estabelecem o direito universal à educação (UnB, 2009). No entanto, em 2012, o STF, por unanimidade, considerou constitucional a política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB). Os ministros seguiram o voto do relator do caso, ministro Ricardo Lewandowski. O relator afirmou que as políticas de ação afirmativa adotadas pela UnB estabelecem um ambiente acadêmico plural e diversificado, e têm o objetivo de superar distorções sociais historicamente consolidadas. Além disso, segundo ele, os meios empregados e os fins perseguidos pela UnB são marcados pela proporcionalidade, razoabilidade e as políticas são transitórias, com a revisão periódica de seus resultados.

O resultado da política de cotas da UnB mostra que de 2004 a 2013, 18,5% dos estudantes que se formaram na UnB foram cotistas, de acordo com o relatório Análise do Sistema de Cotas para Negros da Universidade de Brasília, e também que a UnB em 2012, incluía um total de 41% de estudantes negros (o que é mais do que o dobro do que ela incluía no ano 2000, antes da implantação das cotas).

O professor José Jorge de Carvalho, do Departamento de Antropologia, coordenador do Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa do CNPq e criador do Programa de Cotas na UnB, assim se posiciona sobre o exposto:

Todo esse esforço de dez anos rendeu até agora 1.568 negros formados em uma instituição do porte da UnB. Isso representa uma grande vitória porque você pode imaginar quão poucos negros formados nos dez anos anteriores. A inclusão pelas cotas está ocorrendo ainda que num ritmo lento pelo fato fundamental de que a exclusão histórica foi muito alta. Daí a necessidade de se manter as cotas raciais ainda por décadas. (AFROPRESS, 2014a, *on-line*).

Agora, com a Lei das Cotas, a UnB novamente é vanguarda ao decidir pela manutenção do programa de cotas para negros no acesso à universidade. Em 2014, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) – órgão colegiado superior da UnB – rompeu com os limites impostos pela Lei 12.711/2012, do governo federal e determinou que 5% das vagas serão reservadas pelo critério exclusivamente racial, independente da condição econômica e da origem do estudante (se estudou ou não em escola pública). Com isso, a partir de 2016, quando a lei deve ser totalmente implementada, estima-se que 55% das vagas da

UnB sejam ocupadas exclusivamente por estudantes beneficiados por algum tipo de cota, e a realidade no ensino superior consegue mais um avanço, pois a minoria virou maioria. Ao final da reunião, Carvalho considerou o resultado da votação uma grande vitória e declarou:

Nós avançamos e declaramos que o retrocesso da lei do governo não nos contempla. A UnB saiu da camisa de força da lei do governo. Conseguimos colocar para a UnB que é preciso mais do que a lei do governo. Não retrocedemos. Precisamos agora, manter esse programa por mais dez anos. Então a luta continua. (AFROPRESS, 2014b, *on-line*).

Ele tem a expectativa de que o resultado da votação, criando 5% de cotas raciais, sirva para que as demais instituições federais de ensino superior do país reflitam para a necessidade de avanços e não fiquem presas aos limites previstos na Lei 12.711/2012.

Dados apresentados pelo Gemma (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), grupo do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em seu estatuto “O impacto da Lei 12.711 sobre as universidades federais”, de novembro de 2013, indica um crescimento no número de estudantes negros nas universidades comandadas pela União. Em 2003, pretos representavam 5,9% dos alunos e pardos 28,3%, em 2010 esses números aumentaram para 8,72% e 32,08%, respectivamente, aponta o documento.

2.4 O Sistema de Cotas nas Universidades do Paraná

No Paraná, a precursora do sistema de cotas é a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nesta universidade, o sistema de cotas foi implantado a partir do ano de 2004, pela Resolução N° 37/04 – COUN, reservando, durante dez anos, 20% das vagas totais para alunos oriundos de escolas públicas – as cotas sociais – e outras 20% de vagas para alunos negros – as cotas raciais, como forma de democratizar o acesso à Universidade pública. Existem também vagas suplementares para estudantes indígenas e para estudantes com deficiências comprovadas.

A UFPR enfrentou muitas ações na justiça questionando a constitucionalidade do sistema de cotas da instituição. A grande maioria das alegações era de que não havia uma lei federal que permitisse que a universidade adotasse a reserva de vagas, uma vez que o sistema foi aprovado pelos conselhos superiores da própria instituição. Inclusive o Ministério Público Federal (MPF) do Paraná entrou com um recurso na Justiça, pedindo que a UFPR não

adotasse o sistema de cotas em seu vestibular. O Judiciário paranaense tentou frear a prática entendendo que a reserva de cotas afrontava “o princípio constitucional de isonomia e reforça práticas sociais discriminatórias”. No entanto, todas as tentativas foram em vão. Em um dos julgamentos envolvendo a UFPR, a 2ª Turma do Supremo Tribunal de Justiça (STF) firmou entendimento de que “faz parte da autonomia universitária a fixação das normas que tratam do ingresso de discente, o que se estende à implementação de política pública de ação afirmativa no processo seletivo” (ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, 2009).

Em 2013, após a aprovação da Lei de Cotas, a UFPR passa a adotar o que é estabelecido pela lei. De acordo com dados disponibilizados pelo Núcleo de Concursos (NC) da UFPR, dez anos após a implantação da política de cotas (raciais e sociais), cerca de 14,6 mil estudantes foram beneficiados pelo sistema na UFPR. É o equivalente a pouco menos de 30% dos 48,6 mil estudantes que adentraram a universidade, no mesmo período. Mas, o número guarda desigualdades. Enquanto os cotistas de escola pública representaram uma média de 23% dos aprovados no vestibular, os “pretos e pardos” – conforme nomenclatura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – cotistas representam apenas 7% do total.

No que tange às instituições estaduais, atualmente há várias oportunidades de ingresso em uma universidade pública do Paraná. Além dos testes de seleção das próprias instituições, que são muito concorridos, os candidatos têm a opção do SiSU, com a nota do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Outra forma de disputar as vagas é pelo sistema de cotas (social e racial). A primeira a instituir as cotas foi a UEL, em 2004, que possui cotas sociais e raciais. Depois da UEL, a questão da reserva de vagas passou a ser discutida em outras Instituições Estaduais de Ensino Superior (IES) que gradativamente foram planejando e adotando alguma forma diferenciada de acesso aos menos favorecidos. Além da UFPR, no Paraná, somente a UEL e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) dispõem de cotas raciais. Vale ressaltar que no Paraná não existe uma legislação estadual para o sistema de cotas, portanto, as IES do Estado adotaram o sistema de reserva de vagas de maneira diferenciada para cada universidade. Um ponto comum, em todas as universidades paranaenses, diz respeito à reserva de vagas para indígenas. De acordo com a Lei Estadual nº 13.134/2001, modificada pela Lei Estadual nº 14.995/2006, ficam asseguradas seis vagas, como cota social indígena, em todos os processos seletivos para ingresso como aluno nas IES paranaenses, que devem ser disputadas, exclusivamente, entre índios integrantes da Sociedade Indígena Paranaense.

Abaixo, um breve descritivo do sistema de cotas de cada IES paranaense, por ordem de implementação. Um item exclusivo irá descrever o sistema na UEL.

2.4.1 Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

As discussões oficiais sobre a política de cotas foram iniciadas na UEPG no ano de 2005. Foi apresentada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), uma proposta de reserva de vagas nos processos seletivos da instituição para candidatos oriundos de escolas públicas e para aqueles que se autodeclarassem negros. A proposta de reserva de vagas nos processos seletivos da UEPG propunha reserva de até 40% das vagas de cada curso de graduação para estudantes oriundos de instituições públicas de ensino, sendo que até 10% dessas vagas estariam destinadas a candidatos que se autodeclarassem negros.

Finalmente, a resolução universitária nº 9, de 26 de abril de 2006, aprovou a reserva de vagas nos processos seletivos da UEPG, com as seguintes definições: reserva de 10% das vagas de cada curso de graduação para candidatos oriundos de instituições públicas de ensino; reserva de 5% das vagas de cada curso de graduação para candidatos oriundos de instituições públicas de ensino que se autodeclararem negros.

O prazo fixado pela resolução para reserva de vagas foi definido em oito anos. Portanto, em 2013, a discussão relativa ao sistema de cotas voltou à UEPG e foi motivo de questionamentos, indignações e, até, em mudança de decisão. Isso tudo porque o Conselho Universitário da UEPG, em sua primeira deliberação, extinguiu do sistema de cotas a reserva para negros. Para atender aos pedidos da comunidade negra e dos movimentos de estudantes e professores da instituição, o Conselho Universitário resolveu rever o julgamento e voltou atrás, aprovando por unanimidade a manutenção de cotas para negros. Com isso, através da Resolução Univ. nº 17, de 09 de dezembro de 2013, fica estabelecido o sistema de cotas na UEPG, por mais oito anos, no qual ficam reservadas, por curso e turno, o percentual de 50% (cinquenta por cento) aos candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino, embutindo, dentro deste percentual, 10% (dez por cento) aos candidatos que se autodeclarem negros.

Na Tabela 1 apresenta-se o número de inscritos nos vestibulares a partir de 2007, ano que o sistema de reserva de vagas para negros é estabelecido na instituição, da mesma forma a quantidade de matriculados bem como o percentual de matriculados em relação aos inscritos.

Tabela 1 – Demonstrativo dos inscritos nos vestibulares e dos matriculados pelo sistema de cotas raciais na UEPG de 2007-2012.

Ano	Inscritos	Matriculados	%
2007	413	82	19,85
2008	324	46	14,20
2009	377	53	14,06
2010	111	37	33,33
2011	194	44	22,68
2012	195	46	23,59
Total	1614	308	19,08

Fonte: UEPG, 2013.

2.4.2 Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Em 2008, a UNIOESTE estabeleceu a reserva de 40% das vagas de cada curso para aluno cotista, segundo a resolução 169/2008-CEPE, passando a vigorar no vestibular de 2009. Desta forma, o candidato que optasse pela condição cotista no ato da inscrição do vestibular e fosse aprovado nesta classificação, deveria, no ato da matrícula, comprovar por documentação que realizou todas as séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª séries) e todo ensino médio em escola pública, além de declarar não ter cursado nenhum curso superior anteriormente. Contudo, em 2012, após a criação da Lei Federal 12.711/2012, que estabelece 50% de vagas para cotistas sociais, além de um percentual para cotas raciais, a UNIOESTE reestruturou seu sistema de cotas, equiparando-se à indicação federal e aos novos sistemas de seleção (Sistema de Seleção Unificada – SISU). Desta forma, segundo a resolução 027/2013-CEPE, de 11 de abril de 2013, a reserva de vagas passa de 40% para 50% para alunos oriundos de escolas públicas e é distribuída da seguinte forma:

- SiSU (50%) – 25% vagas para egressos de escola pública; 25% vagas gerais.
- Concurso Vestibular UNIOESTE (50%) – 25% vagas para egressos de escola pública; 25% vagas gerais.

2.4.3 Universidade Estadual de Maringá – UEM

A UEM, através da Resolução nº 029/2007-CEP, implantou e criou uma comissão para regulamentação do Sistema de Cotas Sociais na instituição. Depois dos trâmites necessários, foi aprovada pelo Conselho Universitário, em 2008, mas passou a valer a partir do Vestibular de Inverno de 2009. Com isso, 20% do total de vagas de cada curso, turno e

campus passa a ser destinado para estudantes que cursaram integralmente os ensinos Fundamental e Médio em escolas públicas. Além disso, o candidato deve comprovar renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, vigente no país.

No entanto, as cotas raciais, foram rejeitadas. Na ocasião, o presidente da Comissão Central do Vestibular Unificado da UEM, Duherty Andrade, informou que “o Conselho entende que a porcentagem reservada aos mais pobres abrange, também, os negros” (GAZETA DO POVO, 2009). Ele ressalta que existem outras raças, como a indígena, que também deveriam ser contempladas com cotas raciais, caso elas fossem aprovadas. Andrade afirmou ainda: “É muito difícil diferenciar quem é negro e quem não é. Várias universidades que adotaram esse sistema enfrentam problemas, por isso achamos mais inteligente fazer cotas que contemplassem todos que se encontram em situação realmente desigual, como é o caso das pessoas mais pobres” (idem, 2009).

O sistema vigente continua esse e existe uma Comissão Institucional que deve proceder à apresentação de relatório bianual ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEP), contendo resultados e/ou propostas de mudança do Sistema de Cotas Sociais para apreciação e tomada de decisões.

2.4.4 Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

Aprovado em 2009, o Sistema de Cotas Sociais na UNICENTRO, através da Resolução nº 29/2009-COU/UNICENTRO, estabeleceu que 20 das vagas anuais de cada curso, turno e local de funcionamento seriam reservadas a alunos que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública. Os candidatos inscritos no Sistema de Cotas Sociais poderiam concorrer pelas vagas universais e pelas reservadas ao sistema. As ações de que trata tal resolução foram implantadas a partir do 1º e 2º Concursos Vestibulares de 2010, para ingresso em 2010.

Desde o início de 2015, o sistema de cotas da instituição passou por mudanças. A UNICENTRO publicou a Resolução nº7/2014-CEPE/UNICENTRO na qual aprovou a adesão da instituição ao SiSU, como forma de ingresso equivalente ao vestibular, disponibilizando 50% das vagas anuais de cada curso de graduação. Desse percentual, 20% das vagas é destinada a alunos oriundos de Instituições Públicas de Ensino, mantendo-se o percentual do Sistema de Cotas Sociais. Outra mudança é que os candidatos precisam optar por concorrer pelo sistema universal ou por cotas, diferente do que acontecia anteriormente, quando podiam concorrer pelos dois.

2.4.5 Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

Na UENP não existe resolução que trata da reserva de vagas sociais, nem raciais. Para ingresso nos cursos da instituição, além do vestibular tradicional, o candidato tem a chance de aprovação pelo SISU, que tem número de vagas específico para cada curso, previamente determinado pela instituição.

2.4.6 Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

A UNESPAR é uma instituição nova no Estado. Foi criada a partir da Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013, que uniu as sete faculdades estaduais do Paraná, convertendo-se em uma universidade multicampi. É constituída pelos campi de Curitiba I, Curitiba II, Campo Mourão, Apucarana, Paranavaí, Paranaguá e União da Vitória.

O primeiro vestibular unificado da Unespar aconteceu no final de 2014, para ingresso em 2015, a instituição separa metade das vagas para ingresso via SiSU.

3 AS COTAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)

A UEL foi a primeira universidade estadual do Paraná a aprovar o sistema de cotas para acesso aos cursos de graduação da instituição, através da Resolução nº 78/2004 do Conselho Universitário, implantado no Concurso Vestibular de 2005. O artigo 1º desta Resolução traz que até 40% das vagas de cada curso de graduação serão ofertadas a estudantes oriundos de instituições públicas de ensino, sendo que até metade das vagas deverão ser reservadas a candidatos que se autodeclararem negros, sendo destacado em seu §1º que esses percentuais serão proporcionais à quantidade de inscritos por cursos.

Antes da aprovação do sistema de cotas, em 2000, a própria universidade começa uma mudança no caráter do vestibular, demonstrando uma preocupação da comunidade universitária com o perfil dos alunos aprovados e manifestando a intenção de se alterar o mecanismo de ingresso dos calouros. A partir disso, algumas questões passam a ser debatidas nos conselhos de centros, dentre elas: as sociedades local, regional e nacional estão adequadamente representadas na UEL? Ser aluno de uma universidade pública é uma questão de mérito ou de direito? (ANCHIETA, 2008). Mas, pode-se dizer que o grande idealizador das cotas foi o Movimento Negro de Londrina, quando em 2002 formula uma proposta de cotas para a UEL e a entrega à Reitoria. Destaca-se Dona Vilma Santos de Oliveira¹¹, líder do Movimento Negro, que com imensa capacidade de articulação e também por ser figura de destaque na sociedade no que diz respeito à população negra, realizou, em sua própria residência, a primeira reunião para tratar das cotas raciais para a UEL (SILVA, 2014).

Nesse mesmo ano começam as discussões com reuniões do Conselho Municipal da Comunidade Negra de Londrina e representantes da Coordenadoria de Assuntos de Ensino de Graduação (CAE) da UEL. A proposta apresentada, e que foi aprovada durante a Primeira Conferência dos Afrodescendentes, era de uma cota de 20% das vagas para afrodescendentes. O tema é levantado, porém, nada se concretiza, até que em abril de 2004 ocorre o Seminário “O Negro na Universidade: o direito à inclusão”, promovido pelo Ministério da Cultura, através da Fundação Cultural Palmares, UEL, Secretaria Municipal de Cultura e Conselho Municipal da Comunidade Negra, com apoio da Associação Afro-Brasileira de Londrina e Movimento da Consciência Negra. Tal encontro vinha sendo realizado em todo país, com o objetivo de discutir o acesso do negro à universidade, através da inclusão social. O seminário

¹¹ Também conhecida como Yá Makumbi, Dona Vilma foi assassinada em 3 de agosto de 2013, juntamente com sua mãe, de 89 anos, e a sua neta de 10 anos.

foi de tamanha importância que acabou resultando na implantação do sistema de cotas na UEL (PACHECO, 2007).

Destaca-se, também, que a aprovação do sistema teve apoio fundamental da então reitora Lygia Lumina Pupatto. Em seu pronunciamento, antes da aprovação da Resolução, a reitora disse:

Conduzimos toda esta discussão com muita transparência e muita honestidade. Não nos furtamos em momento algum a qualquer tipo de debate e discussão. Também sempre tivemos a clareza e convicção que a decisão de mérito final é deste Conselho, que estatutariamente tem competência de traçar a nossa política universitária. Mesmo este tema tendo gerado polêmica, quero dar meu testemunho que em todos os debates que realizamos predominou o espírito democrático, sempre com respeito às opiniões diferentes. Como acredito deva ser não só no ambiente universitário, mas também em toda sociedade. E tenho a certeza que será este o espírito deste Conselho também hoje. (JORNAL NOTÍCIA, 28/07/2004).

De acordo com a Resolução nº 78/2004, a reserva de vagas estaria em vigor por um período de sete anos, contados a partir da sua implementação, em 2005. Portanto, esse prazo encerrou com a realização do concurso vestibular 2011. Para manter o sistema de reserva de vagas, o Conselho Universitário aprovou a metodologia e cronograma proposto pela comissão formada para analisar a reserva de vagas na instituição. De acordo com o cronograma, a discussão da política de cotas na UEL se estendeu até agosto de 2011, o que exigiu a aprovação de uma resolução para manter a sistemática de reserva de vagas, de acordo com a Resolução CU 78/2004 para o processo seletivo vestibular de 2012.

Para que fosse garantida a manutenção das cotas da UEL, muito se discutiu, inclusive o debate foi além dos conselhos superiores da universidade. Dias antes da votação das cotas pelo Conselho Universitário, o Conselho Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CMPIR), a Comissão de Educação, Cultura e Desporto e a Comissão de Direitos Humanos e de Defesa da Cidadania promoveram uma audiência pública sobre o tema “As Políticas de Inclusão: Cotas Raciais na UEL”. Realizada no auditório do Sindicato dos Bancários, a atividade contou com a presença do assessor especial da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial/Presidência da República (Seppir-PR), Edson Lopes Cardoso. Além da continuidade do sistema de cotas raciais e sociais adotados pela UEL, o debate permitiu a abordagem sobre o aperfeiçoamento do sistema. Segundo a gestora pública de Promoção da Igualdade Racial, Maria de Fátima Beraldo, o evento superou as expectativas: “Nossa avaliação é muito positiva. Realmente a participação e o envolvimento dos diversos setores da sociedade na discussão deste tema é muito importante” (SEPPIR, 2011). O evento contou com cerca de 60 representantes de diversas entidades da sociedade

civil organizada. Também participaram, como debatedores, o docente do Departamento de Ciências Sociais da UEL, Fábio Lanza, o presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, José Mendes de Souza, o vereador Tito Vale, a coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-asiáticos da UEL (NEAA) Rosane da Silva Borges e a gestora pública de Igualdade Racial, Maria de Fátima Beraldo. O Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR) divulgou apoio à continuidade do sistema de cotas da UEL através da seguinte Nota Pública:

Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR) a favor das cotas na UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)

A Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou 2011 como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, tendo em vista a necessidade de fortalecer as ações nacionais e a cooperação internacional e regional para assegurar que as pessoas de ascendência africana gozem plenamente de direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos.

No momento em que se completam dez anos da Declaração e Plano de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, o Brasil contabiliza avanços e explora novas possibilidades. Estimulado pela lei 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, o poder público vem ampliando a adoção de políticas de inclusão da população negra, com base em crescente articulação entre as três esferas de governo.

Os efeitos destas iniciativas recentes já se fazem sentir nas universidades federais, onde as ações afirmativas contribuíram para aumentar de 34,2% (em 2003) para 40,8% (em 2010) a presença negra no total de estudantes. Embora significativas, tais mudanças ainda são insuficientes para eliminar a subrepresentação de estudantes negras e negros nestas instituições.

Diante deste quadro, é imperioso ampliar a democratização do acesso e da permanência no ensino superior, processo no qual as universidades estaduais desempenharam um papel pioneiro. Contudo, é forçoso notar que de 2005 a 2010, sob a vigência do sistema de cotas na Universidade Estadual de Londrina (UEL), os negros representaram apenas 7,08% do total de estudantes matriculados.

Neste Ano Internacional dos Afrodescendentes, caberá ao Conselho Universitário da UEL a revisão desta política afirmativa. Nós, gestoras(es) estaduais e municipais de promoção da igualdade racial, esperamos que este processo de debate e suas conclusões mantenham a coerência com os esforços nacionais e internacionais de promoção da igualdade racial, de valorização da participação digna e ativa da juventude negra no presente e no futuro do Brasil.

Por isso, nos dirigimos à comunidade acadêmica e às autoridades educacionais do Estado do Paraná para manifestar irrestrito apoio à continuidade e ao aperfeiçoamento do sistema de cotas da UEL, de modo a permitir que o mesmo venha a produzir os objetivos de inclusão socioracial para os quais sistemas similares têm sido criados em várias universidades brasileiras.

Ademais, nos somamos às posições expressas pela Reitora e Vice-Reitora da UEL, outras autoridades de Londrina e representantes de movimentos negros, em defesa da prorrogação do sistema de cotas por pelo menos mais cinco anos. Confiamos que, ao final de um ciclo de 12 anos, será possível contabilizar avanços efetivos na inclusão de estudantes negros(as); será possível celebrar a contribuição ativa da UEL para a igualdade, valor essencial ao fortalecimento da democracia no Brasil.

Brasília, 29 de Julho de 2011

Assinam dirigentes de Órgãos Estaduais e Municipais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, reunidos no IV Diálogo do FIPIR. (SEPPIR, 2011).

Diante de toda movimentação em torno desse assunto, no final de agosto de 2011, o Conselho Universitário da UEL avaliou a continuidade do Sistema de Cotas na UEL que foi aprovado e sancionado pela Resolução CU nº 015/2012. Dos 41 conselheiros com direito a voto, 26 votaram a favor do percentual de 40% das vagas para candidatos de escolas públicas, sendo que metade deste percentual fica reservada para candidatos que se autodeclararem negros. Com isso, 20% das vagas serão destinadas a estudantes das escolas públicas e 20% para candidatos que se autodeclararem negros. Foi aprovado também pelo Conselho Universitário o fim da proporcionalidade para o Sistema de Cotas. De acordo com a resolução nº 78/2004, os 40% das vagas que eram proporcionais ao número de candidatos inscritos no vestibular, a partir do concurso de 2013, passa a ser proporcional à quantidade de vagas de cada curso. O fim da proporcionalidade foi aprovado por 24 votos. Os conselheiros aprovaram ainda, que o Sistema de Cotas na UEL deve vigorar pelo prazo de cinco anos. Isto significa que em 2017 o sistema deverá novamente ser reavaliado e discutido. Para isso, foi formada uma comissão permanente que deve acompanhar e avaliar a política de cotas na UEL.

A divergência dessa Resolução ainda ficou no quesito “pardo”, já que essa questão havia sido apontada pela comissão de homologação das matrículas. Dona Vilma, representante do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Londrina (CMPIR) e integrante da comissão, em seu depoimento, assim se coloca:

O problema aqui no país nosso não é raça, é cor. As cotas na UEL não são para afro-descendentes, são cotas para negros. O problema é o pardo, os alunos dizem que são pardos e como contestar, está lá escrito. Na última comissão eu me senti uma palhaça, foram me questionar, perguntando por que eu melindrei uma candidata, que era para eu me ater às três perguntas estipuladas. Aí eu disse: por mim agora, passo qualquer um que se declarar negro ou pardo, não é isso que está escrito lá? (ANCHIETA, 2008).

No mesmo trabalho de Anchieta (2008), há o depoimento do Prof. Ricardo Ralisch, que, no período da implantação das cotas, era Diretor de Assuntos Acadêmicos da PROGRAD-UEL, falando da questão dos pardos:

A Comissão de Homologação de matrículas para negros tem papel fundamental evitando o uso indevido do sistema. Na opinião do depoente, o papel da comissão deve ser o de identificar os candidatos evidentemente não negros pleiteantes às vagas e não o contrário, o que habitualmente se imagina. Para tanto, no caso da UEL e dos candidatos negros, deve se valer exclusivamente da cor da pele. A maior dificuldade reside na distinção dos pardos. **O Movimento Negro também resiste em considerá-los negros, pois os pardos muitas vezes não passam pelas mesmas discriminações pelas quais passam os negros.** (grifo meu)

Confirmando a fala do Prof. Ricardo Ralisch, Dona Vilma, falando pelo Movimento Negro, diz:

Os próximos candidatos a reitor, o Movimento Negro tem que negociar, ficar atento, acudindo para não ser mais assim. Eu quero que tire esse “pardo” da Resolução e esse “até” 20% das vagas. (ANCHIETA, 2008).

No Relatório de Cotas do Ano Letivo de 2007, feito pela Comissão de Acompanhamento da Política de Cotas, um dos pontos destacados foi a questão dos pardos:

Para o próximo concurso vestibular a sugestão de destaque é a revisão da Resolução que regulamenta o processo de cotas no que diz respeito aos cotistas pardos, pois alguns candidatos usam deste artifício por conveniência. Requisitaram que se montasse a Comissão convocando dez pessoas de cada representação: PROGRAD, Secretaria de Educação, UEL, Comunidade Negra e até de segmentos como artistas, comunidades religiosas e militantes, para que se obtenha um quadro mais rico de perspectivas. O que foi considerado um dos grandes problemas foi o não esclarecimento por parte dos candidatos sobre o que é ou não ser negro (preto e pardo). Como sugestão, talvez acrescentar à expressão “preto ou pardo” o complemento: “com feições etnicamente caracterizadas”. Isto, possivelmente, diminuiria o número de candidatos morenos de piscina” se colocando como “pardos”. Nas instruções do Manual do Candidato do Concurso Vestibular, deixar claro que a avaliação será feita de acordo com a aparência incontestavelmente negra. A tentativa de fraude, segundo opinião dos membros da Comissão, vai acontecer sempre, entretanto, quanto maiores as especificações durante a entrevista, poder-se-á evitar constrangimentos. A cor parda confunde a Comissão e os próprios candidatos. Entre os próprios membros da Comissão existem dúvidas quanto ao tom de pele parda. (UEL/PROGRAD, 2007).

A resolução em vigor tentou resolver essa questão, quando coloca que o candidato pode ser identificado pertencente ao grupo racial negro pelos traços fenotípicos. Na resolução de 2004 está descrito apenas da seguinte forma: “Art. 3º – Considera-se negro quem possuir pele de cor preta ou parda” (UEL, 2004). Na de 2012, o Artigo 2º sofreu uma mudança em relação à resolução de 2004, deixando clara a questão da afrodescendência e dos pardos:

Art. 2º – Considera-se negro o candidato que assim se declare e que possua pele de cor preta ou parda e outros traços fenotípicos que o identifique como pertencente ao grupo racial negro.

§1º Enquadram-se nesta opção somente os candidatos pertencentes ao grupo racial negro;

§2º A ascendência negra não será fator a ser considerado na condição de ser negro.

§3º A avaliação do enquadramento dos candidatos a esses traços fenotípicos será realizado por comissão conforme artigo 8º.

Art. 8º – A homologação das matrículas dos candidatos que optarem pela reserva de vagas para negros, conforme descrito no art. 2º, será realizada por uma comissão indicada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) composta por:

I. Coordenador do Núcleo de Estudos Afroasiáticos (NEAA);

II. representante do Núcleo Regional de Ensino;

III. representantes do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Londrina (CMPIR);

IV. representantes da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD);

V. representantes da Coordenadoria de Processos Seletivos (COPS);
VI. representante discente. (UEL, 2012).

Portanto, o termo “pardo” continua, e os pertencentes a esse grupo têm direito às cotas raciais, diferente do que Dona Vilma queria, mas na questão da proporcionalidade ela, representando o Movimento Negro, colocou em discussão e isso foi modificado. Sobre essa questão ela afirmou:

O problema da questão da proporcionalidade é o “até” 20%, esse “até” não poderia ter na Resolução, porque mascara a situação, porque você fica imaginando que nós temos 20% de negros na universidade e não temos. As vagas são proporcionais ao número de alunos inscritos no concurso vestibular de 40%, das quais 20% são para alunos oriundos de escolas públicas e “até” 20% das vagas para alunos negros. Porque é assim: eles não conseguem entender que quando a gente luta buscando cotas para negros dentro da universidade, o pessoal não consegue entender que negro é o mais pobre no país, que o negro não está estudando, não está dentro da escola fundamental, ele não está no ensino médio e ele não está na universidade, ele não está. Nós não temos esse número de negros, 2%, 1% de negros que estão. O que nós vamos fazer? Vamos preparar um material e ir para escolas incentivar os alunos negros para virem para universidade se inscrever, porque eles têm 20% de vagas garantidas. Mas se nós encontrássemos 50% lá, pois o negro não está na escola. Mas por que ele não está na escola? Porque ele tem que trabalhar, porque ele tem que comer. (ANCHIETA, 2008).

Nos primeiros anos da reserva de vagas, regidos pela Resolução CU 78/2004, a questão da proporcionalidade era considerada um dos motivos do baixo número de negros que ingressaram na universidade. Isso porque, para que se tivesse um percentual de “até” 20% das vagas de um curso sendo ocupadas por negros, 20% do total dos inscritos para esse curso deveriam ser negros. Para exemplificar essa questão, temos nos dados da PROGRAD que em 2007 o total de inscritos para o curso de Medicina, que oferece 80 vagas, foi de 3827, sendo que deste total, 82 inscritos optaram pela cota racial, ou seja, 2,14%. Essa porcentagem significou que apenas 2 vagas do curso de medicina foram ocupadas por negros (UEL/PROGRAD, 2007). Esse exemplo mostra bem que os 20% que determinava a resolução, e que aparentemente seria um número grande, ficou muito aquém da realidade, pois se não houvesse a proporcionalidade em relação ao número de inscritos, o número de vagas reservadas seria de 16, ao invés das 2 vagas que foram efetivamente reservadas.

Durante o período em que houve a proporcionalidade, entre os anos de 2005 a 2012, 24.510 vagas foram disponibilizadas pela UEL para ingresso de estudantes nos mais diversos cursos de graduação da instituição. Deste montante, 2.026 vagas ficaram reservadas para o sistema de cotas raciais, no qual 1.692 foram efetivamente ocupadas por estudantes cotistas negros. Esse número de vagas efetivamente ocupadas relacionado ao número de vagas disponíveis pela UEL é significativamente baixo, ficando em torno de 7% o número de

estudantes negros ingressantes pelo sistema de cotas raciais, demonstrando que a proporcionalidade era um fator negativo no desenvolvimento do sistema. No entanto, se analisarmos o total de ingressantes em relação ao total de vagas disponíveis para a cota racial, o aproveitamento tem uma média de 80%, sendo esse um fator positivo mostrando que os estudantes negros estavam aproveitando a oportunidade que o sistema de cotas lhes dava (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de negros inscritos, matriculados e quantidade de vagas disponíveis para cota racial nos anos de 2005 a 2012.

Ano do Vestibular	Inscritos	Número de vagas para cota racial	Matriculados	Relação matrículas/vagas (%)
2005	2.197	279	279	100%
2006	1.326	249	209	84%
2007	1.382	243	226	93%
2008	1.304	236	210	89%
2009	1.201	251	165	66%
2010	1.159	245	183	75%
2011	1.091	253	240	95%
2012	1.266	270	180	67%

Fonte: UEL/PROGRAD e UEL/COPS

Na tabela abaixo, pode-se observar os dados do sistema de cotas raciais dos anos 2013 e 2014, após o fim da proporcionalidade determinado pela Resolução CU 015/2012.

Tabela 3 – Número de negros inscritos, ingressantes e quantidade de vagas disponíveis para cota racial nos anos de 2013 e 2014.

Ano do Vestibular	Inscritos	Número de vagas para cota racial	Matriculados	Relação matrículas/vagas (%)
2013	790	479	123	26%
2014	988	473	138	29%

Fonte: UEL/PROGRAD e UEL/COPS

Constata-se que, com o fim da regra da proporcionalidade, o número de vagas disponíveis para estudantes negros aumentou consideravelmente. No entanto, a utilização dessas vagas nos diferentes cursos de graduação, não teve o aumento proporcional esperado, ao contrário disso, a média de utilização das vagas disponíveis para negros não chega a 30%. O que se verifica no relatório da comissão de homologação de matrículas dos candidatos

aprovados no vestibular de 2014 (PROGRAD/UEL, 2014), é que em alguns cursos, geralmente os de grande concorrência, como por exemplo Medicina, Direito e Engenharia Civil, o percentual de 20% das vagas reservadas para cota racial é totalmente aproveitado por estudantes negros. Porém, em outros cursos, esse percentual fica muito abaixo dos 20%, fazendo com que a média anual de ingresso de estudantes negros na UEL, que concorrem pelo sistema de cotas raciais, ainda permaneça abaixo do esperado, ficando na média de 7% em relação aos demais estudantes.

Durante os dez primeiros anos do sistema de cotas, se analisarmos a quantidade de estudantes cotistas matriculados em relação ao número de inscritos, podemos perceber que a média de ingresso pelas cotas para negros é de 15%, enquanto que no sistema universal essa média é de aproximadamente 13%, conforme dados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Comparativo de inscritos e matriculados pelos sistema de cotas para negros e o sistema universal.

Ano	Cotas Negros			Sistema Universal		
	I	M	%	I	M	%
2005	2.197	279	12,70	21.225	2.017	9,50
2006	1.326	209	15,76	14.222	2.010	14,13
2007	1.382	226	16,35	15.137	2.005	13,25
2008	1.304	210	16,10	15.428	1.992	12,91
2009	1.201	165	13,74	13.861	1.962	14,15
2010	1.159	183	15,79	13.339	1.658	12,43
2011	1.091	240	22,00	10.673	1.656	15,52
2012	1.266	180	14,22	16.297	1.599	9,81
2013	790	123	15,57	11.333	1.760	15,53
2014	988	138	13,97	12.328	1.748	14,18
Total	12.704	1.953	15,37	143.843	18.407	12,80

Fonte: UEL/PROGRAD e UEL/COPS

Legenda: I = Inscritos; M = Matriculados

Quando se compara o percentual de estudantes negros matriculados pelas cotas em relação aos matriculados pelo sistema universal, pode-se constatar que os alunos negros que concluem o ensino médio e se dispõem a concorrer a uma das vagas na universidade pelo sistema de cotas raciais, concorrem com seus pares em condições de igualdade e se tornam universitários em uma proporção até superior a dos alunos inscritos pelo sistema universal, conforme dados da Tabela 4. Esse fator é importante para dar credibilidade ao sistema de cotas, mostrando que estudantes negros oriundos de escola pública, quando concorrendo entre si, têm as mesmas condições e capacidade de ingresso que os demais estudantes, contrariando

a ideia de inferioridade que alguns desfavoráveis ao sistema de cotas argumentam para fazer com que os próprios negros não aceitem as cotas. Esses dados demonstram que se os candidatos cotistas fossem realmente inferiores, tais estudantes não teriam êxito no vestibular e o percentual de matriculados seria menor.

Diante disso, nota-se que o baixo número de estudantes negros presentes nos variados cursos de graduação da UEL está relacionado diretamente ao número de inscritos no vestibular, que vem diminuindo a cada ano, conforme apontam os dados na Tabela 4. Em relação a isso Silva (2014, p. 229) tem a seguinte posição:

São poucos os negros que concluem o ensino médio e menos ainda aqueles que chegam ao ensino superior. Várias são as dificuldades que impedem os jovens da população negra e os pobres de chegarem à universidade; tais como: a discriminação no ambiente escolar, que causa muitas interrupções na trajetória; a violência que vitima em especial a juventude negra, ceifando prematuramente inúmeras vidas; a baixa autoestima fazendo-os não vislumbrar a universidade como *locus* acessível também à população negra. O racismo e as suas consequências reduzem até mesmo a capacidade de sonhar.

Nesse sentido, um dos maiores desafios é iniciar um processo de mudança de mentalidade, para que o pobre e, sobretudo, o negro, passem a considerar que podem disputar uma vaga numa instituição pública de ensino.

No entanto, a análise da Tabela 4 demonstra que essa diminuição no número de inscritos engloba do mesmo modo os estudantes do sistema universal, fazendo com que o problema não se restrinja aos estudantes negros. Portanto, pode-se dizer que a conclusão do ensino médio pode ser um limitador ao ingresso no ensino superior público vivenciado por outras categorias de estudantes. Outro ponto que deve ser considerado e que pode justificar essa redução no número de inscritos são os programas de apoio do governo federal para o acesso ao ensino superior em instituições privadas, como o PROUNI, o Programa de Financiamento Estudantil (FIES)¹², o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)¹³ e o Educa Mais Brasil¹⁴. Sabe-se que o rigoroso processo do vestibular adotado pelas universidades públicas dificulta o acesso a um curso de graduação, o que não ocorre em uma universidade privada, onde o acesso é muito mais descomplicado, tanto que de acordo com dados do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior de 2013,

¹² É um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Fonte: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/>

¹³ Foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>

¹⁴ É o maior programa de inclusão educacional do país e está há mais de uma década no mercado permitindo que estudantes impossibilitados de pagar uma mensalidade integral tenham acesso a instituições de ensino particulares através de bolsas de estudo parciais. Fonte: <https://www.educamaisbrasil.com.br>

do total de matrículas de graduação, 74% tem participação das instituições privadas. Além disso, o que também é constatado nesse resumo técnico, inclusive podendo ser uma das causas da diminuição de matrículas nas instituições públicas, é o crescimento de matrículas na modalidade a distância, que em 2013 tiveram um crescimento de 24% em relação a 2010 (INEP, 2015).

Acerca do processo vestibular, o que se pode constatar comparando os dados disponíveis pela Coordenadoria de Processos Seletivos (COPS) relativos à quantidade de vagas que a UEL oferta a cada ano, com os dados fornecidos pela PROGRAD que quantifica os matriculados por ano, é que boa parte dos estudantes não está conseguindo êxito no vestibular deixando muitas vagas ociosas em vários cursos de graduação, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Demonstrativo do total de vagas ofertadas pela UEL nos processos seletivos, quantidade de matriculados e quantidade de vagas ociosas, entre os anos 2005 a 2014.

Ano	Vagas ofertadas	Matriculados	Vagas ociosas (%)
2005	3.010	3.030	0
2006	3.050	3.051	0
2007	3.050	3.052	0
2008	3.050	3.021	29 (1%)
2009	3.050	2.965	85 (2,8%)
2010	3.100	2.844	256 (8,3%)
2011	3.100	2.996	104 (3,4%)
2012	3.100	2.576	524 (16,9%)
2013	3.100	2.588	512 (16,5%)
2014	3.090	2.435	655 (21,2%)

Fonte: UEL/PROGRAD e UEL/COPS

A Tabela 5 mostra a evolução repentina do número de vagas ociosas na UEL, a partir de 2012, em que o percentual foi de aproximadamente 17% contra menos de 4% do percentual do ano anterior, e esse percentual aumentou nos anos seguintes, atingindo cerca de 21% em 2014. Dimensionando essa adversidade, de acordo com os dados dos matriculados em 2014 apontados na planilha da PROGRAD, apurou-se que a UEL tem 66 opções para ingresso nos variados cursos, turnos, licenciaturas e bacharelados. Deste total, 39 opções não preencheram o quantitativo de vagas ofertadas, o que representa um percentual de 59% dos cursos com vagas ociosas. Alguns cursos apontam cerca de 10% de vagas ociosas, como por exemplo, Ciências Contábeis (Noturno), Farmácia, Geografia (Noturno); outros como

Enfermagem e Fisioterapia as vagas ociosas são de aproximadamente 30%. Na Tabela 6 especificam-se os 20 cursos que apresentaram os maiores índices de vagas ociosas.

Tabela 6 – Relação dos cursos com maiores índices de vagas ociosas em 2014.

Curso	Vagas	I*	M*	% Vagas ociosas
Letras Espanhol (Vespertino)	20	6	0	100,0
Química – Licenciatura (Noturno)	40	76	8	80,0
Biblioteconomia (Noturno)	40	35	9	77,5
Esporte (Integral)	60	53	14	76,7
Educação Física – Bacharelado (Noturno)	60	206	15	75,0
Letras Francês (Noturno)	20	12	6	70,0
Arquivologia (Noturno)	40	34	13	67,5
Matemática – Licenciatura (Noturno)	40	78	13	67,5
Letras Português (Vespertino)	60	53	20	66,7
Letras Espanhol (Noturno)	20	13	7	65,0
Física – Licenciatura (Noturno)	30	52	12	60,0
Matemática – Bacharelado (Matutino)	30	35	12	60,0
Pedagogia (Matutino)	80	131	35	56,2
Secretariado Executivo (Noturno)	40	62	18	55,0
Zootecnia (Integral)	40	147	18	55,0
Letras Português (Noturno)	60	77	31	48,3
Pedagogia (Noturno)	80	168	43	46,2
Educação Física – Licenciatura (Matutino)	30	59	17	43,3
Educação Física – Bacharelado (Matutino)	60	160	36	40,0
Serviço Social (Matutino)	40	66	25	37,5

Fonte: UEL/PROGRAD e UEL/COPS

Legenda: I = Inscritos; M = Matriculados

* Total de estudantes, incluindo cotistas

Analisando as informações constantes na Tabela 6, observa-se que alguns cursos relacionados têm histórico de serem pouco procurados, como por exemplo, Arquivologia e Biblioteconomia. Por sua vez, os cursos da área de Exatas (Química, Física e Matemática) exigem dos candidatos um perfil mais criterioso, além de conhecimento específico em matérias complexas, o que poderia justificar as vagas ociosas. No entanto, quando se constata essas vagas em cursos considerados populares como Educação Física, Letras, Pedagogia, Serviço Social, Secretariado Executivo e Zootecnia, a questão torna-se, no mínimo, preocupante.

As hipóteses para essa ocorrência podem ser as citadas anteriormente, com poucos egressos do ensino médio ou egressos pouco qualificados, diversas oportunidades para

ingresso em instituição privada e até mesmo o alto grau de dificuldade das provas do vestibular, pois alguns cursos têm quantidade razoável de inscritos, no entanto a quantidade de matriculados têm números medíocres, como por exemplo, o curso Educação Física – Bacharelado (Noturno) listado na Tabela 6. Nesse caso, é oportuno, posteriormente, um estudo aprofundado para possíveis esclarecimentos das reais causas.

A pretensão do levantamento dessas informações foi ter subsídios para não enfraquecer a política de cotas raciais na UEL, não deixando que todos os apontamentos negativos recaiam somente sobre essa política, uma vez que foi demonstrada, na Tabela 3, a queda nos índices de matriculados, mesmo tendo o aumento da quantidade de vagas reservadas após a mudança na regra da proporcionalidade. O que se constatou com esse levantamento é que trata-se de um problema generalizado que não tem o sistema de cotas como protagonista, muito pelo contrário, o problema encontra-se antes do ingresso dos estudantes e veremos, no decorrer dessa dissertação, que os estudantes negros que conseguem ingressar na UEL por meio do vestibular, em sua grande maioria, obtém resultados positivos.

Apesar de toda dificuldade, sabe-se que o sistema de cotas raciais abriu uma porta para que a realidade de alguns mudasse a partir da conclusão de um curso superior. Na UEL, nos dez primeiros anos do sistema (2005-2014), foram 1.954 estudantes negros que ingressaram no ensino superior, o que certamente muda os números negativos das estatísticas sociais e econômicas dessa população.

4 O ACESSO DO NEGRO À UNIVERSIDADE E A DIFÍCIL ESCOLHA DO CURSO SUPERIOR

Neste capítulo serão apresentadas as dificuldades encontradas pelos negros no acesso às universidades, bem como a escolha do curso de graduação que pretendem cursar, diante da visão sociológica de Bourdieu e Lahire. Será apresentado, também, um demonstrativo quantitativo relativo à inscrição no vestibular para as cotas raciais, nos dez primeiros anos do sistema na UEL.

Como foi visto no capítulo anterior, a política de cotas raciais é uma realidade no país. Portanto, uma batalha dessa guerra foi vencida, as cotas estão aprovadas e agora precisam ser utilizadas. Mas como fazer com que estudantes cotistas raciais, que já sofrem com a discriminação racial devido ao preconceito em todos os planos da sociedade, consigam encarar e superar o racismo institucional a que estarão sujeitos quando ingressarem em uma instituição pública de ensino superior? Trataremos apenas dos alunos negros e pardos que entram na universidade pelo sistema de cotas raciais, uma vez que essa categoria sofra mais preconceito quando identificada, pois alguns alunos negros ou pardos não optam pelas cotas raciais ou atingem pontuação que os colocam na cota de escola pública ou universal. Cabe salientar que esses alunos também sofrem o preconceito, pois quando se visualiza um negro na universidade, supõe-se que é um cotista racial, porém nem todos são.

Em uma entrevista ao Geledés – Instituto da Mulher Negra, ao ser questionado se há mais negros na universidade, Marcelo Paixão assim se colocou:

Infelizmente um dia as elites e segmentos médios brasileiros herdaram uma maldita expressão de evidente caráter autoritário que dizia “que a universidade não é para todos”. E com o tempo essa profecia foi se auto realizando fazendo com que tenhamos indicadores de acesso ao ensino superior francamente medíocres [...] Desse modo, sem deixar de reconhecer os avanços, tanto melhor vê-los como o ponto de partida de uma caminhada que demandará algumas décadas até podermos ter motivos para abordagens mais otimistas (PAIXÃO, 2014, *on-line*).

As cotas raciais para acesso ao ensino superior são fundamentais para que esse avanço se desenvolva até chegarmos ao ponto em que, contemplar estudantes negros dentro das universidades não seja um choque para a sociedade, que até os dias de hoje se surpreende com essa situação, pois conforme citou Paixão, a profecia que “a universidade não é para todos” ainda é latente entre vários segmentos sociais. Diante disso, é oportuno citar o relato de uma estudante cotista racial que se formou em Design Gráfico e que foi uma das informantes

da pesquisa. Ela menciona o fato da cor da pele a tornar “exótica” dentro da universidade na visão dos outros estudantes:

Acredito que minhas dificuldades não foram muito diferentes das de um estudante branco. Eu era uma das melhores alunas da turma e não tinha problemas familiares e sempre tive apoio dos meus pais nos gastos escolares, diferente de muitos negros. A discriminação da cor da pele nós sentimos todos os dias, estando na universidade ou não. Ela é na maioria das vezes sutil. Eu sempre fui a única negra no meio de brancos, ou éramos dois no máximo três. Professores negros também são minoria. Tive dois em toda graduação e meus amigos brincavam que eram minhas tias só porque éramos negras. Isso demonstra como o ser negro torna-se exótico num meio “que não é pra ele estar” ou do qual “não faz parte” no inconsciente coletivo. Certa vez uma amiga me disse pra alisar o cabelo que eu ficaria mais bonita (clássica). Você acha o comentário idiota mas você sabe que não existe empatia. Adiantaria falar algo estranho, desconfortável para a mentalidade construída em 18, 20 anos de vida daquelas pessoas? Talvez, ou nenhuma delas me entenderia de fato, ou fingiriam (o que é pior) eu sempre preferi levar na brincadeira. Não por eles, por mim mesma. (formada em Design Gráfico)

Ser exótica em um espaço significa estar sempre em evidência, ser questionada ou criticada em suas ações ou omissões, desse modo é possível pensar como a trajetória acadêmica dessa estudante teve um viés diferenciado que, sem dúvida nenhuma, influenciou nos seus rendimentos acadêmico e na sua autoestima. Esses fatos foram vivenciados por ela, mas não houve empatia dos colegas e professores, tanto que ela achou melhor seguir sua trajetória “sozinha” a tentar mudar a mentalidade de seus pares.

4.1 A Universidade Pública como Campo Social e seu Papel na Conquista do Capital Simbólico

A universidade pública é uma instituição social, ou pode-se dizer também, um campo social, sendo assim ela é capaz de mostrar como é a estrutura da sociedade como um todo, ou seja, a universidade também se organiza de forma que as relações se sobrepõem e se interligam com a presença de opiniões, atitudes que podem ser diferenciadas de acordo com as posições e papéis sociais de cada um de seus integrantes.

Para Bourdieu (1996), o espaço ou campo social é um espaço virtual teórico onde se organizam as diferenças sociais. É nele que se articulam as posições sociais dos agentes (indivíduos) com as disposições (*habitus*) e as tomadas de posição (práticas). As diferenças e distâncias no espaço social são relacionais. Quer dizer que elas só existem umas em relação às outras, e não de forma absoluta. Este espaço social é organizado de acordo com a quantidade e com os tipos de capital que cada agente ou grupo social possui.

Habitus, segundo Bourdieu, é:

Um sistema aberto de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais (tanto na dimensão material, corpórea, quanto simbólica, cultural, entre outras). O *habitus* vai, no entanto, além do indivíduo, diz respeito às estruturas relacionais nas quais está inserido, possibilitando a compreensão tanto de sua posição num campo quanto seu conjunto de capitais. O *habitus* traduz, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas (CULT, 2008).

O conceito de *habitus* dá conta de uma prática exteriorizada de um conhecimento incorporado, de um capital somado à sua prática (BOURDIEU, 2012). Para exemplificar tal conceito, podemos analisar a escola, que ao longo de sua existência se tornou reconhecida como espaço de integração cultural que oferece aos alunos uma estrutura comum de categorias de pensamento que possibilita a comunicação, ao passo que quando o conhecimento se torna mais complexo, reforça esquemas de percepção de mundo. Assim, o conceito de *habitus* é a compreensão de que um conjunto de pessoas que nasceu numa determinada época da história foi formado socialmente sob o mesmo modelo formador, encontrando-se “predispostos a manter com seus pares uma relação de cumplicidade e comunicação imediatas” (BOURDIEU, 1999, p. 206). Por isso, os sentidos são associados às mesmas palavras, às mesmas ações. Primeiro, a família, depois, a escola: espaço de consenso cultural, lugar do senso comum, repertório de lugares-comuns, de “maneiras comuns de abordar problemas comuns” (BOURDIEU, 1999, p. 207).

Entendendo *habitus*, podemos compreender certo conformismo de classes sociais excluídas do acesso a inúmeros bens sociais, entre os quais a educação, porque foram predispostas historicamente a um sentido de que a educação de qualidade – e no caso, o ensino público superior – “não é para nós”. Apesar do ensino fundamental e médio no Brasil serem obrigatórios, é na escola que os ensinamentos sobre a continuidade de estudar são incorporados, ela é o lugar formador de hábitos, de subsistência de uma ordem de sucessões, ou seja, do filho em relação ao pai, mantendo-se a posição social habitada, ou avançando para além dela. O problema é que, assim como a instituição escolar concede ao aluno de classes econômicas altas a formação necessária para a conquista do diploma para reconhecer a herança de seus pais, a escola também, com sua visão meritocrática, na maioria das vezes não funciona como mola propulsora dos filhos de classes sociais excluídas, cujas predisposições, marcadas pelas suas condições sociais de existência, não lhes habilitam às notas necessárias para adentrarem o mundo universitário.

Ao longo de sua trajetória, a população negra carrega uma carga pesada de descaso do país, a começar pela sua escravidão durante trezentos anos e a forma como a Abolição se deu no país, isto é, sem nenhuma forma de reparação ou incentivo à população negra para alcançar a igualdade na sociedade e até mesmo hoje, com diversas demonstrações de preconceito, discriminação e racismo¹⁵. Isso fez com que a grande maioria da população negra fizesse parte de um *habitus* desfavorável em galgar um curso superior, pois os negros estão nas periferias das cidades, estudam em escolas públicas também das periferias (cuja qualidade é, muitas vezes, inferior às escolas públicas das áreas centrais), isso quando estudam, já que precisam trabalhar, diante de toda essa situação na qual estão inseridos. Ter um diploma de curso superior é, para muitos, uma utopia. Mesmo com todos os mecanismos de ingresso no ensino superior, ainda é baixa a percentual de negros que cursam ou concluíram um curso superior, apenas 8,8%, e de 11% de pardos, de acordo com levantamento do Ministério da Educação (MEC) de 2013 (INEP, 2015).

Mesmo sendo uma pequena porcentagem, esses alunos contrariaram o *habitus* no qual estavam inseridos e adentraram em um campo onde precisaram se adequar, principalmente em relação às divergências de capital a que seriam sujeitados.

Entende-se por capital, segundo Bourdieu, não apenas o acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social. Assim, além do *capital econômico* (renda, salários, imóveis), tem-se o *capital cultural* (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), *capital social* (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação). Em resumo, refere-se a um *capital simbólico* (aquilo que chamamos prestígio ou honra e que permite identificar os agentes no espaço social). Ou seja, desigualdades sociais não decorreriam somente de desigualdades econômicas, mas também dos entraves causados, por exemplo, pelo déficit de capital cultural no acesso a bens simbólicos.

A visão preconceituosa que se tem da população negra é que são pessoas de pouco capital simbólico, devido às grandes desigualdades a que estão expostas. O acesso ao ensino superior é um meio importante que os negros conseguiram para poder mudar essa visão, ou ao menos tentar tal mudança. O grande desafio para os negros no papel de ator social é ocupar um espaço dentro desse campo social. Para isso é necessário que ele conheça as regras do jogo dentro do campo e que esteja disposto a lutar (jogar). No campo social, as posições são

¹⁵ Essas definições têm suas diferenças, a saber: o preconceito se expressa na sociedade, mas não necessariamente segrega ou discrimina; já a discriminação promove, baseada em certos preconceitos, a separação de grupos ou pessoas. Por outro lado, o racismo mata, produz o ódio entre grupos e indivíduos.

determinadas pela distinção das posses de capital econômico e de capital cultural. Portanto, quanto mais correlato for a quantidade e a espécie de capitais que os agentes detiverem, mais próximo será o espaço que ocuparão dentro do campo. Em contrapartida, quanto mais desigual for o volume e o tipo de capitais, mais distantes estarão no campo social.

De acordo com a teoria de Bourdieu (2012), o campo se caracteriza como um espaço social de disputa entre dominantes e dominados, onde as relações sociais entre seus agentes compartilham interesses em comum, mas que não dispõe dos mesmos recursos e competências. Se aplicarmos essa teoria no que diz respeito ao acesso à universidade, vemos claramente essa teoria em prática, onde os ingressantes não possuem o mesmo capital cultural, ou seja, temos alunos que cursaram o ensino fundamental e médio em escolas privadas, onde o ensino é, sem sombra de dúvidas, muito superior ao ensino da rede pública. Por conta da desigualdade do capital cultural, os alunos oriundos de escola privada de maior qualidade têm grandes chances de ingresso na universidade pública (campo), já para os alunos das escolas públicas o acesso a esse campo se torna mais difícil devido à precariedade do ensino. Quando se coloca em questão o acesso do negro à universidade, as diferenças de capital cultural com outros grupos ficam ainda mais gritantes. Pode-se dizer que as cotas foram uma estratégia que a universidade, detentora do poder, utilizou para tentar mudar esse quadro.

Os alunos cotistas negros se arriscaram a ocupar posições dentro de um campo onde seriam duplamente dominados. Isso porque em um curso de graduação têm-se como dominadores natos os docentes, que detêm todo o conhecimento que deve ser repassado. Além dos docentes, os negros são dominados pelos outros alunos, que apesar de estarem no mesmo curso, possuem ou acham que possuem capital diferente dos negros, o que os coloca na posição de dominantes. Tal realidade é enfrentada pelos negros ao longo de sua história, pois sempre foram colocados em posições inferiores. O ingresso em um curso superior, e até em um curso de prestígio, era para esse grupo um sonho, ou talvez nem chegassem a sonhar com tal possibilidade. A política de cotas raciais é parte da solução de um problema secular para o Brasil, mas que também já foi presenciada em inúmeros países do mundo. Como diz Bourdieu, acerca da realidade da França na década de 1960:

Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade do que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais do que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores àquelas de um jovem de classe média. (BOURDIEU, 2012, p. 41).

A universidade pode ser considerada um campo científico, pois produz capital intelectual, o que a difere dos outros campos sociais. Ao ingressar em um curso superior do

indivíduo é esperada a aquisição de conhecimento para superar demandas sociais emergentes, fazendo com que a universidade cumpra com sua responsabilidade social. Dentro do campo científico, que é um campo de forças e de lutas, a posição dos seus agentes determina o que eles podem ou não fazer, denominada, segundo Bourdieu, de *estrutura das relações objetivas*. Isto significa dizer que somente compreendemos o discurso e as proposições de um agente quando conseguimos vislumbrar a posição que ele ocupa nesse campo, se compreendermos “de onde ele fala”. E esta estrutura é determinada pela distribuição do capital científico. Ou seja, os agentes caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo. Os alunos, nesse campo científico, ocupam a posição de adquirir conhecimentos para terem, primeiramente, o chamado capital intelectual, e com o tempo adquirirão o capital científico.

Capital intelectual é o nome dado a toda a informação, transformada em conhecimento que se agrega àqueles que você já possui. É o chamado conhecimento tácito – aquele adquirido com a junção do conhecimento explícito a prática de algo ao longo dos anos. É importante destacar que o capital intelectual não pode ser um conceito pensado em função apenas dos interesses empresariais. A história tem mostrado que vivemos num contínuo jogo de disputas pela dominação do homem pelo próprio homem, inclusive, nas relações profissionais das organizações contemporâneas. Por isso, a visão de capital intelectual também deve ser pensada como maneira estratégica de emancipação humana, uma vez que é um recurso, em primeiro lugar, de seres humanos, de cada indivíduo. (ANTUNES, 2002, *on-line*).

Bourdieu cria o conceito de capital científico para explicar a distribuição desigual de poder dentro do campo. Este capital simbólico específico do campo científico é construído e acumulado pelo agente através do seu conhecimento e reconhecimento no campo em que atua. Quanto mais capital um agente tiver, mais poder ele tem para afirmar suas ideias e modificar as regras do jogo, se for preciso.

Esse capital [...] repousa sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador publicar. (BOURDIEU, 2003, p. 27)

A universidade enquanto espaço intelectual, científico, educativo e político deve ficar atenta às questões que dizem respeito aos direitos humanos, ao diálogo entre culturas, aos direitos dos povos. Partindo deste entendimento, a universidade deve ter ações com o intuito de problematizar o significado do reconhecimento da diversidade étnico-racial brasileira, e incluir, no quadro de políticas institucionais, além da reserva de vagas para negros, outras políticas reparatórias e de reconhecimento. Uma das questões centrais que desafia a compreensão, o espírito democrático, a criatividade da universidade é admitir que os

antigos escravizados africanos trouxeram consigo saberes, conhecimentos, tecnologias, práticas que lhes permitiram sobreviver e construir um outro povo. O desafio maior está em incorporá-los ao corpo de saberes que cabe, à universidade, preservar, divulgar, assumir como referências para novos estudos, fazendo assim com que os negros que ingressam na universidade não fiquem tão aquém do campo científico e consigam disputar espaço ao menos com os mesmos agentes da sua categoria, ou seja, os alunos brancos.

4.2 Questões Sociais na Escolha do Curso Superior

Para se compreender as desigualdades educacionais, é preciso entender não só as diferenças na educação básica, mas também as oportunidades e as trajetórias educacionais vividas por diferentes grupos de estudantes no interior do ensino superior. Para tanto, é necessário entender os motivos ou interesses pelos quais os indivíduos escolhem cursos mais ou menos exigentes e de maior ou menor retorno econômico e simbólico. A escolha dos estudos superiores seria justamente o ponto de ligação ou de passagem entre as desigualdades vividas pelos estudantes até o ensino médio e as novas desigualdades a serem vivenciadas no ensino superior (NOGUEIRA, 2012).

Ainda que a escolha do curso superior possa ser relativamente autônoma, levando em conta as preferências e interesses particulares, alguns dados mostram que as bases sociais são determinantes nessa escolha. No Brasil, os trabalhos pioneiros de Gouveia (1968; 1970) já apontavam, na década de 1960, a existência de uma estreita correlação entre a origem social dos estudantes e o ramo do ensino superior no qual estavam matriculados. Gouveia acentuava não apenas a relação entre a situação socioeconômica do estudante e o curso escolhido, a concentração dos alunos com perfil socioeconômico mais elevado na área de Ciência e Tecnologia, incluindo aí os cursos de Medicina, Odontologia e Arquitetura, mas também, a importância da origem étnica e do gênero na definição dos estudos superiores.

No plano internacional, Bourdieu já constatava em *Les Héritiers* (1964), a existência de forte correlação entre a origem social dos estudantes (definida pela categoria socioprofissional dos pais) e o tipo de curso superior frequentado. O autor mostrava, ainda, que a correlação era influenciada pelo sexo, pela idade e, secundariamente, pela origem geográfica (rural ou urbana) dos estudantes. De um modo geral, os indivíduos oriundos das camadas superiores da sociedade ingressavam nos cursos mais prestigiados do sistema universitário francês. Os membros das camadas sociais inferiores, ao contrário, quando

chegavam ao ensino superior, eram relegados aos cursos e faculdades de menor prestígio (NOGUEIRA, 2012).

Pesquisas evidenciam que, de um modo geral, os indivíduos não escolhem seus cursos superiores de maneira aleatória, a partir de atributos peculiares, mas em função de suas características socioeconômicas e acadêmicas, do seu gênero, da sua idade e do seu pertencimento étnico. Paul e Silva (1998), analisando os dados do vestibular de 1990 para instituições de ensino superior do Rio de Janeiro, observaram que os indivíduos tendiam a se inscrever em cursos de acesso mais ou menos difícil, dependendo de sua preparação acadêmica. Segundo os autores, “os vestibulandos, estimando a priori a sua capacidade relativamente aos demais candidatos e conhecendo o grau de competitividade no acesso a cada uma das carreiras, fazem sua escolha considerando sua chance pessoal de ingressar na carreira preferida” (p.121). Observa-se, assim, que o próprio indivíduo faz uma autosseleção acadêmica levando em conta sua posição socioeconômica, ou seja, quanto menor for a posição maior o cuidado na escolha do curso superior. Ao contrário, quanto mais alta a posição do indivíduo na sociedade, maior a probabilidade de se inscrever em cursos que podem oferecer profissões mais notórias e rentáveis. Na análise dos candidatos que se inscreveram em Medicina e Odontologia, Nogueira (2012, *on-line*) aponta que:

O contraste é particularmente nítido quando se compara o perfil socioeconômico dos aprovados em Medicina e Odontologia com aquele dos candidatos que obtiveram a pontuação necessária ao ingresso nesses cursos, mas optaram por cursos nas áreas de Arte e Educação. Enquanto 72% dos aprovados em Medicina e Odontologia tinham pais com curso superior, apenas 37,5% daqueles que obtiveram os pontos necessários, mas escolheram Arte e Educação, tinham pais com esse nível de formação. Da mesma forma, enquanto apenas 13% dos futuros médicos e dentistas pretendiam trabalhar durante o curso superior, essa era a intenção de 75% daqueles que poderiam ter optado por essas carreiras de prestígio, mas se inscreveram em Arte e Educação.

Por meio do conceito de *habitus*, Bourdieu acentua que as percepções, o gosto, as preferências seriam formados a partir das condições sociais de existência no interior das quais o sujeito foi socializado. Da mesma forma, a intensidade e a qualidade do investimento escolar do sujeito dependeria da sua posição social de origem.

No que diz respeito ao problema da escolha dos estudos superiores, o conceito de *habitus* oferece uma explicação para o processo de determinação do campo dos possíveis. Essa determinação se faria com antecedência em relação ao momento de ação, pela socialização em um meio no qual o acesso ao ensino superior, em geral, seria vivido como algo “impossível”, “possível” ou “normal” (BOURDIEU, 2009). Pelo processo de adaptação

ao destino provável, os indivíduos aprenderiam a descartar antecipadamente as opções tidas como impossíveis e a desejar as alternativas razoáveis. No entanto, alguns estudantes negros não se acomodam nessa aceitação, contrariando esse *habitus* e desejam posições superiores, inscrevendo-se em cursos concorridos, e outros menos concorridos, mas que exigem um grau de conhecimento avançado em matérias tidas como “difíceis” no ensino básico.

4.3 A Escolha do Curso Superior na UEL (2005-2014)

A Universidade Estadual de Londrina (UEL), com reconhecimento do Ministério da Educação (MEC), iniciou suas atividades com apenas 13 cursos de graduação. Hoje, a UEL oferta 66 opções que englobam cursos com turnos e habilitações distintas, e oferecem 3.100 vagas anuais em todas as áreas do conhecimento científico.

Como foi dito, a política de cotas na UEL iniciou-se em 2005, e durante os dez primeiros anos foram muitos os estudantes que se candidataram aos mais diversos cursos oferecidos pela instituição. Com o objetivo de sistematizar as informações, os cursos de graduação ofertados pela UEL nos diferentes turnos e habilitação, serão agrupados de acordo com a sua grande área do conhecimento, seguindo a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, descritos no quadro abaixo.

Quadro 1 – Cursos de graduação agrupados de acordo com a grande área do conhecimento.

Grande Área do Conhecimento	Curso de Graduação
Exatas	Ciência da Computação, Física, Matemática, Química
Biológicas	Biomedicina, Ciências Biológicas
Engenharias	Engenharia Civil, Engenharia Elétrica
Saúde	Esporte, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Odontologia
Agrárias	Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia
Sociais Aplicadas	Administração, Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Jornalismo, Relações Públicas, Design de Moda, Design Gráfico, Direito, Secretariado Executivo, Serviço Social
Humanas	Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Pedagogia, Psicologia
Letras e Artes	Artes Cênicas, Educação Artística, Letras, Música

Fonte: CNPq

Na tabela a seguir, são apresentados os dados quantitativos referentes à escolha do curso superior dos alunos que optaram pelas cotas raciais, no vestibular dos anos 2005 a 2014. Ressalta-se que os cursos estão agrupados de acordo com a grande área do conhecimento.

Tabela 7 – Número de inscritos com opção de cota racial, nos vestibulares dos anos 2005 a 2014.

Ano	Exatas (3 cursos)	Biológicas (2 cursos)	Engenharias (2 cursos)	Saúde (7 cursos)	Agrárias (3 cursos)	Sociais Aplicadas (13 cursos)	Humanas (6 cursos)	Letras e Artes (4 cursos)
2005	130	65	31	503	91	837	419	121
2006	60	23	29	297	42	533	264	78
2007	87	43	24	308	35	562	251	72
2008	46	27	20	280	55	575	239	62
2009	44	22	34	261	36	532	205	67
2010	46	25	33	268	45	509	167	66
2011	54	28	49	269	41	448	152	50
2012	40	16	86	303	55	563	143	60
2013	39	16	49	185	33	313	118	37
2014	30	21	71	304	47	346	127	42
Total de inscritos	576	286	426	2978	480	5218	2085	655

Fonte: UEL/PROGRAD e UEL/COPS

Para analisar os dados da Tabela 7 deve-se considerar a quantidade de inscritos nas grandes áreas de conhecimento em relação à quantidade de cursos de cada área. Fazendo essa relação, identificamos que as áreas mais procuradas por estudantes optantes pelas cotas raciais nos dez anos de vestibular da UEL são: Saúde, Sociais Aplicadas e Humanas.

Na área da Saúde, o curso mais procurado foi o de Educação Física, com 1.054 inscritos, seguido do curso de Medicina, com 999 inscritos. O curso de Educação Física tem opção de turno noturno e também duas habilitações (licenciatura e bacharelado), fatores que podem ser determinantes na escolha do curso superior, portanto esse pode ser um dos motivos do curso ser bastante procurado. No entanto, ao longo dos dez anos analisados, esse curso teve a procura em queda a cada ano. Em 2005, foram 197 inscritos nesse curso, enquanto que em 2014, apenas 47 se inscreveram. Já o curso de Medicina é sempre muito procurado, não sendo diferente entre os que optaram pela cota racial, um indicativo favorável à política de cotas apontando que médicos negros irão se formar e atuar em uma profissão em que, historicamente, não atuavam.

A área Sociais Aplicadas é a que possui maior número de cursos, 13 no total, sendo que 12 deles são oferecidos em apenas um turno (matutino, vespertino ou noturno), o que

proporciona ao estudante disponibilidade de conciliar a graduação com outras atividades. Nessa área está o curso de Direito, com um total de 1456 inscritos, em dez anos. O fato desse curso ter opção nos três turnos, somando-se ao fato de possibilitar várias carreiras (advogado, procurador, promotor de justiça, juiz, delegado de polícia, tabelião e professor de Direito), o coloca como o curso com mais inscritos não somente nessa área, mas na UEL toda, pelo sistema de cotas raciais. Em seguida está o curso de Administração, com 940 inscritos. Nessa área, o único curso integral é Arquitetura e Urbanismo, que teve 139 inscritos.

Em Humanas, Pedagogia é o curso mais procurado, com 708 inscrições. Tem opção de turno matutino ou noturno, e é o curso que forma professores que atuarão na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, o que torna o curso atrativo, principalmente, entre as mulheres. Logo após, Psicologia, com 393 inscritos. Mesmo sendo um curso integral, muitos estudantes optam pelo curso que é considerado um curso em expansão, já que nos últimos anos muitas pessoas têm recorrido a tratamento psicológico, uma vez que “o ciclo vital vem se modificando e o fenômeno da longevidade tem forçado a criação de novos estágios de desenvolvimento. [...] Esta realidade sinaliza a importância da escuta psicológica” (MORI; COELHO; ESTRELA, 2006, p. 1826-1827)

Nas demais áreas do conhecimento, os cursos mais procurados foram:

- **Exatas:** Ciência da Computação, 199 inscritos;
- **Biológicas:** Ciências Biológicas, 177 inscritos;
- **Engenharias:** Engenharia Civil, 267 inscritos;
- **Agrárias:** Medicina Veterinária, 204 inscritos;
- **Letras e Artes:** Letras, 321 inscritos.

“O que o levou a escolher esse curso?” foi uma das questões da pesquisa da qual 69 estudantes participaram. Destes, 29 responderam que a escolha do curso foi pela atração ou afinidade pela área, demonstrando que o fato de terem feito um ensino médio precário, além do descrédito que a população negra suporta, eles têm interesse e afinidades em certas profissões onde poucos são representados. Algumas falas serão citadas e colocado entre parênteses o curso que o estudante cursou ou está cursando:

Alguns membros da minha família trabalham na área de enfermagem, então, e eu sempre tive contato com a área da saúde. Conforme eu fui crescendo eu fui descobrindo minha afinidade com a área também. E foi assim que eu escolhi a medicina. (Medicina)

Admiração pela profissão. (Odontologia)

Tinha afinidades por práticas esportivas. (Educação Física)

Proximidade com artes desde a infância mais a multidisciplinaridade da área, possibilidade de integrar diversos assuntos em um mesmo projeto. (Design Gráfico)

A diversidade no mercado de trabalho, além do retorno financeiro, também são fatores determinantes na escolha do curso superior. Esse fator esteve presente na resposta de 18 estudantes:

Ampla área de atuação, bem como possibilidade de boa remuneração. (Direito)

Mercado de trabalho abrangente, matérias ligadas às ciências sociais e filosofia. (Direito)

Pelo vasto mercado de trabalho. (Ciências Contábeis)

Vocação e retorno financeiro. (Medicina)

As oportunidades de uma carreira com extensas possibilidades. (Direito)

Uma coincidência nas respostas foi um fator interessante. Dois estudantes de Engenharia Civil, um formado e o outro cursando, responderam que a escolha do curso foi “um sonho”. Sabe-se que tal curso exige uma disposição a mais, sendo necessário domínio do conhecimento em cálculo matemático e de análise de estruturas baseada na física, portanto, poucos tem a pré-disposição até mesmo para “sonhar” com esse curso. Em se tratando de um estudante negro, esse “sonho” pode ser mais longínquo ainda, pois como citado anteriormente “o racismo e as suas consequências reduzem até mesmo a capacidade de sonhar”, porém vimos que isso está mudando e temos negros “sonhando” em ser engenheiros. Outro estudante de engenharia respondeu “gosto da área, sempre gostei de saber como as coisas são feitas”, o que demonstra um interesse específico pela área.

O turno disponibilizado pelos cursos, que pode ser matutino, vespertino, noturno ou integral, também define algumas escolhas. Um aluno de Administração respondeu que “não tinha como fazer Engenharia, pois é um curso basicamente em período integral”, para esse estudante, infelizmente, o horário disponível para a graduação em engenharia não possibilitou que ele optasse pelo curso que gostaria, o que não o impediu de escolher outra carreira. Já para a estudante de Pedagogia, o turno foi um fator a mais para a escolha. Em sua resposta expressou “afinidade com a área da educação e a possibilidade de trabalhar durante a graduação, pelo fato do curso ser em um único período”.

O interesse pessoal ou até mesmo alguma experiência vivida, o gosto por alguma matéria específica e a influência de amigos e professores também estão entre as respostas.

“Gosto de matemática e porque queria ser professora da disciplina desde criança”, esse foi o motivo pela escolha de um estudante de Matemática, curso pouco procurado, justamente por ser um “pesadelo” para muitos. No entanto, quando se tem gosto pela matéria e vontade de atuar nessa profissão, esse pesadelo não existe. “Sempre gostei de história no colégio e fui incentivado por meus professores”, foi o motivo pela escolha do curso de História por um estudante. Vale destacar outras respostas que seguem:

Experiências na infância e a vontade de cuidar da saúde. (Odontologia)

Precisei de fisioterapia previamente e me interessei pela área. (Fisioterapia)

A dinâmica que um curso de comunicação oferece, diversas possibilidades de atuação. (Relações Públicas)

Área que sempre me intrigou, o Poder Judiciário. (Direito)

A princípio, para trabalhar na área da comunicação social (jornalismo), agregando para minha formação as áreas de sociologia e ciência política. Porém com o tempo me identifiquei com o trabalho docente e as áreas de pesquisa das ciências sociais, principalmente com as temáticas relações raciais e educação, e pretendo atuar na minha área de formação. (Ciências Sociais)

O poder de transformação que há no processo educativo. (Pedagogia)

Observa-se que vários são os fatores que levam à escolha de um curso superior, sendo um desafio tentar compreender tal complexidade. Se tivermos uma visão macrossociológica podemos observar alguns elementos que podem determinar tal escolha, como por exemplo: a) a posição que o indivíduo tem na sociedade, seu capital intelectual, cultural e econômico; b) as condições de acesso ao sistema universitário (cursos, grau de dificuldade, turno de aula); c) o mercado de trabalho, bem como o reconhecimento da profissão e seu retorno financeiro. De maneira oposta, se olharmos pela escolha individual de cada um, pode-se identificar alguns determinantes na escolha, como: a) suas habilidades específicas, assim como sua capacidade intelectual; b) preferências ou gostos relacionados ao curso; c) suas expectativas e projetos de vida.

Sabe-se que a família é um dos maiores influenciadores no momento da escolha de um curso superior. Especificamente em relação ao objeto dessa pesquisa, esse fator influencia no sentido de que talvez esse seja o primeiro membro da família a ter a oportunidade de frequentar um curso superior, portanto esse indivíduo poderá transformar a família a partir dessa realização. Subsidiando tal afirmação, tem-se o fato de que dos 65 informantes, 46% deles, têm ou tiveram pais que cursaram ou concluíram apenas o ensino fundamental. Desta maneira, quando tratamos de famílias negras, a maior influência é justamente a mudança que

um membro formado pode causar, não sendo possível relacionar a escolha diretamente à posição social de origem, suas pré-disposições ou *habitus*. Nessa situação, cada indivíduo possui sua história social particular, que faz com que ele desenvolva um campo diferenciado de disposições e proceda de uma forma única, de acordo com as situações a serem vivenciadas, no caso a escolha do curso superior. Como afirma Nogueira (2012) acerca do pensamento de Lahire “o indivíduo é produzido a partir de múltiplas e, até certo ponto, incoerentes influências socializadoras agindo de modo simultâneo ou não nas mais diversas esferas sociais”.

O que se pode confirmar com o sistema de cotas raciais é que vários estudantes negros viram nele uma grande oportunidade, e cada um com sua disposição individual se propôs a concorrer a uma das vagas em um curso superior de uma universidade pública, no caso a UEL. No próximo capítulo serão apresentados os dados quantitativos dos estudantes que conseguiram avançar mais uma etapa do processo de mudança de suas vidas ao passarem no vestibular e finalmente ingressarem em uma universidade, bem como dados que apontam as principais dificuldades enfrentadas nessa nova etapa e como lidam com as mesmas.

5 A PRESENÇA DOS ESTUDANTES COTISTAS NEGROS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UEL

Esse capítulo apresenta um levantamento acerca da presença dos estudantes cotistas negros nos diversos cursos de graduação ofertados pela UEL, baseado na planilha disponibilizada pela Divisão de Políticas de Graduação da PROGRAD que apresenta os dados quantitativos referentes ao ingresso, evasão, diplomação dos estudantes matriculados nos três sistemas – universal, escola pública e negros – organizado por curso de graduação, no período de 2005 a 2014, período que engloba os dez primeiros anos do sistema de cotas raciais na UEL. Será apresentada, também, a metodologia da pesquisa, os dados obtidos e suas análises. A análise desses dados buscou seguir as teorias de Bourdieu e Lahire diante dos estudantes negros que, com seu diferencial individual, arriscaram-se na disputa por cursos de alta concorrência, seguindo na contramão do que lhe fora imposto e com isso ascendendo posições em profissões nas quais eram sub-representados. Assim como atribui-se a “sociologia à escala individual” defendida por Lahire, o desempenho de alguns estudantes que se formaram e se destacaram em cursos que exigem conhecimentos avançados em algumas matérias e que apresentam altos índices de evasão desses estudantes. Ao longo das análises, foram utilizadas informações dadas pelos estudantes às respostas do questionário para corroborar as constatações apresentadas.

5.1 Metodologia da Pesquisa

A pesquisa combina métodos quantitativos e qualitativos, também chamada de técnica de métodos mistos, na qual os métodos predeterminados das pesquisas quantitativas se agregam com métodos necessários das qualitativas, com questões abertas e fechadas, possibilitando diversas formas de dados, incluindo análises estatísticas e análises textuais. Creswell (2007, p. 35) define essa técnica como sendo:

Aquela em que o pesquisador tende a basear as alegações de conhecimento em elementos pragmáticos (por exemplo, orientado para consequência, centrado no problema e pluralista). Essa técnica emprega estratégias de investigação que envolvem coleta de dados simultânea ou sequencial para melhor entender os problemas da pesquisa. A coleta de dados também envolve a obtenção tanto de informações numéricas (por exemplo, em instrumentos) como de informações de texto (por exemplo, em entrevistas), de forma que o banco de dados final represente tanto informações quantitativas como qualitativas.

Na tentativa de obter dados para identificar respostas ao problema central da pesquisa, que é basicamente certificar se o sistema de cotas raciais está diminuindo as desigualdades sociais, bem como se os negros estão chegando ao mercado de trabalho formal em postos qualificados, foi que se optou pelo método misto, em que supõe-se que a coleta de diversos tipos de dados garante um melhor entendimento do problema da pesquisa. Para isso, o estudo começa com um levantamento amplo para generalizar os resultados para tal população. Na pesquisa em questão, foi feita a verificação do quantitativo de ingressantes, evadidos, ativos, formados e pós-graduandos que foram beneficiados pelo sistema de cotas na UEL. Depois, em uma segunda fase, se concentra em questões qualitativas abertas, visando coletar opiniões detalhadas dos participantes. Nessa fase foi utilizado questionário com questões nas quais os informantes puderam exteriorizar opiniões e considerações relacionadas ao sistema de cotas raciais, com o intuito de alcançar o objetivo da pesquisa, identificando os principais problemas enfrentados pelos estudantes negros na graduação, como lidam ou superaram tais problemas, o que pretendem ou como estão após a conclusão do curso. Para tanto, delimitou-se o período de 2005 a 2014, dez primeiros anos do sistema de cotas, intervalo que subsidia uma base de dados adequada ao objetivo da pesquisa.

Os dados quantitativos referentes aos números de ingresso, evasão, diplomação, bem como dos estudantes ativos foram disponibilizados pela PROGRAD/UEL através de uma planilha fornecida pela Divisão de Políticas de Graduação dessa pró-reitoria. Os números referentes à inscrição e concorrência nos vestibulares nos diferentes cursos de graduação ofertados pela UEL foram obtidos pelos dados disponíveis na página da Coordenadoria de Processos Seletivos (COPS) da UEL. Para identificação nominal dos estudantes que ingressaram pelo sistema de cotas raciais foram utilizados os editais de homologação de matrículas, disponíveis no endereço eletrônico da PROGRAD.

Esses editais são feitos anualmente, depois do resultado do vestibular, pela Comissão de Homologação das Matrículas dos Candidatos que optaram pela reserva de vagas para negros, quando os candidatos são entrevistados para posterior confirmação da matrícula. Essa comissão é constituída exclusivamente para este fim e é composta por membros da comunidade interna da UEL e da comunidade externa. No entanto, nesses editais não constam o curso que o estudante está ingressando, portanto para detectar o curso no qual esses cotistas ingressaram, foi feita uma busca nominal nos resultados dos vestibulares correspondentes aos anos de ingresso de todos os estudantes que tiveram suas matrículas homologadas nos editais de 2005 a 2014.

A partir da relação nominal de todos os estudantes que ingressaram pelo sistema de cotas raciais, bem como da identificação do curso no qual se encontravam, foi feita a diferenciação dos estudantes formados, ativos e desistentes, através de consulta a um sistema, no qual a autora, como colaboradora institucional, obtém acesso restrito, para posterior contato com os mesmos. Com a listagem dos formados, a busca passou a ser pelo ingresso dos mesmos em programas de pós-graduação, por meio de consulta do Currículo Lattes na plataforma disponível no site do CNPq.

Para obtenção dos dados qualitativos foi feita coleta de dados junto a estudantes cotistas raciais por meio de questionário constituído por uma série ordenada de questões, abertas e fechadas, que foram respondidas *on-line*, sem a presença do entrevistador, garantindo com isso o anonimato total dos informantes. A escolha pelo questionário se deu por algumas razões, dentre as quais pode-se destacar: economia de tempo, atingir maior número de pessoas, obter respostas mais rápidas e exatas, liberdade de respostas (anonimato), mais tempo para responder de acordo com o horário disponível. O questionário foi elaborado no editor de formulários do Google Docs¹⁶. Esse aplicativo permite criar um documento de acordo com a necessidade do pesquisador e tem a facilidade de ser disponibilizado aos informantes, por meio da internet. Foram elaborados dois questionários com algumas questões similares e outras distintas, para ser aplicado a dois coletivos, os alunos em curso e os que se formaram na graduação. Os questionários encontram-se no anexo desse trabalho. Para o envio do questionário, utilizou-se a rede social Facebook¹⁷, atualmente uma das principais ferramentas de interação com o público, com a disponibilização do questionário em dois grupos criados para esse fim. “Formados na UEL” e “Estudantes UEL”, no qual os estudantes identificados foram inseridos em um dos grupos, conforme sua atual condição na graduação, e tiveram acesso ao questionário. Vale destacar que para a identificação desses estudantes foi feito uma pesquisa nominal individual minuciosa na rede social, a fim de localizar o maior número possível de informantes para a pesquisa.

5.2 Participantes da Pesquisa

O objeto de estudo da presente pesquisa foram os estudantes negros que ingressaram na UEL pelo sistema de cotas raciais. Foram relacionados 1.929 nomes de estudantes cotistas,

¹⁶ Google Docs é um pacote de aplicativos do Google que permite criar, editar e visualizar documentos. Atualmente compõe-se de um processador de texto, um editor de apresentações, um editor de planilhas e um editor de formulários.

¹⁷ Facebook é uma rede social lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada da Facebook Inc.. Em 4 de outubro de 2012, o Facebook atingiu a marca de 1 bilhão de usuários ativos, sendo por isso a maior rede social em todo o mundo.

até o final de 2014, período fim da pesquisa, por meio dos editais de homologação de matrículas da PROGRAD. Detectou-se uma diferença de 25 nomes em comparação com o número de ingressantes apresentado na planilha disponibilizada pela PROGRAD que enumera 1.954 estudantes. Tal diferença pode ser justificada devido ao fato de que alguns estudantes que têm sua matrícula não-homologada pela comissão entram com recurso na justiça e conseguem se matricular por efeito de liminar, o que faz com que esses nomes não sejam divulgados em editais de homologação de matrículas.

Dessa relação de estudantes, diferenciou-se os estudantes ativos, formados e desistentes dentre os cursos de graduação disponibilizados pela UEL. Os questionários foram enviados para 311 estudantes formados, dos quais 38 responderam, ou seja, um percentual de aproximadamente 12%. Os estudantes ativos consultados totalizaram 251; 12% responderam, o que representa 31 estudantes. Na Tabela 8 está relacionada a quantidade de informantes conforme o curso e de acordo com sua condição na graduação.

Tabela 8 – Quantidade de informantes da pesquisa de acordo com o curso de graduação.

Curso	Informantes ativos	Informantes formados
Administração	1	3
Agronomia	0	2
Arquitetura e Urbanismo	0	1
Biomedicina	0	1
Ciências Contábeis	1	2
Ciências Econômicas	1	1
Ciências Sociais	3	0
Design Gráfico	2	2
Direito	4	7
Educação Física	1	2
Engenharia Civil	2	2
Física	1	0
Fisioterapia	2	0
Geografia	0	1
História	0	3
Jornalismo	0	1
Matemática	1	1
Medicina	7	1
Medicina Veterinária	0	2
Odontologia	2	1
Pedagogia	0	2
Psicologia	2	1
Relações Públicas	1	0
Serviço Social	0	2
Total	31	38

Fonte: Dados do autor

Em relação aos desistentes, foi feito contato com alguns para saber o motivo da desistência, sem precisar responder nenhum questionário, isso porque esse grupo de estudantes não é o objeto de estudo e pelo fato de terem desistido do curso poderia ser constrangedor, nesse momento, solicitar que participassem de uma pesquisa. Apesar disso, o contato foi feito com dez estudantes desistentes, sendo que quatro relataram, brevemente o motivo da desistência.

Ressalta-se que o contato com todos os estudantes foi feito exclusivamente pela rede social Facebook, situação em que a pesquisadora se identificava, informava o motivo do contato e os objetivos da pesquisa, bem como garantia o anonimato total dos participantes.

5.3 Análise do Sistema de Cotas Raciais na UEL (2005-2014)

A quantidade de negros no ensino superior ainda é considerada baixa, mas aos poucos eles estão mudando a realidade das universidades. Segundo dados do Ministério da Educação, em 1997 o percentual de jovens negros, entre 18 e 24 anos, que cursavam ou haviam concluído o ensino superior era de 1,8% e o de pardos, 2,2%. Em 2013 esses percentuais já haviam subido para 8,8% e 11%, respectivamente (BRASIL, 2016, *on-line*).

Mesmo poucos, esses estão sendo corajosos e saindo do *habitus* que os levariam ao provável e indo para um caminho com disposição de superar os percalços a que estavam passíveis. Para tentar entender o porquê disso, podemos nos ater às linhas de pesquisa de Lahire com sua “sociologia à escala individual”, em que o “social incorporado” nos indivíduos, ou seja, o *habitus*, não é tratado de forma igual na dimensão de uma classe como sustenta Bourdieu, mas sim pode ser variável entre os indivíduos de uma mesma classe.

Diante do pensamento de Lahire, observamos que em algumas questões para se compreender a sociedade, pode ser mais prudente voltar o olhar para os indivíduos, afinal, estes apresentam em suas disposições, manifestações dos mais diversos aspectos de uma sociedade em sua condição individual. Assim, seria melhor falar em disposições e não em sistema de disposições (*habitus*) e em princípios geradores (e não em um único princípio gerador para uma classe) e deste modo perceber as variações inter e intra-individuais e as contradições que seriam inerentes aos indivíduos (SÁ, 2010).

Desde a aprovação do sistema de cotas raciais na UEL, em 2005, até o ano de 2014, ou seja dez anos, muitos foram esses indivíduos que opondo-se ao que lhes fora imposto por

herança, não só se candidataram, mas também foram aprovados, cursaram e se formaram em um curso superior, segundo os dados quantitativos que serão apresentados. É fato que muitos deles desistiram ao longo do caminho, isso por vários motivos. Nessa pesquisa também foram detectados os estudantes que desistiram, e consultando a rede social Facebook, encontramos alguns destes desistentes que se encaminharam para outros rumos, como exemplo, uma estudante que passou no vestibular para Enfermagem em 2005 e desistiu um ano depois, ingressou em 2009 se formando em 2013 no curso de Obstetrícia da Universidade de São Paulo (USP) e nesse ano ingressou, também pelo sistema de cotas raciais, no curso de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). A estudante Dandara¹⁸ ingressou em 2011 no curso de Agronomia, cursou o primeiro ano e desistiu segundo ela por “não se identificar com o curso”, e hoje está cursando o último ano de Administração em uma universidade particular, tendo se beneficiado do PROUNI. O estudante Abdias de Odontologia, ingressou na UEL em 2014 e desistiu em 2015. Ao ser perguntado por qual motivo havia desistido, a resposta foi “desisti, pois eu nunca quis fazer o curso, fiz mais por pressão da família. No momento estou estudando para prestar medicina, que é o curso que sempre desejei”. O curso de Engenharia Elétrica está entre os cursos com maior número de desistências, talvez pelo fato das matérias de cálculo e outras específicas exigirem um conhecimento além do básico. No entanto, apurou-se que o estudante Mandela que cursou dois anos do referido curso, desistiu e atualmente cursa Engenharia Química no campus de Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Têm-se vários casos de estudantes que ingressaram na UEL em um determinado curso e ao perceberem que não era do seu interesse, prestaram novo vestibular e ingressaram novamente em outro curso. Como exemplo temos, um estudante que ingressou primeiramente em Ciências Biológicas, desistiu e se formou em Música; outro que desistiu do curso de História, e nesse ano, ingressou em Pedagogia; outro que do curso de Fisioterapia passou para Educação Física; da Psicologia para o Direito, enfim são diversos casos, no entanto, cada vez que um estudante desiste, ele aumenta as estatísticas desse grupo, tornando esse número um fator negativo ao sistema de cotas.

Diante dessas constatações, é muito imprudente da parte de alguns, principalmente dos contrários ao sistema de cotas raciais, atribuírem o número de desistentes, que de fato é um número notável, como um fator que desvalorize o sistema como um todo. Faz-se necessário um estudo complexo desses estudantes que poderá esclarecer o porquê da

¹⁸ Para garantir o anonimato dos informantes será utilizado nomes significativos da cultura negra.

desistência e, quem sabe, identificar mais casos como os que foram descritos, comprovando que seu ingresso na UEL foi determinante no sentido desse indivíduo querer continuar sua trajetória acadêmica em alguma outra universidade ou curso. Porém, esse não é o objeto de estudo em questão, ao contrário, pretende-se enaltecer o sistema com os números positivos que o mesmo apresenta.

Para se ter um panorama do sistema de cotas raciais da UEL, no período de 2005 a 2014, o número de estudantes, conforme planilha fornecida pela PROGRAD, incluindo todos os cursos disponíveis, são os seguintes:

- 12.704 inscritos;
- 1.954 ingressantes;
- 800 formados;
- 576 desistentes;
- 570 ativos na graduação;
- 6 trancaram matrícula.

Durante o processo de discussão, até a implementação do sistema de cotas nas universidades públicas, na UEL, assim como nas outras instituições, muitos foram os oponentes ao sistema apresentando diversos argumentos contra. Um dos mais salientados era de que oferecer privilégios a grupos específicos significaria identificá-los como menos capazes que os demais. Para verificar se esse argumento tem validade, elaborou-se as Tabelas 9 e 10 onde são apresentados os percentuais do sistema de cotas raciais, do período citado, em relação aos estudantes matriculados por meio do sistema universal e de escola pública, no mesmo período na UEL.

Tabela 9 – Comparativo do número de estudantes matriculados, desistentes e ativos de acordo com o sistema de ingresso, entre 2005 a 2014.

Sistema de Ingresso	Matriculado	Ativo	Desistente
Universal	18.407	5.718 (31%)	4.522 (24,6%)
Escola Pública	8.197	2.926 (32%)	1.995 (24,4%)
Negros	1.954	570 (29,2%)	576 (29,5%)

Fonte: PROGRAD/UEL

Os números da tabela acima apontam pequenas diferenças entre os percentuais nas três formas de ingresso, sendo que os matriculados pela cota racial têm três pontos percentuais a menos entre os estudantes ativos, e cinco a mais entre os desistentes, cômputo que não pode ser determinante para avaliar as cotas raciais como inválidas ou ineficientes, uma vez que pela

lógica antagonista, esse valor deveria ser muito maior, caso os estudantes negros fossem realmente inferiores aos demais.

Quanto aos formados, antes de apresentar os dados é preciso um detalhamento a saber: os cursos na UEL têm duração de 4, 5 ou 6 anos, essa pesquisa tem o ano de 2014 como período fim, portanto, a porcentagem de formados apresentadas ao longo dessa dissertação, para que seja relacionada corretamente, considera esse fator, ou seja, para os cursos com duração de 4 anos, exclui-se os matriculados entre os anos 2012 a 2014, para os cursos de 5 anos, exclui-se 2011 a 2014 e os cursos de 6 anos, 2010 a 2014. De acordo com essa condição, para que os dados dos estudantes formados abrangessem os matriculados no curso de 6 anos, no caso, o curso de Medicina, elaborou-se a tabela abaixo delimitada ao ano de 2009.

Tabela 10 – Comparativo do número de formados de acordo com o sistema de ingresso.

Ano	Universal			Escola Pública			Negros		
	M	F	%	M	F	%	M	F	%
2005	2.017	1.491	73,9	733	577	78,7	280	203	72,5
2006	2.010	1.496	74,4	832	604	72,6	209	137	65,5
2007	2.005	1.392	69,4	821	564	68,7	226	141	62,4
2008	1.992	1.325	66,5	819	532	64,7	210	110	52,4
2009	1.962	1.281	65,3	838	509	60,7	165	81	49,1
Total	9.986	6.985	69,9	4.043	2.786	68,9	1.090	672	61,7

Fonte: UEL/PROGRAD

Legenda: M = Matriculados; F = Formados

Observa-se na Tabela 10 que o percentual de negros formados difere dos demais, ficando um pouco abaixo, cerca de oito pontos percentuais, valor este que pode ser julgado alto para os mais pessimistas e contrários à reserva de vagas para negros, porém, quando considera-se todo o processo discriminatório pelo qual a população negra ainda passa, o número de negros no ensino superior público, as disposições individuais as quais os negros concebem, as dificuldades que os estudantes negros enfrentam durante a graduação, esse percentual de formados deve ser celebrado, pois confirma a presença negra nas mais variadas profissões, talvez ainda de maneira sutil, porém notória. O percentual de estudantes negros formados equiparado aos demais, comprova que a capacidade intelectual dos indivíduos não pode ser aferida pela sua cor de pele e que a reserva de vaga para estes estudantes não foi um privilégio e sim a oportunidade de mostrarem do que são capazes. Algumas respostas ao questionário aplicado aos estudantes formados, relacionadas ao acesso pelo sistema de cotas raciais, corroboram essa constatação:

Uma ótima oportunidade, sempre fui uma ótima aluna, mãe de família, nunca tive nenhuma disciplina em dependência. Para mim essa oportunidade foi essencial. (formada em Ciências Contábeis)

Sou a favor do sistema devido à tamanha desigualdade social/racial existente, fruto de séculos de exploração e negação de direitos básicos aos negros. O sistema de cotas é uma forma de reparar essa dívida histórica amenizando desigualdades e proporcionando mais condições de igualdade e oportunidade. (formado em História)

Foi pra mim uma grande oportunidade e continua sendo. Após minha entrada, depois de três anos meu irmão entrou pelo sistema de cotas para cursar o mesmo curso que eu. Ambos sempre estudamos em escola pública, somos filhos de pais que não terminaram o ensino fundamental. Essa oportunidade ampliou nossos horizontes e mudou nossa realidade financeira e cultural. (formado em Direito)

Política afirmativa extremamente necessária à reparação da desigualdade imposta historicamente às populações afro-brasileiras, a qual foi sistematicamente marginalizada por políticas criminalizantes e excludentes de sua cultura, vide lei de terras e a criminalização da capoeira. As cotas dão oportunidade e crédito a essa população, ao contrário do que muito se fala, discriminam positivamente alavancando o potencial de muitas pessoas que não tiveram igualdade de oportunidades dada essa marginalização que foi imposta econômica e culturalmente no Brasil em relação aos afro-brasileiros, especificamente. (formado em Direito)

Essencial é a palavra-chave. Não existe outro meio de sanar os danos, visíveis e invisíveis, decorrentes da forma como intelectuais trataram nosso passado escravista, a não ser pela qualificação do negro por meio das cotas. Se em mais de 500 anos o negro (em um país majoritariamente mestiço) ainda é minoria nas universidades, nos cargos de chefia, e maioria nas favelas, e guetos, é mais do que hora da sociedade reconhecer que houve falha na reinserção destes descendentes de cativos e a obrigação de reparação é clara. É óbvio que há histórias de superação incríveis, mas é preciso admitir que elas não são regra. É extremamente cruel o pensamento de que o garoto que passa fome, ou trabalha desde cedo deve concorrer à mesma vaga que um garoto que estuda em colégio particular, faz natação, inglês, etc. Negros são mortos, são excluídos em seleção de emprego, ganham menos em pleno século XXI e isso é responsabilidade nossa sim! A saída é pela educação. (formado em Design Gráfico)

Eu entrei por cotas e tinha mais um fator negativo, estava há muito tempo sem estudar, mas sempre tive em mente que teria que me esforçar... entrei como cotista, mas me formei com boas notas e com nota 10 no TCC... O incentivo das cotas é válido e sou grata por ter conseguido entrar por essa via de acesso, mas é preciso ter em mente que não podemos formar cotistas... podemos entrar por cotas, mas devemos sair melhor do que os que entraram por vaga universal!!!! (formado em Administração)

Para complementar essas constatações, nos próximos tópicos serão apresentados os dados quantitativos detalhados, no período em estudo, conforme o curso de graduação escolhido, agrupados de acordo com a grande área de conhecimento classificados no Quadro 1. Lembrando que o percentual de formados foi relacionado aos matriculados de acordo com a duração do curso, conforme esclarecido anteriormente.

5.3.1 Ciências Exatas

Tabela 11 – Dados quantitativos dos cursos da área de Ciências Exatas.

Curso	Inscritos	Ingressantes	Ativos	Evadidos	Formados
Ciência da Computação (Integral)	199	21	6 (28,6%)	12 (57,1%)	3 (16,7%)
Física – Bacharelado (Integral)	28	9	1 (11,1%)	6 (66,7%)	2 (22,2%)
Física – Licenciatura (Noturno)	50	14	4 (28,6%)	9 (64,3%)	1 (10%)
Matemática – Bacharelado (Matutino)	21	6	1 (16,7%)	4 (66,7%)	1 (20%)
Matemática – Licenciatura (Noturno)	93	23	6 (26,1%)	12 (52,2%)	5 (21,7%)
Química – Bacharelado (Integral)	54	11	1 (9,1%)	5 (45,4%)	5 (45,5%)
Química – Licenciatura (Noturno)	131	30	4 (13,3%)	21 (70%)	5 (17,2%)
Total	576	114	23 (20,2%)	69 (60,5%)	22

Fonte: PROGRAD/UEL

As exatas são consideradas uma área do conhecimento focalizada em lidar com situações e problemas que requerem o uso da matemática e de resultados lógicos e precisos. Se diferencia dos outros tipos de ciência por usar mais o raciocínio matemático, por isso requer um esforço maior de lógicas e teorias e algumas práticas. É uma área destinada às pessoas que gostam de cálculos, matemática e raciocínio lógico, por isso torna-se uma área um pouco restrita, como constata-se nos números da Tabela 11, onde se observa que no período de estudo dessa pesquisa formaram-se apenas 22 estudantes em todos os cursos dessa área, sendo o curso de Física – Licenciatura (Noturno) o que menos formou profissionais em toda a UEL. Os três cursos, incluindo todas as áreas do conhecimento, o maior índice de evasão também é dessa área: Química – Licenciatura (Noturno), Física – Bacharelado (Integral) e Matemática – Bacharelado (Matutino).

Muitos estudiosos apontam que as dificuldades nas matérias de exatas no ensino superior, principalmente nas matérias de cálculos diferenciais e integrais, vêm desde o ensino fundamental e médio. Outro fator que desfavorece essa área é o fato da linguagem utilizada pelos professores ser muito distante da realidade dos alunos que saem do ensino médio e ingressam em um dos cursos de exatas.

Sobre essa questão, Souza et al. (2009, *on-line*) aponta:

No Ensino Superior das Ciências Exatas, em especial nas Licenciaturas, se encontra um paradigma de educação baseado no modelo tradicional de ensino, no qual a metodologia utilizada é, em boa parte, apenas expositiva, centrada na fala do professor, e os conceitos são apresentados como verdades inquestionáveis, como algo pronto e acabado, sem a preocupação de torná-los significativos. Os alunos, após a aula, resolvem uma série de exercícios que, muitas vezes, não exigem criatividade, reflexão e novos conceitos. Esses alunos não são envolvidos afetivamente com a disciplina e muitas vezes questionam a importância desta dentro do curso por não entenderem seus objetivos. Isto ocorre, em geral, pelo fato do conteúdo ser trabalhado de forma descontextualizada. Desta maneira, perpetua-se o desenvolvimento nos estudantes das mesmas habilidades de memorização e reprodução da educação básica. Os alunos, por sua vez, possuem maus hábitos de estudos e, costumeiramente, não buscam sua autonomia quanto à aprendizagem, permanecendo dependentes do professor ou outros sujeitos. Logo, as falhas no processo de ensino e aprendizagem podem ser oriundas da metodologia adotada pelo professor, da postura do aluno, de algum fator da Instituição de Ensino Superior (IES) ou de alguma combinação das três.

Por terem cursado o ensino básico público, os estudantes cotistas negros, ainda que tenham o interesse na área e consigam superar o processo do vestibular, muitos não conseguem avançar na graduação já que carregam consigo uma predisposição ao insucesso nesses cursos. No entanto, alguns estudantes conseguem superar as dificuldades e terminam a graduação. Como exemplo, a estudante que se formou no curso de Matemática, atualmente é professora dessa disciplina, e, questionada sobre as dificuldades enfrentadas na graduação, respondeu:

As dificuldades começaram logo no 1º ano, porque não tinha conhecimentos matemáticos prévios que eram necessários para acompanhar as disciplinas do curso e depois quando fiquei desempregada, mas no ano seguinte eu me inscrevi em um projeto para bolsistas oriundos de escolas públicas. (formada em Matemática)

Essa mesma estudante apontou as seguintes estratégias para lidar com tais dificuldades:

Para as minhas dificuldades com meu aprendizado eu tive que estudar muito mais do que imaginava pra acompanhar o ritmo exigido pelos professores e para isso também não pude trabalhar pra me dedicar aos estudos e sempre que era possível me inscrevia em projetos com bolsa para poder pagar minhas despesas. (formada em Matemática)

Um estudante que está cursando Matemática diz que escolheu o curso por “interesse pessoal”. Aponta como dificuldades “o fato de ser casado, ter um filho, estar desempregado e o curso sendo matutino me priva de algumas oportunidades de trabalho”. Para superá-las, diz “realizar trabalhos temporários como autônomo que não exigem o tempo integral para atividades laborais”. Quando terminar a graduação pretende “trabalhar na área e também fazer uma pós-graduação”.

Mesmo diante de todos os apontamentos constatados em relação à área de exatas, onde estão os cursos com maior número de desistentes e o curso que menos formou profissionais, alguns estudantes com suas disposições individuais conseguiram se destacar e tão logo que concluíram a graduação ingressaram em programas de pós-graduação. Nessas condições identificou-se seis estudantes de Mestrado e três de Doutorado, relacionados a seguir, de acordo com a graduação:

1) Química (Bacharelado):

- Três Mestrados, sendo um na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e dois na UEL;
- 1 Doutorando na UEL.

2) Química (Licenciatura):

- Um Mestre em Química pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

3) Ciência da Computação:

- Um Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

4) Matemática (Licenciatura):

- Um Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática (UEL).

5) Física (Bacharelado)

- Um Doutorando na UEL.

6) Física (Licenciatura)

- Um Mestrando na Universidade de São Paulo (USP)

Além destes estudantes que ingressaram na pós-graduação, o que é claramente um fator que vai ao encontro da teoria de Lahire acerca da “sociologia à escala do indivíduo”, vale citar outras situações na qual alguns estudantes com suas particularidades e com o que pode-se chamar de *habitus* individualizado, fez com que os mesmos superassem as predisposições pertinentes à sua classe de origem, bem como da sua posição dentro da universidade – estudante cotista racial – e se destacassem dentro de uma área de conhecimento complexa, na qual os aspectos negativos sobressaem. Primeiramente, têm-se um estudante do curso de Ciência da Computação, que foi beneficiado com uma bolsa do Programa Ciência sem Fronteiras¹⁹, e estudou durante um ano (2013-2014) na Universidade

¹⁹ Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

de Illinois nos Estados Unidos. Outro destaque é um estudante que se formou no curso de Física – Bacharelado, foi pesquisador no Münster Electrochemical Energy Technology (MEET) e no Helmholtz Institute Ulm (HIU) e atualmente trabalha na Universidade de Münster, todos na Alemanha. Aqui vale enaltecer uma informação, o curso de Física – Bacharelado formou apenas dois estudantes no período estudado, e de acordo com o que foi pesquisado, um está cursando doutorado e o outro é o citado acima, fato que favorece ainda mais a concepção do individualismo como determinante do sucesso pessoal, mesmo diante de situações adversas.

5.3.2 Ciências Biológicas

Tabela 12 – Dados quantitativos dos cursos da área de Ciências Biológicas.

Curso	Inscritos	Ingressantes	Ativos	Evadidos	Formados
Biomedicina (Integral)	109	12	5 (41,7%)	3 (25,0%)	4 (57,1%)
Ciências Biológicas (Integral)	177	22	7 (31,8%)	6 (27,3%)	9 (52,9%)
Total	286	34	12 (35,3%)	9 (26,5%)	13

Fonte: PROGRAD/UEL

Analisando os números dos cursos dessa área, considera-se que os dados estão dentro do esperado, pois o percentual de estudantes formados e ativos é superior ao de evadidos. Destaca-se uma particularidade em relação ao curso de Biomedicina, um dos cursos mais concorridos da UEL, talvez porque alguns estudantes o relacionem ao curso de Medicina e também porque o número de vagas ofertadas para esse curso está entre os menores da universidade, são apenas 20 vagas a cada ano. Nos primeiros anos do sistema de cotas, quando havia a regra da proporcionalidade, somente uma vaga era disponibilizada para candidatos negros a cada vestibular, logo, entre os anos 2005 a 2012, em uma sala de 20 estudantes, apenas um era cotista racial, fato que nos leva a pensar que esse estudante facilmente passaria por algum tipo de segregação. Esse fato se comprova quando na questão acerca da discriminação racial sofrida por ser cotista racial feita na pesquisa com os estudantes cotistas raciais formados na UEL, 35% responderam sim, entre eles um estudante de Biomedicina. Ao ser questionado como lidou com essa situação respondeu:

Lidei com a formalidade que um aluno de nível superior precisa ter. Assim sendo apresentei os pontos de vista às pessoas que não acham corretos as cotas, fazendo-as refletir sobre o tema. (estudante de Biomedicina)

Outro ponto relacionado ao curso de Biomedicina trata de um estudante que desistiu da graduação e dois anos depois ingressou novamente na UEL dessa vez no curso de Medicina, o que justifica uma das evasões desse curso e contribui com o que foi apontado anteriormente em relação aos desistentes. Esse curso também possibilitou a ascensão social de outro estudante, ingressante em 2012, como bolsista do Ciência sem Fronteiras, que desde 2015 está em mobilidade acadêmica²⁰ na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos.

Quanto ao ingresso em programas de pós-graduação, o curso conduziu 100% dos estudantes formados, ou seja, do total de quatro formados, dois estão com Doutorado em curso na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP/USP) e os outros dois estão cursando Mestrado, um na USP e o outro na Universidade de Pernambuco (UPE).

O curso de Ciências Biológicas também se destaca pelo ingresso na pós-graduação. De nove estudantes que se formaram, sete ingressaram ou já concluíram os programas a saber:

- Um especialista em Ensino de Ciências Biológicas pela UEL;
- Um especialista em Biologia Aplicada à Saúde pela UEL;
- Um Mestre em Biologia Funcional e Molecular pela UNICAMP;
- Um Mestre em Biodiversidade Animal pela UFG;
- Três Mestrados, um na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e dois na UEL.

Conforme os dados apresentados, 13 estudantes se formaram, dos quais 11 seguiram na academia, ou seja, 85% dos estudantes formados nessa área de conhecimento possuem ou irão possuir uma titulação, o que trará, sem sombra de dúvida, uma transformação da realidade dos mesmos, diminuindo as desigualdades das quais já foram vítimas, fazendo com que o sistema de cotas raciais cumpra com o seu dever em favor da justiça e da equidade social.

²⁰ É o processo que possibilita ao discente matriculado em uma Instituição de Ensino Superior estudar em outra no exterior, em um período de aproximadamente seis meses a um ano, sem perder o vínculo com a instituição de origem, contribuindo com a formação e o aperfeiçoamento dos estudantes objetivando a aquisição de novas experiências e a interação com outras culturas.

5.3.3 Engenharias

Tabela 13 – Dados quantitativos dos cursos da área de Engenharias.

Curso	Inscritos	Ingressantes	Ativos	Evadidos	Formados
Engenharia Elétrica (Integral)	159	17	6 (35,3%)	9 (52,9%)	2 (18,2%)
Engenharia Civil (Integral)	267	36	24* (66,7%)	10 (27,8%)	2 (16,7%)
Total	426	53	30 (56,6%)	19 (35,8%)	4

* Do total 1 estudante está com a matrícula trancada.

Fonte: PROGRAD/UEL

A formação em engenharia sustenta-se nos conhecimentos ligados à matemática e ao cálculo. A construção de modelos matemáticos explicativos e de previsão é uma das atividades fundamentais que um engenheiro desenvolve, portanto, quem se dispõe a ingressar nesse curso e tem maiores dificuldades nessa área do conhecimento, encontrará obstáculos durante a graduação. Soma-se a isso o fato do curso ser integral, possuir material didático oneroso e ser considerado um curso para aqueles com status social elevado. Todos esses fatores podem justificar os números apresentados na Tabela 13, onde se visualiza um percentual elevado de estudantes evadidos, contrapondo-se ao de formados.

O curso de Engenharia Civil ao ser analisado de acordo com sua duração, ou seja cinco anos, aponta uma evasão absurda, segundo dados da Divisão de Políticas de Graduação/PROGRAD. Até 2010, se matricularam 12 estudantes, que estariam formados em 2014, porém nesse período nove estudantes desistiram do curso, valor equivalente a 75% de desistência. Contudo, um estudante cotista racial matriculado em 2008 ainda estava ativo no curso em 2014, demonstrando que mesmo com todas as dificuldades que o curso possui, esse estudante não desistira. Dois se formaram, um que ingressou em 2009, portanto, concluiu o curso em seis anos, o que indica que ficou retido um ano; e o outro, que ingressou em 2010, se formou em 2014, ou seja, sem nenhuma retenção. Esses dados são apontados para que seja observado o conceito do *habitus*, proposto por Bourdieu como um conceito de classe, ou seja, para além do nível individual, porém, ao se estabelecer os estudantes negros do curso de Engenharia Civil da UEL como uma classe dentro do campo social, acredita-se que o *habitus* dos dois estudantes que concluíram o curso não expressou apenas a prática de sua classe, mas uma prática própria, resultante de suas estratégias, do seu capital, ou seja, para chegarem ao

término da graduação alteraram seu conjunto de predisposições de origem e criaram condições para a conclusão do curso.

Esses dois estudantes responderam ao questionário e as respostas aqui apresentadas serão identificadas por estudante de Engenharia 1 e estudante de Engenharia 2. Ao analisar algumas respostas, têm-se as seguintes informações de ambos:

- Escolheram o curso por admirar a profissão;
- Ingressaram na universidade com idade entre 18 e 20 anos;
- Em relação à escolaridade dos pais: 1) têm ensino médio completo, 2) ensino superior completo, sendo que o pai deste se formou em Direito, recentemente, pelas cotas raciais;
- Outros membros de sua família também têm curso superior;
- São de Londrina, ambos moram em bairros populares afastados do centro.

Na questão “Se não tivesse o sistema de cotas, você acha que ingressaria na UEL?”, as respostas foram:

Sim, porque meu rendimento foi suficiente para concorrência global. (formado em Engenharia 1)

Sim, talvez não na engenharia, mas acredito que tinha capacidade para passar na UEL. Eu só conseguiria ingressar em uma faculdade através do vestibular da UEL ou conseguir bolsa em outra faculdade, pois minha família não tem condições de pagar uma faculdade, muito menos me sustentar em outra cidade. (formado em Engenharia 2)

Na questão “Você sofreu alguma discriminação por ser cotista racial?”, um respondeu que não, o outro sim e disse:

Não de forma direta. Entretanto alguns professores são sim preconceituosos, contrários ao sistemas de cotas. Eu sempre evitei esses professores (não tirava dúvidas com eles, não questionava minhas notas). A UEL não possui um sistema de avaliação dos professores, muito menos que proteja o aluno de professores preconceituosos. A única coisa que sei que existe, é que pode pedir para trocar o professor depois de já ter reprovado (o que não ajuda, pois teria que reprovar), além de ter que provar a perseguição, que como disse não era de forma direta, e depois no outro ano encontrá-lo em uma outra matéria. (formado em Engenharia 2)

Quanto às dificuldades enfrentadas durante a graduação, são as seguintes:

As comuns enfrentadas por todos: estudar bastante pela dificuldade do curso. (formado em Engenharia 1)

A diferença do nível de escolaridade dos outros alunos, a maioria são de colégio particular renomado. Faltava uma base escolar melhor, tendo muita dificuldade nas matérias dos dois primeiros anos. Outra dificuldade foi o transporte. Gastava de 2:30 horas à 4:30 horas com o transporte de casa até a UEL, de ônibus. E aliado a

altíssima carga horária do curso, foi extremamente desgastante. (formado em Engenharia 2)

As estratégias para lidar com essas dificuldades foram:

Estudei bastante. (formado em Engenharia 1)

Estudei em dobro. Quanto ao transporte eu tinha que usar o tempo no ônibus para estudar, dormir e relaxar a mente com música. (formado em Engenharia 2)

Quanto às expectativas após o término da graduação e se já as atingiu, têm-se:

Minha expectativa era sair da faculdade trabalhando, ajudando meus pais em casa. E peguei uma péssima época para o meu mercado, não atingindo minha expectativa. (formado em Engenharia 1)

Trabalhar na área, devido ao mercado não ocorreu de maneira tão fácil, mas está acontecendo, mas a universidade não tem culpa, é questão de mercado mesmo. (formado em Engenharia 2)

E perguntados “O que o curso superior mudou em sua vida?”, responderam:

Me deu a minha profissão e muito conhecimento, não só específico, mas pelo alto nível de relacionamento pessoal desenvolvido durante o curso. (formado em Engenharia 1)

Com certeza é a minha profissão agora, independente de eu estar atuando ou não no momento. (formado em Engenharia 2)

Um deles ainda deixou o seguinte relato:

Quando se está dentro da faculdade a colocação do vestibular pouco importa. O que importa é a determinação e a vontade de concluir a faculdade. Vi muitas pessoas ficarem retidas e alegavam que o “curso é difícil” para seus pais, para eles bancarem mais um ano na faculdade, muitas dessas pessoas não se dedicavam, não assistiam às aulas, em resumo, não cumpriam suas obrigações como aluno (obs. o curso é difícil sim, mas isso não é motivo da falta de interesse deles). Do meu ano o segundo colocado no vestibular ficou retido no primeiro ano, eu fui o último colocado e terminei em cinco anos, e não gostei da minha colocação vir no meu histórico escolar. (formado em Engenharia 2)

Diante do exposto, cabe afirmar que ao menos para um desses estudantes cursar engenharia só foi possível por causa das cotas, mas como ele mesmo relatou “quando se está dentro da faculdade a colocação do vestibular pouco importa. O que importa é a determinação e a vontade de concluir a faculdade. [...]”, confirmando que o benefício das cotas não favorece seu futuro acadêmico, pois ao ingressar passará por todas as dificuldades da graduação, e alguns, ainda terão que lidar com a discriminação, mesmo que indireta, por ser cotista racial, então para concluir a graduação a disposição individual é fundamental. No entanto, no que se

refere a um dos objetivos da reserva de cotas, nos casos citados, ainda não foram atingidos, uma vez que ambos se formaram e não conseguiram inserção no mercado de trabalho formal, que segundo os mesmos, não está favorável.

Todavia, os dados do curso de Engenharia Civil, quando se trata do índice de desistência, apresenta uma mudança substancial a partir de 2011. Apurando os dados da PROGRAD, entre 2011 a 2014, o número de matriculados aumentou para 24 estudantes, destes, apenas um desistiu, ou seja, o índice de desistência que até 2010 foi de 75%, em 2014 não chegou a 5%. Isso se deve principalmente ao fim da proporcionalidade, que aumentou a quantidade de vagas reservadas para negros, sendo que antes os matriculados variavam de dois ou três, e em 2014 o número de matriculados chegou a 15 estudantes. Dessa maneira, têm-se uma visão otimista quanto ao número de estudantes negros que se formarão nesse curso, o que pode mudar a condição de ser um dos cursos que menos formam profissionais na UEL, além da perspectiva agradável de vislumbrar engenheiros negros atuantes na sociedade.

5.3.4 Ciências da Saúde

Tabela 14 – Dados quantitativos dos cursos da área de Ciências da Saúde.

Curso	Inscritos	Ingressantes	Ativos	Evadidos	Formados
Educação Física – Bacharelado (Matutino)	173	33	3 (9,1%)	22 (66,7%)	8 (24,2%)
Educação Física – Bacharelado (Noturno)	374	66	16 (24,2%)	34 (51,5%)	16 (26,7%)
Educação Física – Licenciatura (Matutino)	152	26	4 (15,4%)	13 (50,0%)	9 (39,1%)
Educação Física – Licenciatura (Noturno)	355	46	6 (13%)	17 (37%)	23 (57,5%)
Enfermagem (Integral)	323	41	6 (14,6%)	6 (14,6%)	29 (78,4%)
Esporte (Integral)	37	9	1 (11,1%)	5 (55,6%)	3 (33,3%)
Farmácia (Integral)	122	13	1 (7,7%)	6 (46,2%)	6 (50%)
Fisioterapia (Integral)	283	28	6 (21,4%)	2 (7,1%)	20 (76,9%)
Medicina (Integral)	999	49	39 (79,6%)	0	10 (100%)
Odontologia (Integral)	160	28	13 (46,4%)	5 (17,9%)	10 (90,9%)
Total	2.978	338	95 (28,1%)	110 (32,5%)	134

Fonte: PROGRAD/UEL

A área da Saúde compreende diversos cursos, cada qual com sua particularidade, como o popular curso de Educação Física, com opção de habilitação e turno, que somados faz com que o curso seja o segundo em número de inscritos, totalizando 1.054 inscritos ao longo de dez anos. Além do curso de Medicina e Odontologia, considerados cursos de elite – um, o mais concorrido em quase todas as universidades, onde ingressam os estudantes com alto nível de preparo, o outro um curso que de início cada aluno deve ter seu kit acadêmico de instrumentos que custa em média dois mil reais – esses cursos provavelmente não teriam em suas cadeiras estudantes negros, não fosse o sistema de reserva de vagas.

Analisando a Tabela 14, nota-se que dentre as opções do curso de Educação Física, o único que apresenta um percentual mediano de formados é a opção Licenciatura (Noturno). Os demais apresentam índices pouco satisfatórios, com baixo número de formados e muitos evadidos, chegando a mais de 60% na opção Bacharelado (Matutino). Com base na planilha da PROGRAD, é possível constatar que os estudantes desse curso permanecem ativos em média sete anos. Considerando que a duração do curso é de quatro anos, essa permanência causa um desgaste que pode levar à desistência, mesmo depois do estudante ter participado de boa parte do curso. Outro ponto observado em relação ao curso de Educação Física foi que em 2013 e 2014, justamente quando acaba a regra da proporcionalidade, o que significa um número maior de vagas destinadas ao sistema de cotas raciais, nenhum estudante ingressou nesse curso, em nenhuma das opções. Deve-se a isso a pouca quantidade de estudantes ativos, que ainda aparecem por conta da retenção dos matriculados em anos anteriores. Em semelhante situação encontra-se o curso de Esporte.

Enfermagem e Fisioterapia têm percentuais de formados cotistas raciais entre os mais altos de todos os cursos de graduação e também com baixo número de desistentes, talvez porque tais cursos por si só exijam predisposições especiais a quem deseja cursá-los e quem as têm, provavelmente são os que se formam. Porém, juntamente com o curso de Farmácia, apresentam o mesmo problema que os mencionados anteriormente, pois não houve nenhum ingressante nos anos de 2013 e 2014.

Oposto a estes têm-se os cursos de Medicina e Odontologia, que por serem concorridos, o fim da proporcionalidade favoreceu o ingresso de uma quantidade bem maior de estudantes nesses cursos, a partir de 2013. Odontologia que tinha em média o ingresso de dois estudantes, passou para uma média de seis, e Medicina que em oito anos (2005-2012) matriculou 17 estudantes, em dois (2013-2014) já são 32 matriculados, 16 por ano, correspondendo à ocupação total da reserva de vagas para estudantes negros.

O curso de Odontologia, apesar de todas as despesas que seus estudantes terão que arcar durante a graduação, tem índice de formados entre os melhores de todos os cursos e maior que isso, esse índice é superior aos matriculados no sistema universal.

Por fim, os dados primorosos do curso de Medicina, zero de desistência e 100% de aprovação, o que comprova que os dez estudantes que ingressaram entre os anos de 2005 a 2009 se formaram no período estabelecido para a conclusão do curso, ou seja, seis anos. Ressalta-se que nenhum dos estudantes desse curso, matriculados pelo sistema de cotas raciais, tiveram sequer uma retenção. Ao comparar os cotistas raciais com o sistema universal verifica-se que em hipótese alguma são inferiores a eles, ao contrário, no sistema universal detectou-se uma evasão de 3%, totalizando 12 estudantes que desistiram do curso, além de algumas retenções, situações que inexistem entre os estudantes negros. Mesmo estando no mesmo nível e até superando alguns outros estudantes, os cotistas sofrem com o preconceito por estarem em um curso de “branco”. Sobre essa discriminação, apresenta-se alguns relatos de estudantes de Medicina:

A discriminação ocorre de maneira discreta e algumas pessoas possuem um olhar de incomodo com a permanência do negro no mesmo ambiente. Às vezes esse olhar ocorre de maneira sucinta e é percebido apenas pelas pessoas que estampam a cor preta na pele. A discriminação acontece com o preto, e acredito que não aconteça com o universitário branco de avós negros. Racismo existe sim e é vivido por quem estampa na pele, no caso, os que possuem pele preta. (estudante de Medicina 1)

Durante o primeiro ano, devido à competição. Tinha notas altas e a turma não aceitava. (estudante de Medicina 2)

Quando a lista de classificação sai, com as cotas e etc, os próprios alunos te tratam diferente, como se você não fosse digno de estar ali. (estudante de Medicina 3)

A área da Saúde também encaminhou estudantes para programas de pós-graduação. Dos formados em Educação Física, um está em doutorado pela UNESP; um é Mestre em Educação Física pela UEL e nove têm especialização, sendo a maioria cursos oferecidos na UEL. Dos egressos do curso de Enfermagem, dois estudantes fizeram especialização. Dos formados em Farmácia, um está fazendo doutorado e outro mestrado, ambos na UEL. Dos formados em Fisioterapia, um está em doutorado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), um é Mestre em Saúde Coletiva pela UEL e outro cursa mestrado também na UEL e também têm dois especialistas. Dos formados em Odontologia, um faz doutorado na UNESP.

Por tudo o que representa estar em um curso da área da Saúde, especialmente nos cursos de Odontologia ou Medicina, sem desmerecer os demais cursos, os cotistas raciais que

ingressaram em um deles, mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas, conseguindo desempenho exemplar constatado nos dados quantitativos, enaltecem o sistema de reserva de vagas e, sobretudo, mudam as estatísticas de seu grupo racial ao se formarem em profissões onde historicamente não tinham representatividade.

5.3.5 Ciências Agrárias

Tabela 15 – Dados quantitativos dos cursos da área de Ciências Agrárias.

Curso	Inscritos	Ingressantes	Ativos	Evadidos	Formados
Agronomia (Integral)	198	23	8 (34,8%)	7 (30,4%)	8 (50%)
Medicina Veterinária (Integral)	204	20	11 (55,0%)	3 (15%)	6 (50%)
Zootecnia (Integral)	78	12	3 (25,0%)	6 (50,0%)	3 (33,3%)
Total	480	55	22 (40,0%)	16 (29,1%)	17

Fonte: PROGRAD/UEL

Os cursos dessa área, em especial, Agronomia e Medicina Veterinária geralmente estão entre as opções dos estudantes ao término do ensino médio quando são questionados sobre para qual curso irão prestar o vestibular. De acordo com os dados da Tabela 15, ambos apresentam uma média de ingresso de dois estudantes por ano, número que poderia ter aumentado com o fim da proporcionalidade, mas que se manteve.

O curso de Agronomia tem índices ponderados. Percebe-se que o número de ativos e formados são iguais e os evadidos diferem em apenas um estudante.

A Medicina Veterinária apresenta índice de evadidos baixo, se relacionarmos aos demais dessa área e também das outras. Observa-se que o índice de ativos é maior que o de formados, o que seria positivo se o número de matriculados tivesse aumentado depois do fim da proporcionalidade, mas como a média de ingresso se manteve, esse índice representa um número elevado de estudantes retidos, fato comprovado nos dados disponibilizados pela PROGRAD, quando aponta que os dois ingressantes desse curso em 2006 estavam ativos em 2014, ou seja, nove anos na graduação, em um curso que pode formar em cinco anos.

A Zootecnia é um curso com poucos inscritos pelo sistema de cotas raciais, talvez pelo fato da profissão não ser muito conhecida ou não ser muito divulgada entre os alunos. Isso se reflete nos ingressantes que ao longo de dez anos tem média de um estudante matriculado por ano. Junta-se a isso o fato de que a metade desses ingressantes desistiram, o

que faz com que esse curso apresente números abaixo do esperado. Porém o que pode ser observado na planilha de dados é que este curso não está atingindo o número de ingressantes. Em 2014, das 40 vagas que o curso ofertou, apenas 18 estudantes (universal + escola pública + negros) aprovados no vestibular e se matricularam, portanto, o problema é generalizado.

Por se tratar de cursos em período integral, torna-se um desafio para alguns estudantes cotistas a conclusão do curso, uma vez que ao contrário de tantos outros, esses alunos precisam arranjar meios para sobreviver durante a graduação, já que não podem contar apenas com o apoio dos pais. Os estudantes entrevistados relataram as seguintes dificuldades:

O fato de ser um curso integral, a disponibilidade de fazer estágio em empresas privadas ou fora da UEL era limitado. (formado em Agronomia 1)

Conciliar trabalho e estudos. (formado em Agronomia 2)

Financeiras, para manter-me em curso de período integral. (formado em Medicina Veterinária 1)

A falta de recurso financeiro para adquirir mais material de estudo e financiamento. (formado em Medicina Veterinária 2)

E para superar essas dificuldades, eles usaram as seguintes estratégias:

Sempre realizei estágios na UEL. (formado em Agronomia 1)

Mudança de hábitos e dedicação total aos estudos e trabalho. (formado em Agronomia 2)

Bolsa de iniciação científica e trabalho noturno em bares. (formado em Medicina Veterinária 1)

Trabalhar em empregos temporários e conseguir as bolsas que mesmo não suficiente em valor adequado para todas as necessidades, complementavam os gastos mensais. (formado em Medicina Veterinária 2)

Constata-se novamente, agora com os estudantes da área de Agrárias, que as disposições individuais se sobressaem, fazendo com que os mesmos superem as dificuldades e consigam concluir a graduação. Dos quatro estudantes formados que responderam ao questionário, dois do curso de Agronomia e dois da Medicina Veterinária, somente uma ainda não está atuando na área de formação, creditando tal fato “devido à crise e o mercado de trabalho estar saturado”, porém está inserido em um programa de pós-graduação em nível de Mestrado na UEL.

Têm-se os seguintes formados dessa área cursando pós-graduação: Agronomia, um Mestre pela UEL e um especialista; Medicina Veterinária, dois estudantes no Mestrado, um na UEL e um na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP.

5.3.6 Ciências Sociais Aplicadas

Tabela 16 – Dados quantitativos dos cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas.

Curso	Inscritos	Ingressantes	Ativos	Evadidos	Formados
Administração (Matutino)	202	28	6* (21,4%)	10 (35,7%)	12 (50%)
Administração (Noturno)	738	76	26 (34,2%)	19 (25,0%)	31 (49,2%)
Arquitetura e Urbanismo (Integral)	139	13	6 (46,2%)	3 (23,1%)	4 (57,1%)
Arquivologia (Noturno)	125	26	5 (19,2%)	10 (38,5%)	11 (50%)
Biblioteconomia (Noturno)	111	21	2 (9,5%)	7 (33,3%)	12 (60%)
Ciências Contábeis (Matutino)	103	27	5* (18,5%)	9 (33,3%)	13 (56,5%)
Ciências Contábeis (Noturno)	461	84	21 (25,0%)	24 (28,6%)	39 (58,2%)
Ciências Econômicas (Matutino)	49	9	2 (22,2%)	6 (66,7%)	1 (16,7%)
Ciências Econômicas (Noturno)	178	45	8* (17,8%)	25 (55,6%)	12 (36,4%)
Design de Moda (Matutino)	158	17	5 (29,4%)	3 (17,6%)	9 (75%)
Design Gráfico (Matutino)	145	15	9 (60,0%)	2 (13,3%)	4 (50%)
Direito (Matutino)	398	55	33 (60,0%)	3 (5,5%)	19 (81,8%)
Direito (Noturno)	965	104	53* (51,0%)	8 (7,7%)	43 (75,4%)
Direito (Vespertino)	93	24	22* (91,7%)	2 (8,3%)	0**
Jornalismo (Matutino)	100	15	8 (53,3%)	3 (20,0%)	4 (57,1%)
Jornalismo (Noturno)	216	24	8 (33,3%)	2 (8,3%)	14 (93,3%)
Relações Públicas (Matutino)	65	14	8 (57,1%)	2 (14,3%)	4 (57,1%)
Relações Públicas (Noturno)	169	19	4 (21,1%)	4 (21,1%)	11 (78,6%)
Secretariado Executivo (Noturno)	142	27	4 (14,8%)	4 (14,8%)	19 (79,2%)
Serviço Social (Matutino)	178	38	5 (13,2%)	16 (42,1%)	17 (51,5%)
Serviço Social (Noturno)	483	65	8 (12,3%)	18 (27,7%)	39 (72,2%)
Total	5218	746	248 (33,2%)	180 (24,1%)	318

* Do total 1 estudante está com a matrícula trancada.

** A opção de turno vespertino do curso de Direito iniciou em 2011, por isso não apresentou formados até 2014.
Fonte: PROGRAD/UEL

Como se pode observar na Tabela 16, a área de Ciências Sociais Aplicadas engloba o maior número de cursos entre todas as grandes áreas do conhecimento, totalizando 13 cursos de graduação. Numa análise geral, todos os cursos dessa área apresentam índices de formados superiores aos de evadidos, que é a expectativa da comunidade universitária como um todo, exceto o curso de Ciências Econômicas que tem diferenças consideráveis, sobressaindo o índice de evadidos em que mais da metade dos estudantes matriculados abandonaram o curso. Um estudante que está ativo nesse curso apontou como grande dificuldade a “falta de tempo para estudos”, informando que para superar “estuda onde estiver, no ônibus, no almoço, etc.”. Talvez os muitos outros estudantes desse curso que desistiram não tiveram a mesma disposição que este. Essa dificuldade é vivida por outros estudantes:

Tempo... pois trabalhava das 8 às 18hrs e aos sábados também. Só sobrava domingo para fazer trabalhos e o TCC!!! (formado em Administração)

Relação trabalho vs graduação. Eu trabalhava das 10:00 as 19:00 e a aula iniciava as 19:15. (formado em Ciências Contábeis)

“Organização do tempo e me privar de algumas situações sociais pelo estudo” e “determinação e superação” foram as disposições que os estudantes tiveram para superar as dificuldades. Ao que tudo indica, essa disposição se fez presente na vida de muitos outros estudantes que também tiveram que conciliar os estudos com trabalho formal, isso porque como pode-se constatar, com exceção do curso de Arquitetura e Urbanismo, os demais são acessíveis em apenas um turno, fator que possibilita ao estudante ter um trabalho, e que provavelmente seja a realidade da maioria dos estudantes, sobretudo os cotistas raciais. E para comprovar que as disposições utilizadas pelos estudantes são determinantes para a conclusão da graduação, destaca-se o curso de Jornalismo (Noturno), que tem duração de quatro anos, e dispõe do segundo maior percentual de formados, 93,3% relativos aos matriculados até 2011, ficando atrás apenas do curso de Medicina.

A condição de cursar a graduação em um único turno, certamente é a causa dessa área ter entre os quatro cursos com maior número de ingressantes pelas cotas raciais, três deles: Administração (Noturno), Ciências Contábeis (Noturno) e Direito (Noturno) sendo esse o que mais matriculou cotistas raciais. Quanto ao curso de Direito, além da opção de turno, a grande procura também se deve ao prestígio que o curso tem, e pelas diversas possibilidades de atuação que o mesmo proporciona, inclusive deve-se a isso os baixos índices de evasão, bem como os índices altamente satisfatórios de formados apresentado pelo curso de Direito em todas opções de turno. Ainda relacionado ao curso de Direito, destaca-se o percentual alto

de estudantes ativos, pois com fim da proporcionalidade, o curso que é bastante procurado, teve sua reserva de vagas preenchida quase que na totalidade, fator que pode ser visualizado em outros cursos dessa área que também aumentaram o número de ingressantes, a partir de 2013.

Faz parte dessa área de conhecimento o curso de Arquitetura e Urbanismo. Apesar de exigir conhecimentos da área de exatas, esse curso se encaixa nessa área porque consegue resolver os problemas da sociedade relacionados à organização do espaço físico. É uma profissão em que a presença de negros ainda é rara, assim como no curso ainda há poucos estudantes negros, talvez porque, além dos conhecimentos de matemática, o curso exige uma habilidade específica, inclusive os candidatos desse curso fazem uma prova antes de ingressar. Para comprovar essa habilidade, ou seja, para cursar esse curso é necessário um capital exclusivo. Capital esse que alguns estudantes negros possuem e somado às disposições que utilizam, aos poucos estão ingressando e se formando, pois de acordo com os dados, o curso apresenta índice de desistência na média dos demais.

Diante disso e citando novamente o termo *habitus* individualizado, segundo o qual as ações do indivíduo levam-no para além do que era esperado para sua classe de origem, relata-se o caso de um estudante que hoje é arquiteto e ao falar do curso diz que “a Arquitetura mudou toda a minha perspectiva da vida”. Esse estudante veio do Estado de São Paulo, de uma família cujos pais cursaram apenas o ensino fundamental. Teve que parar o curso, pois não tinha mais recurso para se manter aqui e sua família também não tinha. Ficou nove meses fora da UEL, voltou para sua cidade, trabalhou, guardou dinheiro contou com a ajuda de familiares e amigos, retornou e se formou. No início do curso teve dificuldades em matérias como matemática e física, que foram superadas, e no decorrer do curso sua força de vontade, somada à sua habilidade para a profissão de arquiteto, o mesmo se igualou aos outros estudantes não “perdendo” nada para ninguém. Já fez uma pós-graduação em Design de Interiores, está atuando na sua área e com seu trabalho de graduação ganhou alguns concursos da sua área, indo expor seus trabalhos em lugares como Buenos Aires e Madrid.

Na pós-graduação, dos formados em Jornalismo, um está cursando Doutorado na UNICAMP e outro é Mestre em Comunicação pela UEL; do curso de Administração, um Mestre em Metodologia para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Fizeram alguma modalidade de especialização 13 estudantes formados nessa área, a saber: três de Administração, um de Ciências Contábeis, dois de Jornalismo, um de Design de Moda, quatro de Direito e dois de Serviço Social. Quanto aos

formados no curso de Direito, 62 no total, foram identificados 42 aprovados no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o que representa um índice de 68% de aprovação.

5.3.7 Ciências Humanas

Tabela 17 – Dados quantitativos dos cursos da área de Ciências Humanas.

Curso	Inscritos	Ingressantes	Ativos	Evadidos	Formados
Ciências Sociais (Matutino)	96	26	4 (15,4%)	14 (53,8%)	8 (33,3%)
Ciências Sociais (Noturno)	154	47	12 (25,5%)	19 (40,4%)	16 (39%)
Filosofia (Noturno)	102	33	10 (30,3%)	17 (51,5%)	6 (26,1%)
Geografia (Matutino)	63	16	1 (6,3%)	6 (37,5%)	9 (60%)
Geografia (Noturno)	231	47	8 (17,0%)	13 (27,7%)	26 (63,4%)
História (Matutino)	95	28	8 (28,6%)	6 (21,4%)	14 (73,7%)
História (Noturno)	243	50	11 (22,0%)	15 (30,0%)	24 (61,5%)
Pedagogia (Matutino)	204	40	8 (20,0%)	9 (22,5%)	23 (71,9%)
Pedagogia (Noturno)	476	90	20 (22,2%)	18 (20,0%)	52 (76,5%)
Pedagogia (Vespertino)	28	7	0*	1 (14,3%)	6 (85,7%)
Psicologia (Integral)	393	65	36 (55,4%)	5 (7,7%)	24 (92%)
Total	2085	449	118 (26,3%)	123 (27,4%)	208

* A opção de turno vespertino para o curso de Pedagogia encerrou em 2005.

Fonte: PROGRAD/UEL

Analisando os dados apresentados na Tabela 17, com exceção de Ciências Sociais e Filosofia, nos quais o percentual de evadidos é superior ao de formados, os demais demonstram índices superiores a 60% de formação, o que está em conformidade com o esperado.

Um dos destaques dessa área é o curso de Pedagogia (Noturno), sendo o segundo com maior número de estudantes cotistas raciais matriculados entre todos os cursos da UEL. Essa particularidade, somada ao índice de aproximadamente 76% de diplomação, conduziu à profissão de pedagogo 52 estudantes negros. Acrescentando-se a esses os estudantes dos

outros turnos, tem-se um total de 81 pedagogos negros formados. Independente do percentual, que inclusive não é baixo, a quantidade em si é impressionante, é o curso que, em números, mais formou estudantes negros para o mercado de trabalho. Infelizmente esse profissional vem convivendo com a crescente desvalorização da sua profissão, mas ao contrário do que muitos pensam, o curso não é fácil e exige muito estudo, esforço e trabalho, para atuar nessa área. É importante destacar a grandeza do trabalho do pedagogo, afinal ele não é um simples alfabetizador, é um formador de opiniões, transmissor de culturas, preservador de valores, que atua na infância dos futuros adultos. Portanto, esses tantos profissionais que foram para o mercado de trabalho podem ajudar a construir uma sociedade livre de preconceitos, pois na escola os alunos brancos serão formados pelas professoras negras, assim como os alunos negros verão esse profissional como um incentivo para o seu futuro, sendo isso, certamente, um dos retornos positivos que as cotas raciais podem proporcionar.

Outro destaque dessa área é o curso de Psicologia, considerado como curso de elite na área de humanas, talvez pela taxa de concorrência no vestibular, pela condição socioeconômica da maioria dos estudantes desse curso e/ou pelo prestígio social da carreira. De fato é um curso pretendido por muitos, inclusive pelos que optam pelas cotas raciais. Comprovando isso, tem-se a média de matriculados que era de 4 estudantes por ano, passando para 15,5 com a mudança da regra da proporcionalidade, comparando-se ao curso de Medicina que tem ocupação total das vagas reservadas às cotas raciais. Deve-se a isso o alto índice de estudantes ativos. O percentual de formados se classifica como o maior da sua área e terceiro maior entre todos os cursos da UEL atingindo 92%. Com esses percentuais, o número de evadidos fica bem reduzido, com menos de 8% do total de matriculados. De acordo com um estudante formado que respondeu ao questionário, a dificuldade encontrada ao cursar Psicologia foi “no princípio, a defasagem de conhecimento específico”, para superá-la relatou “tive de estudar mais conteúdo básico, que era requerido, mas com o qual tinha dificuldades”. Em relação à expectativa quanto ao término do curso informou “do ponto de vista do início do curso, eu queria apenas me formar e conseguir um emprego. Ao longo do curso, descobri a carreira acadêmica e me encontrei nela. Hoje, sigo carreira acadêmica (trabalho na docência e faço doutorado)”.

Por ser uma área com cursos de licenciatura faz-se necessária a capacitação através de programas de pós-graduação. Por essa razão, o maior número de estudantes identificados em algum programa são dessa grande área de conhecimento, listados a seguir e agrupados de acordo com o curso de graduação:

- 1) Ciências Sociais:
 - Um no doutorado, três em Mestrado e dois em especialização.
- 2) Filosofia:
 - Um em Mestrado e um em especialização.
- 3) Geografia:
 - Um no doutorado, três em Mestrado e três em especialização.
- 4) História:
 - Um no doutorado, dois em Mestrado e 12 em especialização.
- 5) Pedagogia:
 - Um em Mestrado e três em especialização.
- 6) Psicologia:
 - Três no Mestrado e um em especialização.

Vale destacar o feito por dois estudantes que estão cursando o doutorado. Um deles é aluno do Doutorado em História na UNESP e foi doutorando visitante (2013-2014) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – Portugal. O outro é graduado em Geografia e atualmente cursa Doutorado em Geografia na UNESP com período sanduíche²¹ na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique – África. Esse mesmo estudante, quando cursou o Mestrado, também na UNESP, teve período sanduíche na Universidade de Rennes II, na França.

²¹ Nos cursos superiores na modalidade “sanduíche” o aluno realiza parte dos estudos no exterior. O período de intercâmbio é geralmente de três meses a dois anos.

5.3.8 Letras, Linguística e Artes

Tabela 18 – Dados quantitativos dos cursos da área de Letras, Linguística e Artes.

Curso	Inscritos	Ingressantes	Ativos	Evadidos	Formados
Artes Cênicas (Matutino)	120	23	7 (30,4%)	11 (47,8%)	5 (26,3%)
Artes Visuais (Matutino)	39	12	5 (41,7%)	2 (16,7%)	5 (55,6%)
Artes Visuais (Noturno)	98	21	5 (23,8%)	6 (28,6%)	10 (58,8%)
Letras (Noturno)	160	47	4* (8,5%)	12 (25,5%)	31 (70,5%)
Letras (Vespertino)	59	13	2 (15,4%)	2 (15,4%)	9 (81,8%)
Letras Espanhol (Noturno)	18	12	3* (25,0%)	5 (41,7%)	4 (50%)
Letras Espanhol (Vespertino)	5	3	0	2 (66,7%)	1 (33,3%)
Letras Estrangeiras Modernas (Noturno)	21	13	1 (7,7%)	4 (30,8%)	8 (61,5%)
Letras Estrangeiras Modernas (Vespertino)	7	3	0	2 (66,7%)	1 (33,3%)
Letras Francês (Noturno)	2	2	0	1 (50,0%)	1 (50,0%)
Letras Inglês (Noturno)	42	0	0	0	0
Letras Inglês (Vespertino)	9	0	0	0	0
Música (Vespertino)	75	15	3 (20,0%)	3 (20,0%)	9 (75%)
Total	655	164	30 (18,3%)	50 (30,5%)	84

* Do total 1 estudante está com a matrícula trancada.

Fonte: PROGRAD/UEL

Essa área compreende quatro cursos, Artes Cênicas, Artes Visuais, Letras e Música, sendo que o curso de Letras teve alguns desmembramentos ao longo dos anos. Atualmente as opções são: Letras, Letras-Espanhol, Letras-Francês e Letras-Inglês. A opção Letras não teve mudanças, enquanto a opção “Letras Estrangeiras Modernas” teve estudantes matriculados entre os anos 2006 a 2008. Apesar de um estudante estar ativo em 2014, não haverá mais nenhum, pois essa opção foi extinta. Em 2009 começam os ingressantes na opção Letras-Espanhol e em 2010 inclui-se a opção Letras-Francês. A opção Letras-Inglês iniciou em 2014 e apesar de ter recebido inscrições, não houve nenhum aprovado, por isso consta na Tabela 18

com zero. Ao analisar o quadro, tem-se o curso de Letras (Vespertino) com o maior percentual de formados e a opção noturno com a maior quantidade de formados dentro da área de conhecimento. O curso de Música também apresenta um percentual de formados acima dos evadidos, o que é positivo, visto que se trata de um curso que também exige a aprovação prévia em uma prova específica realizada antes do vestibular.

Encaminhados para pós-graduação entre os formados em Letras, identificou-se 11 em cursos de especialização e seis em programa de Mestrado. Um estudante formado em Artes Visuais e um em Música também ingressaram em cursos de especialização. Destaca-se um estudante formado em Artes Cênicas que cursou a especialização em “Master 1 Arts Spécialité Arts Plastiques”, na Universidade de Rennes II, na França.

Para resumir as características dos cursos de graduação identificadas nesse estudo apresentam-se as informações abaixo, apontando os três primeiros cursos de acordo com sua particularidade:

- Cursos com maior número de inscritos:
 - Medicina, Direito (Noturno) e Administração (Noturno)
- Cursos com maior índice de matriculados:
 - Letras (Noturno), Filosofia (Noturno) e Física (Integral)
- Cursos com maior quantidade de matriculados:
 - Direito (Noturno), Pedagogia (Noturno) e Ciências Contábeis (Noturno)
- Cursos com maior índice de evadidos:
 - Química (Licenciatura-Noturno), Educação Física (Bacharelado-Noturno) e Física (Bacharelado-Integral)
- Cursos com maior quantidade de evadidos:
 - Educação Física (Bacharelado-Noturno), Ciências Econômicas (Noturno) e Ciências Contábeis (Noturno)
- Cursos com menor índice de evadidos:
 - Medicina, Direito (Matutino) e Direito (Noturno)
- Cursos com maior índice de formados:
 - Medicina, Jornalismo (Noturno) e Psicologia
- Cursos com menor índice de formados:
 - Física (Noturno), Ciência da Computação e Engenharia Civil

- Cursos com maior quantidade de formados:
 - Pedagogia (Noturno), Direito (Noturno) e Serviço Social (Noturno)
- Cursos com maior quantidade de estudantes ativos em 2014:
 - Direito (Noturno), Medicina e Psicologia

Diante dos dados apresentados de todos os cursos ofertados pela UEL, constata-se que a presença de estudantes negros alterou de forma muito positiva a imagem da instituição, mesmo a contragosto de alguns, críticas de outros, julgamentos das mais diversas formas. O sistema de cotas raciais vêm cumprindo seu objetivo ao inserir esse grupo racial no ensino superior no qual seus atores desempenham sua função, ainda que custosamente, atingem a conclusão do curso, tornando-se profissionais qualificados para atuar no mercado de trabalho, sendo esse um próximo desafio.

E para comprovar o engano dos que julgavam que as cotas gerariam queda na qualidade do ensino superior, foram feitos levantamentos e comparativos de dados dos estudantes cotistas raciais formados em relação aos estudantes formados que ingressaram pelo sistema universal. Primeiramente, foram identificados os dez cursos que mais formaram na UEL depois da adesão ao sistema de reserva de vagas, sendo que para isso foi determinado uma média de matriculados e formados entre os anos de 2005 a 2009, incluindo as três formas de ingresso – sistema universal, cotas raciais e cota escola pública – e em seguida calculou-se o percentual de formados. Na tabela a seguir apresenta-se os referidos cursos com os dados dos estudantes das cotas para negros e do sistema universal.

Tabela 19 – Comparativo do percentual nos dez cursos que mais formaram na UEL entre 2005 a 2009, de acordo com a forma de ingresso.

Curso	Universal			Cotas Negros		
	M	F	%	M	F	%
Medicina (Integral)	345	331	95,9	10	10	100
Odontologia (Integral)	269	226	84,0	11	10	90,9
Design Gráfico (Matutino)	85	67	78,8	8	4	50,0
Enfermagem (Integral)	246	199	80,9	37	29	78,4
Relações Públicas (Noturno)	84	67	79,8	14	11	78,6
Fisioterapia (Integral)	263	216	82,1	26	20	76,9
Direito (Matutino)	581	509	87,6	22	18	81,8
Ciências Biológicas (Integral)	278	206	74,1	17	9	52,9
Farmácia (Integral)	253	204	80,6	12	6	50,0
Psicologia (Integral)	319	262	82,1	25	23	92,0

Fonte: UEL/PROGRAD

Legenda: M = Matriculados; F = Formados

Como é possível observar na Tabela 19, o índice de formação dos estudantes matriculados pelas cotas raciais em pouco se diferencia dos estudantes do sistema universal, inclusive é superior em três dos cursos mais prestigiados em uma graduação, ou seja, Medicina, Odontologia e Psicologia, fundamentando que a capacidade e desempenho dos estudantes negros não devem ser julgados inferiores perante os demais. Ainda seguindo essa linha de pensamento, elaborou-se mais a Tabela 20, dessa vez com os dez cursos com maiores índices de formação pelos matriculados nas cotas raciais e comparou-os com os estudantes do sistema universal, que segue abaixo.

Tabela 20 – Comparativo do percentual entre os formados pelas cotas raciais e pelo sistema universal nos dez cursos que mais formaram pelas cotas raciais na UEL entre 2005 a 2009.

Curso	Cotas Negros			Universal		
	M	F	%	M	F	%
Medicina (Integral)	10	10	100	345	331	95,9
Jornalismo (Noturno)	15	14	93,3	85	68	80,0
Psicologia (Integral)	25	23	92,0	319	262	82,1
Odontologia (Integral)	11	10	90,9	269	226	84,0
Direito (Matutino)	22	18	81,8	581	509	87,6
Letras (Vespertino)	11	9	81,8	221	142	64,3
Secretariado Executivo (Noturno)	24	19	79,2	152	110	72,4
Relações Públicas (Noturno)	14	11	78,6	84	67	79,8
Enfermagem (Integral)	37	29	78,4	246	199	80,9
Fisioterapia (Integral)	26	20	76,9	263	216	82,1

Fonte: UEL/PROGRAD

Legenda: M = Matriculados; F = Formados

Nessa comparação, constata-se que em seis, dos dez cursos apresentados, o percentual de formação dos cotistas raciais é superior ao dos estudantes do sistema universal, sendo eles, Medicina, Jornalismo, Psicologia, Odontologia, Letras e Secretariado Executivo. Em mais um comparativo, o que se identifica é o desempenho satisfatório dos estudantes negros, fazendo valer a oportunidade que lhes foi dada depois de muita luta e da falta de representatividade a que foram submetidos durante muito tempo.

Oposto ao que foi apresentado acima, na próxima tabela tem-se um comparativo com os cinco cursos que menos formaram em toda a instituição.

Tabela 21 – Comparativo do percentual nos cinco cursos que menos formaram na UEL entre 2005 a 2009, de acordo com a forma de ingresso.

Curso	Universal			Cotas Negros		
	M	F	%	M	F	%
Química – Licenciatura (Noturno)	165	57	34,5	29	5	17,2
Física – Bacharelado (Integral)	120	35	29,2	9	2	22,2
Matemática – Licenciatura (Noturno)	165	39	23,6	23	5	21,7
Matemática – Bacharelado (Matutino)	97	19	19,6	5	1	20,0
Física – Licenciatura (Noturno)	107	27	25,2	10	1	10,0

Fonte: UEL/PROGRAD

Legenda: M = Matriculados; F = Formados

Na Tabela 21, o que pode ser constatado, ratificando o que foi apresentado no item 5.3.1 – Ciências Exatas e da Terra, é o baixo desempenho nas áreas de Exatas, não só pelos estudantes cotistas raciais, mas também pelos estudantes do sistema universal. No entanto, nessa comparação os percentuais dos cotistas raciais são inferiores aos do sistema universal, o que confirma a grande debilidade nessas matérias, fruto de um ensino básico precário.

Enfim, com os dados quantitativos constatou-se que o ingresso de estudantes pelo sistema de cotas raciais na UEL representou a mudança de *habitus* de muitos indivíduos que não compactuaram com o que estava previamente definido para sua classe de origem e foram além, primeiramente se dispondo a concorrer a uma das vagas em um curso superior, alguns em cursos que podiam imaginar que “não eram pra eles”. Depois enfrentando todas as dificuldades comuns a todos em uma graduação, juntamente com as que são exclusivas a eles por serem negros e estarem ali na luta por igualdade em um campo tão desigual, por terem ingressado pelo sistema de cotas, ainda considerado “injusto” por muitos e também por terem condições socioeconômicas diferentes dos demais, principalmente nos cursos de mais prestígio. Essa disposição para enfrentar todos esses obstáculos levou esses estudantes à colação de grau, à diplomação, o que certamente transformou a sua vida, seja conquistando seu espaço no mercado de trabalho formal ou se capacitando em um programa de pós-graduação ou adquirindo o status social que um curso universitário propicia em nossa sociedade. Para enfatizar essa situação, seguem abaixo alguns relatos de estudantes discorrendo sobre o que a conclusão do curso superior mudou em suas vidas.

Me fez ver que é possível vencer o ciclo de pobreza (aqui penso em todos os tipos de pobreza não apenas a financeira, também a intelectual, moral e quem sabe a espiritual) e que a Educação pode e deve mudar o mundo. (formado em Matemática)

Acredito que me ajudou a crescer como pessoa e me abriu novos horizontes. (formado em Odontologia)

Me habilitou para concorrer e conquistar uma vaga no serviço público, o que me proporcionou uma melhora na qualidade de vida e oferecer melhores condições para meus dois filhos. (formado em Direito)

Mudou minha maneira de pensar e ver a situação como parte de um todo e não apenas, eu como ser individual e única solução para os problemas, mas meu papel de cidadão em meio à sociedade. (formado em Medicina Veterinária)

Tudo. Mudou minha família. Somos em quatro filhos, uma formada em Direito, outro cursando o quarto ano de Direito na UEL e outro cursando Engenharia na Unesp. Nós três passamos através de cotas. Quando alguém na família muda e essa mudança é boa, pode ter certeza que todos acompanham. (formado em Direito)

Mudou muita coisa! Me proporcionou vivências que jamais imaginei, tanto a graduação quanto na pós-graduação. Fui a primeira da família a ingressar num curso superior e a primeira da família estendida a ingressar num curso de doutorado. Isso, ao meu ver, já é bem representativo. (formado em Educação Física)

Acho que ele agrega e reorganiza algo que inconscientemente dentro de você, já te incomoda e você não sabe como lidar ou seja a bagagem teórica, assim acho que pelos menos pra mim o serviço social me transformou, pois consigo hoje reorganizar melhor minhas inquietações diante desse mundo desigual e sem justiça social pra todos. (formado em Serviço Social)

O meu modo de ver o mundo se abriu muito mais por conta das pessoas que encontrei na Universidade e dos movimentos sociais que participei (Feminista, Negro e Estudantil). Posso dizer que sou uma pessoa muito diferente, mais empática e com uma identidade negra muito melhor construída e sólida. E ter entrado pelo sistema de cotas foi o primeiro passo para isso. Se tivesse entrado pelo sistema universal, duvido que minhas modificações como indivíduo teriam sido tão profundas. (formada em Design Gráfico)

Vida financeira e visão da sociedade. Me fez ter mais empatia aos pacientes do SUS. (formado em Medicina)

Tudo. A UEL me deu vários limites, mas também ofereceu diversas possibilidades. Graças às cotas e a UEL, eu não teria chegado onde eu cheguei e nem me tornado o ser humano que sou. E o mérito não é meu, esse mérito vai para aquelas pessoas que se comprometem com as lutas sociais historicamente debatidas em nossa sociedade. Eu sou produto destas lutas. Sou negro. Sou cotista. E construir uma universidade que não seja racista, isso a UEL (em seu contexto social) tem construído. (formado em Geografia)

6 O SISTEMA DE COTAS SOB O OLHAR DO ESTUDANTE COTISTA RACIAL

Algumas questões apresentadas aos estudantes no questionário levaram à concepção desse capítulo, no qual pretende-se apreciar como o sistema de cotas raciais é visto por aqueles que se beneficiam do programa:

- Se não tivesse o sistema de cotas você acha que ingressaria na UEL?
- Você sofreu alguma discriminação por ser cotista racial?
- Em relação ao sistema de cotas, você acha que deve continuar?
- Quando você tiver filhos, ou se já tem, incentivaria seu filho a ingressar em uma universidade pública pelo sistema de cotas?
- Qual sua opinião em relação ao acesso à universidade pelo sistema de cotas raciais?

O gráfico 1 apresenta a opinião dos informantes quanto ao ingresso pelo sistema de cotas, respondendo se ingressariam na graduação, mesmo sem o benefício.

Gráfico 1



Como se pode observar, 68% dos informantes responderam que seria possível ingressar sem o benefício do sistema de cotas, poderia ser um processo mais lento ou em um curso com menor concorrência, mas devido ao esforço próprio e à vontade de ingressar em uma universidade pública, essa suposição seria concretizada. Tal fato pode levar à constatação

de que as disposições individuais contraria o *habitus* designado para uma determinada classe na qual os atores se colocam em uma posição diferenciada para conseguirem atingir seus objetivos. Outro fator observado é o apoio familiar, o qual pode ser determinante para esses estudantes. Os pais são importantes, sejam como incentivadores ou como mantenedores dos filhos. Cabe citar algumas afirmações feitas pelos informantes a esse respeito:

Apesar das dificuldades, que são muitas, a dedicação seria a mesma. Com a ausência de um conhecimento prévio equitativo aos concorrentes do sistema universal, o tempo para alcançar o mesmo nível de conhecimento seria muito maior para o cotista. Sem o sistema de cotas eu demoraria muitos anos para passar, mas passaria. Acredito que todos somos capazes. (estudante de Medicina)

Eu levaria mais tempo, mas continuaria estudando até que atingisse meu objetivo. (estudante de Medicina)

Sim, mas talvez desistiria de tentar o curso que faço e optaria por um menos concorrido. (estudante de Medicina)

Por ser persistente. (estudante de Engenharia Civil)

Pois isso depende do esforço e dedicação de cada um, em relação aos estudos. (estudante de Odontologia)

Tive a oportunidade, que poucos têm, de fazer um cursinho preparatório de qualidade. Sou uma exceção. (estudante de Relações Públicas)

Acredito que demoraria mais tempo, talvez. Mas sempre fui aplicada nos estudos, tenho apoio familiar, e minha nota na Unesp e UEL foram bem próximas da geral. Eu ganhei honra ao mérito da escola pública no 3º ano com maior média geral. A sensação que tenho é que faltava pouco pra prova, mas isso não tinha nada a ver com meu esforço e dedicação. (estudante de Design Gráfico)

As cotas ampliam a possibilidade de ingresso na Universidade, porém, se elas não existissem eu não desistiria de tentar até conseguir entrar. Mas isso porque eu realmente tinha como meta fazer uma faculdade e recebi muito apoio da minha mãe que, mesmo sem ter tido possibilidades de estudo, sempre compreendeu a importância de ter uma formação. Acredito, porém, que sem o sistema de cotas muitos desistiriam, visto que candidatos pobres, sobretudo negros, dificilmente podem se “dar ao luxo” de se dedicar exclusivamente aos estudos, havendo quase sempre a exigência de inserção precoce no mundo do trabalho. (formado em Educação Física)

Porque iria continuar me preparando para tal, no entanto acredito que seria um processo mais difícil levando-se em conta toda a minha conjuntura. (formado em Serviço Social)

Em outro curso, de concorrência mais baixa. (formado em Direito)

Acredito que poderia, mas penso que isso levaria mais tempo, talvez precisasse fazer outros concursos vestibular, porque já havia feito outros 4 antes de entrar na UEL em 2005. (formado em Matemática)

No meu caso, apesar de inscrita em cotas, passei em 6º lugar no geral, acabaria entrando de qualquer forma. Entretanto fui agraciada com o apoio da minha mãe que apesar de tudo me deixou ficar em casa por 6 meses dedicados exclusivamente aos estudos. Mas o início do curso foi muito difícil, pois a minha educação escolar foi

deficiente e meus colegas de classe vieram de escolas particulares. (formado em História)

Para 32% dos informantes as cotas são necessárias, pois não se consideram em igualdade de concorrência com aqueles que por terem melhores condições financeiras, tiveram acesso às melhores instituições de ensino. Sendo assim, sem as cotas o processo do vestibular pode ser considerado um método meritocrático injusto, pois a ascensão profissional ou social não dependeria exclusivamente do esforço individual, mas também das oportunidades que cada indivíduo tem ao longo da vida. Isto posto, apresentam-se alguns relatos:

Fiz dois anos de cursinho, um público e outro particular. Creio que mesmo assim não entraria, já que meu ensino médio foi bastante precário. (estudante de Psicologia)

Talvez não, por não ter estudado em uma escola boa o suficiente para disputar com outros que tiveram mais oportunidade. (estudante de Psicologia)

Não ia ter dinheiro para me manter pagando mensalidade de cursinho, portanto, acabaria desistindo por saber que meus concorrentes teriam acesso. (estudante de Medicina)

Basta analisar a UEL antes das cotas, era uma instituição “branca”, o sistema de cotas trouxe para o debate o racismo institucional. (estudante de Ciências Sociais)

Estudei a vida inteira em colégio público, infelizmente meu ensino foi péssimo, principalmente na disciplina de português, não havia estrutura alguma, péssima didática e até mesmo conteúdos que deixaram de ser ensinados. Se não fosse os meus pais terem pago um ano de cursinho particular eu não teria nem mesmo acertado a quantidade mínima (no sistema cotista) para passar pra segunda fase do vestibular, muito menos acertar 70% da prova objetiva concorrendo com alunos que tiveram melhores condições de ensino. (estudante de Direito)

Por não ter condições de competir com os outros alunos, vejo em minha sala que muitos alunos tiveram a chance de se preparar melhor por só estudarem e não precisarem trabalhar. (estudante de Direito)

Porque o ensino de escolas públicas é muito fraco em relação com o das escolas particulares. E, quem não tem condições de frequentar um cursinho pré-vestibular, acaba ficando atrás de quem o fez. (estudante de Administração)

O vestibular é um método de seleção pensado para um Brasil excludente social e racialmente... Além de ser negro, pesava contra meu favor o fato de ter estudado em escola pública, que não é segredo, não capacita o aluno para uma universidade. (formado em História)

Por estudar em colégios estaduais com ensino muito defasado, para se ter conteúdo suficiente, para concorrer com candidatos mais bem estruturados academicamente. (formado em Medicina Veterinária)

Seria necessário prestar a prova diversas vezes para conseguir entrar, já que a nota de entrada da classificação geral no curso que escolhi costuma ser alta. (formado em Jornalismo)

Pois não tinha as mesmas condições de estudo que alunos de instituições privadas e nem dinheiro para bancar cursos pré-vestibulares. (formado em Pedagogia)

Estudei minha vida toda em escola pública, a qual sabemos que é um ensino defasado. (formado em Medicina)

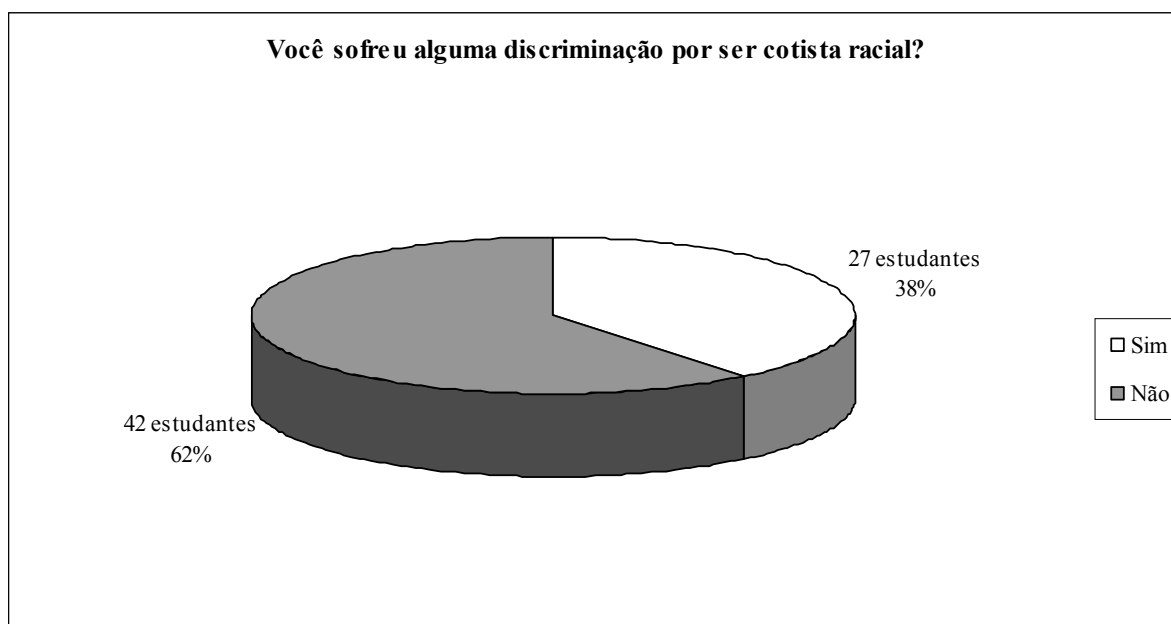
Minha classificação foi suficiente para o ingresso no sistema universal (se estivesse me inscrito nele), mas eu não tinha perspectivas de conseguir o ingresso por ele. Meu maior impedimento foi a insegurança quanto à qualidade do ensino que tive durante a minha vida escolar, e descrença de minhas próprias capacidades. (formado em Design Gráfico)

Já fazia 17 anos que tinha terminado o Ensino Médio e prestado Vestibular por diversas vezes e não havia passado. (formado em Ciências Contábeis)

Não posso dizer que não passaria na UEL sem o sistema de cotas. Como produto desta política, conheci o meu direito de estudo e privilégio de ser parte da população universitária. Contudo, antes de 2006 (ano que ingressei na UEL), já tinha prestado vestibular e não obtive sucesso. (formado em Geografia)

Quando questionados se sofreram discriminação por serem cotistas, têm-se os dados demonstrados no Gráfico 2.

Gráfico 2



De acordo com o gráfico acima, felizmente, a maioria que respondeu ao questionário informou não ter sofrido discriminação. Na verdade, isso é o que se espera de uma sociedade miscigenada e onde a democracia racial deveria ser uma realidade. Talvez por se tratar de indivíduos que estão dentro de uma universidade, campo onde o capital intelectual os difere dos demais elementos da sociedade, essa discriminação não tenha atingido um grande número de estudantes cotistas. Esse capital intelectual pode ter feito com que a diferença de cor de

pele tenha sido, no mínimo, velada. Um estudante formado em Design Gráfico respondeu “eu nunca sofri, mas já soube de casos de colegas que sofreram”, reafirmando que a discriminação ronda esse grupo de estudantes e reforçando o conceito do racismo institucional que se faz presente em nossa sociedade.

O termo Racismo Institucional foi cunhado com o intuito de ampliar o conceito clássico de racismo, levando-o para além do escopo limitado do indivíduo. O conceito interpela as instituições a se repensarem diante de sua seletividade racial em relação a indivíduos e grupos, seletividade esta que opera de forma estrutural na contemporaneidade, demarcando de maneira inequívoca espaços e privilégios e solapando a plenitude do conceito de dignidade da população negra. (MORAES, 2013, p. 11)

Pode-se afirmar que a política de cotas raciais foi um dispositivo político criado para, em tese, tentar reverter o racismo institucional existente na UEL, o que numericamente sucedeu, como afirma Silva e Pacheco (2013, p. 72):

[...] em 2004 a percentagem de estudantes brancos é de 78,4, enquanto que os negros somam 13,2% e, em 2005, com o primeiro vestibular pelo sistema de cotas, o percentual de negros passou para 18,2. Em 2008, esse percentual chega a 20,0, revertendo para 17,7% em 2012.

Esse percentual de alunos negros na UEL, ainda aquém do idealizado para um país onde a população negra é a maioria, não fez com que essa situação fosse totalmente corrigida, uma vez que o combate ao racismo institucional também se dá pela construção educacional de uma cultura de superação do racismo que deve se originar na própria instituição, circunstância não vivenciada por 38% dos informantes da pesquisa, que entre outros relatos, contaram as seguintes experiências relacionadas à discriminação por ser cotista racial:

Próprios colegas de sala. Um dia, almoçando com uma aluna da minha sala, ela disse sobre cotas, que roubavam a vaga e não faziam por merecer o curso. Detalhe: ela é branca e rica. Estudou em um dos colégios mais caros de Londrina. (estudante de Psicologia)

Não foi uma discriminação na minha frente, mas já fiquei sabendo de uma colega que fez cursinho no mesmo lugar que eu que usou um tom, que ficou subentendido que se não fosse as cotas eu não entraria na universidade. (estudante de Medicina)

O professor no primeiro ano de curso passou um X na minha prova e escreveu “Bobagem”, não justificando sua anotação, bem como o olhar que me transmitiu durante todo o semestre deixava claro que ali não era meu lugar. (estudante de Ciências Sociais)

Horrível, antes mesmo de prestar o vestibular, a discriminação começa no ensino médio com frases do tipo “com cotas qualquer um passa, é só ir lá e escrever o seu nome”; “os cotistas roubaram a minha vaga”; “como que pode ele ir melhor na prova (na graduação) do que eu se eu acertei 40 questões no vestibular e ele só acertou 20?” Ou então, “mas eu passei na posição “x” no vestibular, e sem cotas, sou

mais inteligente do que ele”. E por aí vai os exemplos, são muitas as frases que escutamos e nos fingimos de mortos. (estudante de Direito)

Indiretamente, por uma professora ao dizer que não gostaria de ser atendida (na área da saúde) por alguém que só se formou porque foi dada essa “ajuda”. Dando a entender que cotista só se forma porque o sistema tem dó/piedade. Quanto a mim, nunca deixei que duvidasse da minha capacidade, nem que eu tivesse que passar a noite estudando, faria e compensaria qualquer diferença no déficit de conhecimento. (estudante de Direito)

No início levava na brincadeira, mas depois me impus, juntamente com os outros colegas negros. Depois tivemos aulas com uma professora que defendia muito a inclusão social e que por fim acabou levando toda a turma a pensar. (formado em História)

Outra aluna disse em sala que só entrou em segunda chamada por causa dos cotistas, eu disse que isso não era desculpa. (formado em Agronomia)

Eu entrei na Universidade com algumas “deficiências” na escrita e na forma de falar...algo que tive que me dedicar para melhorar. A busca por melhoria partiu sempre de mim e acompanhei a turma sem dificuldades, mas porque me redobrei para conseguir. Nada que ninguém possa alcançar, mas de início notei que minha realidade cultural era destoante de todos da turma, assim como meu nível de aprendizado. (formado em Direito)

Ingressei na UEL no primeiro ano de implementação da política de cotas. Nesse contexto as discussões ainda estavam muito acaloradas e no Centro de Educação Física e Esportes, pelo menos naquela conjuntura, era majoritariamente desfavorável a esta política afirmativa, especialmente à política de cotas para negros. Então as situações de discriminação foram diversas, inclusive por parte de professores. Para lidar com a situação, busquei obter uma formação paralela em outra área de conhecimento, participando de um projeto na área de sociologia. Através desse projeto tive acesso a leituras fundamentais para compreensão das relações raciais no Brasil e de todo percurso histórico até a implementação das políticas de ação afirmativa. Essa experiência foi fundamental para que eu pudesse enfrentar de maneira mais combativa as situações de discriminação. (formado em Educação Física)

Como negro e nordestino a discriminação (negativa e positiva) já fazia parte do meu cotidiano. Como cotista as situações desta natureza só confirmava que meu lugar não era na universidade. Mesmo sob falas e afirmações do tipo: ladrão de vagas ou cotista racial (dito de forma pejorativa), eu fui criando consciência que eu era, e o lugar em que eu estava era um produto de luta histórica. Ao mesmo tempo que me conhecia, sabia que aquilo era meu direito, e eu ia lutar pra tê-lo até o fim da faculdade. (formado em Geografia)

Diante dos relatos, o que se detecta é que na maioria dos casos a discriminação é por parte dos professores que são justamente os que detêm maior capital intelectual e que poderiam e deveriam influenciar nos conceitos dos estudantes em relação à discriminação racial. E por ocuparem posição de prestígio dentro do campo, conseguem tal feito sem muitas adversidades, como relatou um informante “[...] depois tivemos aulas com uma professora que defendia muito a inclusão social e que por fim acabou levando toda a turma a pensar [...]”. Na situação em questão, a maioria dos professores além de se posicionarem contrários

ao sistema de cotas, discriminam abertamente os estudantes cotistas, o que provavelmente avaliza o pensamento dos estudantes não cotistas.

Dois informantes relataram que a discriminação por ocuparem uma vaga no sistema de cotas partiu dos próprios familiares, pessoas que supostamente deveriam apoiar, se colocaram contrárias, talvez por serem influenciadas pela mídia que costuma desqualificar os cotistas, colocando-os como inferiores perante a sociedade:

Dentro da academia, não, por estudar em um centro que tem maior consciência da necessidade dessa ação afirmativa. Porém houve grande estranheza por parte da minha família. Desde muito cedo não me identificava com o grupo étnico “branco”, pelas minhas características físicas do cabelo cacheado, a boca, o nariz, me identificando com o grupo “pardo” (classificação meio problemática do IBGE). Apesar disso, meus familiares, diziam “Você não é negra não, coitada...”, como se isso fosse um defeito, revelando o tipo de preconceito velado que vivemos em nosso país. Também houve os comentários meritocráticos do tipo: “Você tem capacidade de entrar sem as cotas”. (estudante de Ciências Sociais)

Minha esposa tem vergonha por eu utilizar o sistema de cotas por achar que eu não preciso disso, mas eu não me importo. Acredito que ela tem mudado sua opinião a respeito. (estudante de Matemática)

Em relação à continuidade do sistema de cotas, foram feitas duas questões “você acha que o sistema de cotas deve continuar?” e “quando você tiver filhos, ou se já tem, incentivaria seu filho a ingressar em uma universidade pública pelo sistema de cotas?”. Os gráficos abaixo apresentam as informações de acordo com as respostas dos informantes.

Gráfico 3

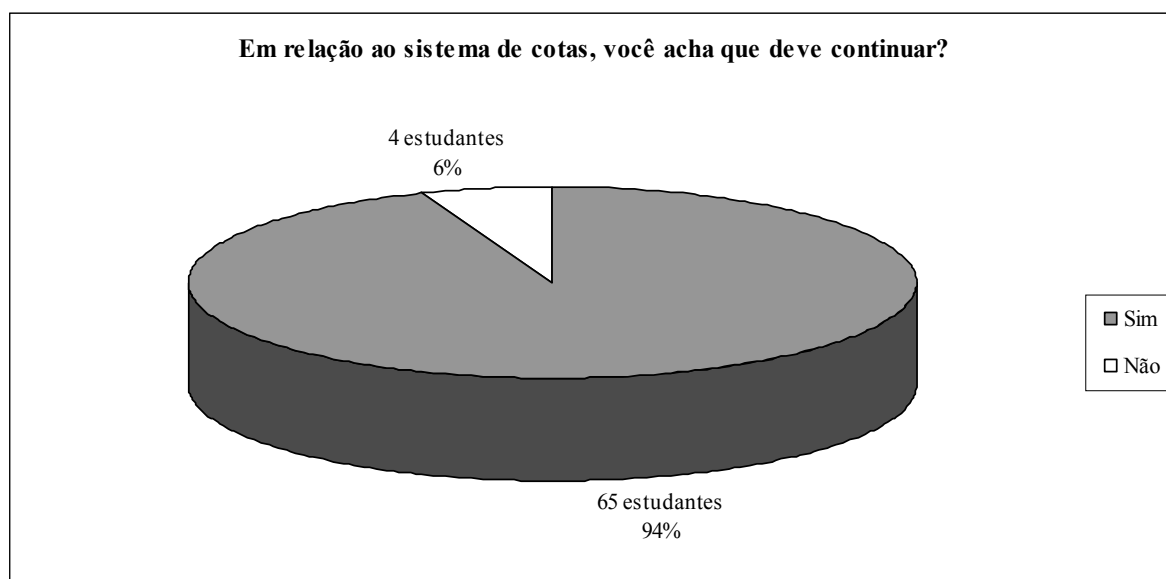
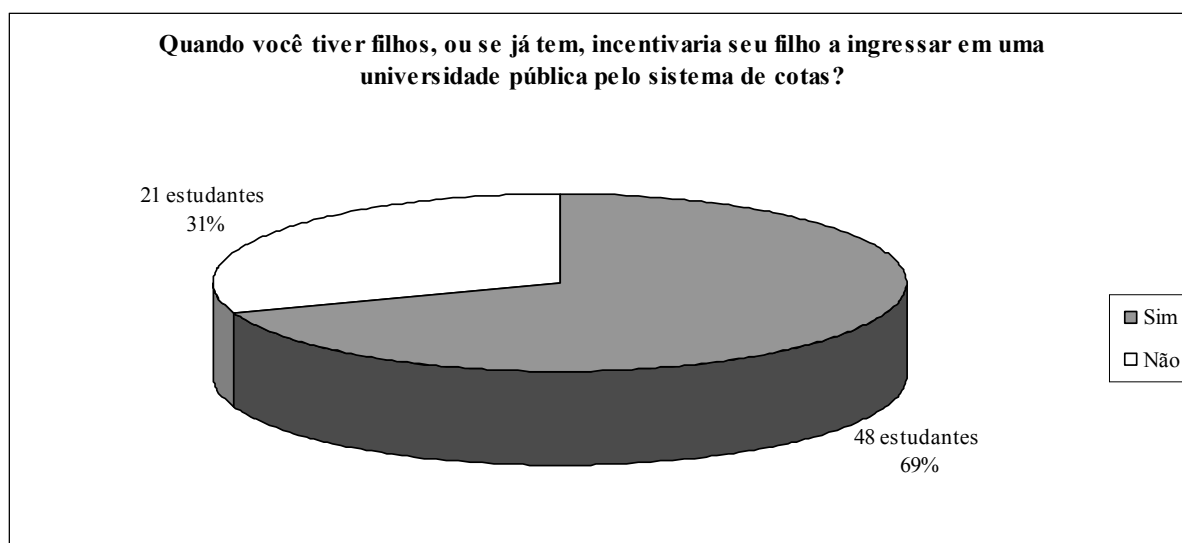


Gráfico 4



A opinião favorável à continuidade do sistema de cotas predomina entre os informantes. É consenso entre eles que o sistema de cotas, do qual foram beneficiados, deve-se manter até que o ensino básico passe por algum mecanismo que qualifique melhor os que dele advirem:

Porque um país somente cresce com educação de qualidade. No entanto, essa educação começa na base, é no ensino fundamental. Cotas apenas auxiliam aqueles que dedicaram anos de cursinho para entrar em uma universidade. Quero que continue, porque muitos amigos desejam a mudança que tive e quero que eles obtenham também. Entretanto, apenas ficarei satisfeita quando o pobre puder ter ensino fundamental/ médio de qualidade. (formado em Direito)

É o único jeito de equiparar de alguma forma a defasagem que algumas pessoas sofrem durante o ensino fundamental e médio. (formado em Jornalismo)

Deve continuar até os órgãos públicos responsáveis iniciarem um trabalho que eleve o nível do ensino fundamental e médio, a ponto de não ter diferenças quanto ao conhecimentos entre estudantes de escolas privadas e públicas. (formado em Biomedicina)

É a oportunidade para que alunos de escolas públicas adentrem nos muros universitários que são preenchidos por uma maioria alunos de escolas particulares que possuem uma condição de vida diferente. O ensino superior é sem dúvidas uma oportunidade ímpar na vida de quem vem de escolas públicas e muitas vezes sem uma perspectiva positiva de vida. (formado em História)

Deve continuar até a educação básica receber maiores investimentos e apresentar melhor qualidade de ensino. (estudante de Medicina)

Há também os que tratam as cotas raciais como um modo de reparação com a população negra que por muitas décadas não teve representatividade no ensino superior, sendo esse o meio pelo qual podem se tornar profissionais nas diversas áreas, inclusive nas

que proporcionam maior prestígio perante a sociedade. Essa mudança, no entanto, ainda levará algum tempo, por isso defendem a continuidade das cotas raciais.

A dívida ainda é grande. Acredito que estamos apenas no início da reparação de danos. Um pouco mais de uma década de política de cotas não repara uma dívida de mais de 3 séculos. (formado em História)

Porque ainda vai levar alguns punhados de anos pra que a sociedade realmente colha os frutos dessa ação. Não será do dia pra noite. (formado em Design Gráfico)

Existe um histórico negativo econômico e social, eu vejo o sistema de cotas como uma ferramenta importante para minimizar esses aspectos. (formado em Ciências Contábeis)

Por que acredito que a educação pública precisa de mais “cor” e mais participação desse grupo social que é maioria em nosso país. (formado em Serviço Social)

Precisamos de mais pessoas negras na universidade. A pessoa negra no Brasil encontra diversos impedimentos de raça, classe social, marginalização e a falta de perspectiva que todos esses elementos em interseção causam. O sistema de cotas não é a solução perfeita, mas é uma maneira de corrigir um pouco da disparidade racial dentro da universidade. É uma maneira, também, da comunidade se “acostumar” com a presença dos negros em espaços o qual ele deveria ter direito. Precisamos “acostumar” a sociedade com a presença de médicos, arquitetos, engenheiros e outras carreiras na qual o corpo negro não é diretamente associado. E precisamos dizer às pessoas negras que elas também podem ser o que elas quiserem ser. (formado em Design Gráfico)

Enquanto não houver uma redução drástica nas desigualdades sociais, na qual todos tenham o mínimo de possibilidades de concorrerem entre si em pés de igualdade, deve haver esses instrumentos “compensatórios”, para que pessoas de todas as raças, credo, etnias, gêneros, possam ter a possibilidade de ingressarem em instituições públicas, construindo assim uma educação de qualidade para si e, posteriormente poder transformar sua família e a sociedade em que moram, sendo assim, sou a favor da continuidade dos sistemas de cotas. (formado em Educação Física)

Até que as oportunidades de acesso ao ensino superior pelas populações indígenas, negras, pobres, deficientes, transexuais, sejam equalizadas de forma justa e que reafirma a educação como direito, e não como privilégio. E as cotas devem ser ampliadas também para a pós-graduação. (formado em Geografia)

Para cumprir sua função de ação afirmativa, que objetiva diminuir as desigualdades históricas enfrentadas pelos negros até que haja equidade de oportunidades entre os grupos étnicos, até que não exista mais necessidade da existência dessa ação afirmativa. (estudante de Ciências Sociais)

Por possibilitar que muitos negros competentes possam ter a oportunidade de ingressar na universidade. Àqueles que não precisam, ótimo, mas nem todos são iguais. (estudante de Direito)

Porque há pouquíssimas oportunidades para os negros. Ainda sofremos reflexos da escravidão. As cotas não são para reparar o dano, mas sim para dar melhores oportunidades de um futuro melhor a todos. (estudante de Direito)

Ainda estamos longe da igualdade. Descontinuar-lo seria um retrocesso. (estudante de Relações Públicas)

Porque vivemos em uma sociedade profundamente desigual, no critério raça/etnia. As cotas vêm pra questionar o racismo estruturante em nossa sociedade também, por

isso até que possamos competir (negros e brancos) sem a influência do racismo, as cotas raciais são necessárias. (estudante de Ciências Sociais)

Pois é uma forma de pessoas como eu, de baixa renda, escola pública defasada etc, ter a chance de fazer cursos como o meu, onde a concorrência enorme e o custo absurdo (principalmente em particulares). (estudante de Medicina)

Por grande parte da nossa população ser parda/negra mas essa proporção não é vista dentro da universidade. (estudante de Medicina)

Entre os contrários à continuidade do sistema de cotas, a melhoria na educação básica é novamente citada como sendo a forma de equiparar o ingresso ao ensino superior. Seguem alguns relatos:

A ideia do sistema de cotas é igualar as oportunidades de acesso ao ensino superior a pessoas que não tiveram as mesmas chances, pois bem, as cotas para estudantes provenientes de escolas públicas já faz isso. E até as cotas para estudantes provenientes de escolas públicas futuramente deve ser extinta. Digo isto porque deve ser uma política a curto prazo e a longo prazo melhorar a educação nas escolas públicas. Não queremos peixe, queremos que nos ensinem a pescar. (estudante de Direito)

Não é o sistema de cotas que irá dar acesso às classes mais baixas acesso à universidade, e sim educação de base com qualidade. (formado em Ciências Econômicas)

De acordo com os gráficos, observa-se que para 94% dos informantes, o sistema de cotas deve continuar, no entanto, o percentual dos que incentivariam os filhos a optarem pelo ingresso em uma universidade pública via sistema de cotas cai para 69%. Essa queda no percentual, conforme relatos dos informantes deve-se basicamente ao fato de que pretendem dar aos filhos uma educação com melhor qualidade, diferente da que tiveram, para que os mesmos não precisem utilizar o sistema de cotas para ingresso no ensino superior e com isso não sofram com o preconceito eminente da sociedade. Seguem alguns relatos de informantes que responderam não desejar que seus filhos utilizem o sistema de cotas para ingressar em uma universidade pública:

Falando pelos dias atuais não o faria, hoje eu e meu marido temos uma condição de vida melhor e nosso filho muito provavelmente irá estudar em escola privada, mas com certeza saberá de sua origem e não negará a sua cor, pois os pais foram alunos negros e pobres e que graças às cotas conseguiram melhorar um pouco de vida. (formado em História)

Não, hoje eu posso oferecer muito mais ao meu filho do que a minha família pode me oferecer. (formado em Administração)

Pretendo dar a ele o máximo de mim para que tenha uma boa educação. (formado em Administração)

Porque quero que eles estudem em bons colégios, público ou privado e quero que ingressem sem necessitar de cotas. Eu quero que cotas continuem sendo para aqueles que não obtiveram acesso ao ensino médio de qualidade dos ricos. Se meu filho tiver a oportunidade de estudar sempre em bons colégios não faz sentido se utilizar das cotas para passar, mesmo que negro. Cotas são apenas para aqueles que não tiveram oportunidade de ensino de qualidade, não importa se branco ou negro. Um negro que sempre estudou em colégio particular de qualidade tem a mesma facilidade de entrar em uma universidade pública que uma pessoa branca. Portanto, neste caso específico não justifica a utilização de cotas. (formado em Direito)

Não, hoje eu posso oferecer muito mais ao meu filho do que a minha família pode me oferecer. (formado em Administração)

Se ele tiver uma qualidade de ensino boa, não tem porque utilizar um sistema desigual para promover igualdade. Cotas devem ser utilizadas como medida temporária. (estudante de Medicina)

Não, eu espero ter condições de pagar um ensino fundamental e médio privado e com isso ele não ocupar a vaga de cotas, dando oportunidade para outros. (estudante de Medicina)

De alguma forma, passar por cotas traz alegrias pelo ingresso no curso, mas o aluno precisa enfrentar muitos obstáculos. Espero que meus filhos não precisem das cotas. Não pelas cotas em si, mas passar por cotas implica em ter estudado em escolas ruins, em ter poucas condições financeiras. Não é uma passagem agradável pela Universidade, pois depois do ingresso, continuo com condições financeiras ruins, sem ter como trabalhar, a autoestima baixa, não desejo isso para meus filhos. (estudante de Medicina)

Pretendo trabalhar muito e poder dar uma educação de altíssima qualidade para meu filho, para que ele não passe pelo que eu passei na faculdade, as dificuldades e os preconceitos. (estudante de Medicina)

Ainda assim, o percentual de informantes que apoiam o ingresso dos filhos na universidade pública pelo sistema de cotas é maior do que os que pensam o contrário. A auto afirmação, a resistência, o fato dos resultados efetivos dessa política demandarem de um prazo maior, assim como a melhoria no ensino básico também carecer de um período para efetiva mudança, são alguns dos motivos que induzem os informantes a terem essa posição, conforme relatos a seguir:

Por ser um direito nosso, e por ajudar, de certa forma, eles a ingressarem na universidade. (estudante de Administração)

Embora minha esposa não concorde, acredito que ele deve se permitir ser beneficiário do direito adquirido por meio desta política de compensação. (estudante de Matemática)

É o direito dele (a), assim como eu, há grandes chances dele (a) sofrer com toda a questão do ensino precário ou pelo simples fato de ele (a) ser negro (a). Quero que meu filho (a) também tenha oportunidades e acesso a um ensino de qualidade. (estudante de Direito)

Uma forma de resistência. A Universidade é pública devemos nos apossar deste espaço que esteve tanto tempo disponível apenas a uma parcela da população, a branca. (estudante de Ciências Sociais)

Porque a luta por igualdade não se limita a nossa geração, nem à seguinte. Muitas gerações ainda vão ter que desfraldar essa bandeira num país tão apegado às normas de conduta da Casa Grande. (formado em História)

Porque a sociedade deve isso ao Brasil. E eu sou a primeira geração reparada. Não é com uma geração que se apagará a desigualdade, discriminação, e perseguição de 500 anos. (formado em Design Gráfico)

Ainda não tenho filhos, mas pensando sobre a questão, só não incentivaria um filho a prestar pelo sistema de cotas se eu pudesse lhe proporcionar um ensino de qualidade em boas instituições educacionais. Dessa forma acredito que ele estaria em condições de competir com igualdade com candidatos do sistema universal e de deixar o sistema de cotas para os candidatos que não tiveram as mesmas oportunidades. Do contrário, o incentivaria amplamente a prestar pelo sistema de cotas e ocupar a vaga que lhe é de direito, seja como estudante de escola pública, seja como negro. (formado em Educação Física)

Se a situação fosse a mesma vivida por mim sim, pois não sei qual será a situação. Provavelmente meus filhos poderão gozar de uma melhor educação básica e neste caso a resposta seria não. Mas analisando a situação hoje, considero que incentivaria sim, até pela auto afirmação. (formado em Direito)

Se meu filho tiver as mesmas condições que eu tive de estudo vai ser difícil que ele alcance uma vaga no vestibular sem cotas. (formado em Jornalismo)

Sim porque o ensino público na educação básica ainda é deficiente quando comparado ao ensino na rede privada. (formado em Matemática)

Por que o sistema de cotas é além de um direito e uma necessidade, uma maneira de se auto afirmar, e afirmar para a sociedade a nossa identidade enquanto pessoas negras. (formado em Design Gráfico)

Julgando ser necessário, devendo as oportunidades obtidas ao longo da vida não serem satisfatória no momento da prestação de um vestibular, aconselharia a utilizar o sistema de cotas. (formado em Educação Física)

Mas essa decisão vai caber a eles. Se como eu, eles avaliarem que o acesso à educação superior ainda for seletiva e injusta. Até lá, espero que tudo isso mude. (formado em Geografia)

Em síntese, a grande maioria dos informantes são favoráveis à continuidade do sistema de cotas, ainda que alguns não desejem que seus filhos necessitem desse meio para ingressar no ensino superior público, pois, por terem se utilizado das cotas e de se formarem, pretendem com isso dar melhores condições de aprendizado para os seus descendentes. De acordo com a opinião dos informantes, é senso comum que o acesso à universidade pelo sistema de cotas raciais é uma política de reparação perante a população negra, pois sem ela, o ingresso em um curso superior ainda seria uma utopia. Abaixo algumas opiniões dos informantes sobre o sistema de cotas raciais:

Acho necessário, sem isso não teria a ingresso de alunos negros na universidade. (estudante de Psicologia)

Acho essencial para promover maior acesso às universidades das pessoas pretas/pardas com baixa renda ou que tiveram um ensino fundamental e médio falho. Deve ser utilizada como medida temporária. Se a curto prazo ela promove acesso aos “menos privilegiados”, a longo prazo, é necessário que haja maior investimento no ensino básico para a posterior extinção desse sistema. (estudante de Medicina)

Eu acho válido, uma vez que a grande maioria são pessoas que vieram de escolas públicas e tem uma renda pouco baixa comparada a média da universidade. (estudante de Medicina)

Um direito que foi garantido através de muitas mortes e lutas do Movimento Negro, políticas de ação afirmativa que servem de reparação. (estudante de Ciências Sociais)

Sistema que está dando esperança para a população negra discriminada pela sociedade. (estudante de Design Gráfico)

Sou a favor até o ponto de se nivelar o acesso de negros e brancos à faculdade, depois disso penso não ser mais necessário. (estudante de Odontologia)

Acho que as cotas não seriam necessárias caso existisse igualdade, o que é utópico na sociedade atual, é só olhar o número de alunos brancos em uma universidade particular e analisar com o número de negros. É claramente desigual, considerando que estamos em um país com maioria negra. Essa realidade vem se modificando nas universidades públicas e esse fato merece ser comemorado e cada vez mais reforçado. Não creio que um negro tenha necessariamente que se apoiar em cotas para ingressar na faculdade, e me incomoda saber que muitas pessoas pensam dessa forma. (estudante de Relações Públicas)

Considero uma ação afirmativa de grande importância para a diminuição das desigualdades entre os grupos étnicos, e que vem revelando sua eficiência na oportunidade de acesso dos negros à Universidade pública. Considero, para potencializar os resultados dessa política pública, deveria ser acompanhada da melhora do sistema de ensino público, atingindo também as populações em situação de desigualdade econômica como um todo. (estudante de Ciências Sociais)

Além de ser um direito nosso, colabora com nossa entrada na Universidade. No entanto, é preciso saber lidar com preconceitos “indiretos” dentro da sala de aula. (estudante de Administração)

As cotas são necessárias, pois sem elas os negros continuariam fora do Ensino Superior Público. Porém elas deviam ser acompanhadas de mais ações de permanência dos alunos cotistas nas universidades, pois a maioria vêm de famílias de baixa renda (como no meu caso) e que sem apoio não tem como prosseguir na universidade, ainda mais quando ela fica em outra cidade. (formado em História)

É uma maneira de amenizar a distância que se formou em decorrência da desigualdade racial no Brasil. (formado em Administração)

Uma forma de tentar minimizar a dívida social do nosso país perante a população negra. (formado em Pedagogia)

Trata-se de uma política ação afirmativa essencial para viabilizar a inserção daqueles que são prejudicados em decorrência das desigualdades sociais e raciais. Portanto justas, constitucionais e precisam de aprimoramento para potencializar os seus efeitos. (formado em Educação Física)

O sistema de cotas raciais é fundamental na atual conjuntura social, política e econômica de nosso país, haja vista o fato de existir, ainda, segregação racial em

muitas esferas de nosso convívio social. A luta é atual e necessária. (formado em Psicologia)

Entendo que seja um instrumento que possibilita pessoas que tiveram seus direitos ontologicamente negados, a entrarem em uma universidade, nesse caso pública, que exige um grau de conhecimento do sujeito mais elaborado em relação há outras instituições de ensino. É uma forma justa de democratizar o acesso a uma educação de qualidade, a um grupo considerável de pessoas que foram desprestigiadas pela sociedade e governantes. O bacana dessa proposta que não desmerece em nada o aluno cotista é que a única coisa que o “diferencia” do restante dos ingressos é o acesso à vaga, porque o restante dos requisitos para a conclusão do curso são as mesmas dos demais, como ter que frequentar as aulas, fazer e apresentar trabalhos, tirar médias, etc. (formado em Educação Física)

A política cotas raciais é uma ação afirmativa, e a entendo com um instrumento de minimização dos problemas históricos que ainda aflige as populações indígenas, negras, pobres e deficientes. É uma componente necessária para promoção e democratização da universidade e do ensino superior, e ela dá voz e cria um processo de erradicação do silêncio que atua de forma sorrateira as instituições e setores da sociedade. (formado em Geografia)

O que se pode constatar analisando as respostas e opiniões dos diversos informantes da pesquisa é que, para a grande maioria, o sistema de cotas raciais se estabelece como um mecanismo que viabiliza a diminuição da desigualdade racial no ensino superior público e que ao ingressarem em uma graduação, mesmo tendo que enfrentar alguns percalços, são resistentes, permanecem e se formam, valorizando a oportunidade que tiveram e mostrando para a sociedade que são capazes de atuar nas mais diversas áreas profissionais. Destaca-se como grande adversidade a defasagem do ensino básico que os coloca em uma posição inferior aos demais estudantes ao tentarem ingressar em um curso superior, sendo a melhoria efetiva desse ensino a única maneira capaz de, a longo prazo, causar a interrupção do sistema de cotas raciais, desde que, paralelo a isso, a universidade transforme estudantes cotistas raciais em profissionais das mais diversas áreas e que a sociedade já tenha se habituado com negros médicos, dentistas, professores, engenheiros, arquitetos, psicólogos dentre outras profissões, quem sabe com isso a discriminação racial possa ser transformada na tão sonhada “democracia racial”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Porque lá na penitenciária tem 80% das vagas reservadas pra negros, lá tem. Lá na favela tem 90% dos barracos, dos espaços de favela, são reservados pra negro, e aqui na universidade tem 1%, porque ele não vê motivo pra ele estudar. O negro ainda não está na escola, então o que eu faço, fico pregando na cabeça de todo negro que eu vejo estudando e dizendo: vai, vai tentar o vestibular. (depoimento de D. Vilma, ANCHIETA, 2008).

No seu depoimento, D. Vilma, mulher de destaque do Movimento Negro de Londrina e que teve atuação reconhecida na implantação do sistema de cotas na UEL, expressa a revolta quanto à realidade em que vive sua população de origem. Infelizmente, D. Vilma foi vítima da intolerância racial e religiosa, em uma sociedade que custa admitir que a discriminação, nas suas diversas formas, existe e faz parte da vida dos menos favorecidos e da população negra. D. Vilma foi brutalmente assassinada em 2013. Ela sabia o que dizia e nesse depoimento, relata com clareza a realidade que, lamentavelmente, atinge aos negros e negras. Em um país que tem quase metade da sua população declaradamente preta ou parda, os mesmos não conseguem atingir posições de prestígio, obviamente por não terem as mesmas oportunidades que o restante da população. Ela também aponta para a perspectiva de que alguma mudança deve vir pela educação e pode ser por isso que lutou com tanta garra pelo sistema de cotas na universidade e pôde acompanhar alguns frutos que tal política apresentou.

O principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade. No caso da educação, as políticas devem ser centradas na promoção de uma escola básica de qualidade. Isso porque os estudantes que não conseguem acessar o ensino superior, por meio do vestibular, encontram-se em defasagem no nível de escolarização recebida em relação àqueles que podem custear seu ensino, antes de ingressar na universidade. A mudança no ensino básico demanda vários anos, e enquanto isso não ocorre efetivamente, como mudar a situação dos negros dessa geração? Primeiramente, se faz necessário assumir que o país é desigual e segregacionista, e que a população negra necessita de políticas exclusivas voltadas a ela, para que o sonho de ingressar em uma universidade pública se torne realidade. Com isso, o sistema de reserva de vagas nas universidades públicas vem como grande trunfo para essa população, pois a partir dele as portas da universidade se abrem para os negros, fazendo com que os mesmos almejem um lugar na academia e com isso tenham a garantia de uma representatividade em setores da sociedade com maior prestígio e melhor remuneração.

Em relação a isso, o governo federal, depois de décadas de discussões e superando os que se colocavam contra, regulamentou o sistema de cotas, incluindo as raciais, com a Lei Federal 12.711/2012 que garante reserva de vagas para negros, de acordo com o censo do IBGE, sobre 50% das vagas ofertadas em todas as universidades e institutos federais do país. Porém quando se observa as universidades estaduais do país, apesar de 50% delas oferecerem alguma política voltada aos negros, somente os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais possuem uma regulamentação estadual para tal política, enquanto que no estado de São Paulo, onde estão as melhores universidades do país, como USP, Unicamp e UNESP, apenas a última citada tem uma política de reserva de vagas voltada aos negros. No Paraná, entre as sete estaduais, apenas duas possuem cotas raciais, UEPG e UEL, sendo essa a instituição que se estudou pelo fato da obtenção tanto de dados quantitativos, quanto qualitativos, uma vez que os estudantes cotistas raciais puderam ser identificados através dos editais de homologação de matrícula, diferentemente da UEPG onde não se tem identificação nominal dos ingressantes pelo sistema de cotas.

Diante disso, a presente dissertação se deu com os dados da política de cotas raciais da UEL, no período de 2005, quando da sua implementação, até 2014, dez anos após, e, com bases teóricas da sociologia, tentou-se analisar e compreender a presença dos estudantes cotistas negros nos diversos cursos de graduação, ao longo desse período.

O estudo teve como principal objetivo apresentar dados que comprovassem que o sistema de cotas, contrariando a ideia de muitos, não diminuiu a qualidade do ensino superior bem como que os estudantes cotistas raciais, apesar do acesso diferenciado, enfrentam todas as dificuldades relacionadas a um curso superior, além das que são exclusivas a eles, como preconceito e discriminação e ainda assim conseguem se diplomar, encaminhando-se para várias carreiras e também para programas de pós-graduação no Brasil e no exterior.

Nos capítulos apresentados, essa comprovação tornou-se evidente diante dos dados quantitativos, os quais demonstraram que, desde a escolha do curso superior, os estudantes negros, usufruindo da política, fizeram suas opções, incluindo cursos de maior concorrência, que os levaram para profissões com maior prestígio, como Medicina e Direito.

Os dados quantitativos também comprovam que ao ingressarem nos diversos cursos ofertados pela UEL, os estudantes cotistas, utilizando-se de estratégias pessoais, atingiram índices de formação que os colocam em igualdade com os estudantes que ingressaram pelo sistema universal.

Passados dez anos da implementação das cotas raciais, o que se observou foi que no ano de 2014 houve uma queda de aproximadamente 22% no número de inscritos no

vestibular, o que resultou em um baixo número de matriculados pelo sistema de cotas raciais. Ao analisarmos os inscritos pelo sistema universal, esse percentual chega a 24%. Com isso, em 2014, a UEL apresentou um percentual de 21% de vagas ociosas no quadro geral de vagas ofertadas. Isso retrata um problema generalizado na instituição, não cabendo aferir tal fato somente ao sistema de cotas raciais. Uma das causas dessa situação pode ser os poucos egressos do ensino médio ou egressos com pouca qualificação, bem como as diversas oportunidades que as instituições privadas estão oferecendo com benefícios do governo federal. Para tentar solucionar esse problema, a partir da seleção de 2016 a UEL aderiu ao SiSU para oferecer ou completar vagas nos diversos cursos de graduação. Vale ressaltar que esse sistema também oferece reserva de vagas para estudantes negros, sendo assim, mantém-se a garantia do acesso diferenciado a essa população.

Na pesquisa qualitativa, o tamanho da amostra não necessariamente refletiu a população estudada do ponto de vista estatístico, mas foi um retrato dela. Com ela pôde-se verificar a dimensão da mudança que a política de cotas proporcionou, mudança de expectativas, de sonhos, de realidades e de realizações. O caminho para isso não foi, para os que se formaram, e ainda não é, para os que estão cursando a graduação, um caminho fácil, pois o racismo institucional ainda ronda estes que têm na cor da pele, ou no cabelo cacheado, motivos para serem subjugados.

O que se pode afirmar em relação aos estudantes cotistas negros é que os mesmos se dispuseram a frequentar algum dos cursos ofertados pela UEL e que corroboraram o entendimento de Lahire acerca da condição individual que cada um utiliza para atingir um objetivo, pois em uma visão geral, estudantes negros oriundos de escola pública, não possuiriam um *habitus* adequado para ingressar em um curso superior, principalmente em uma universidade pública, tampouco teriam *habitus* para concluir tal curso. Constata-se que o *habitus* não é uma habilidade natural, mas social; é constante, mas não perpétuo e, quando os indivíduos se colocam em outras situações de práticas que os desafiam, esses se permitem viver experiências que se sobrepõem às disposições impostas a sua classe anteriormente. Numa concepção lahireana, os estudantes cotistas negros obtiveram sucesso, dadas as disposições originadas com a oportunidade de ingressarem em um curso superior.

É fato que os dados mostrados nessa dissertação comprovam uma transformação significativa na vida das pessoas pertencentes a esse estrato da população a partir da conclusão de um curso superior, no entanto quando se compara ao tamanho dessa população, percebe-se que ainda há muito que se fazer. Melhorias no ensino básico público podem, em longo prazo, refletir no ingresso no ensino superior, no entanto, a grande modificação deve ser

passada de geração para geração, quando os estudantes que se formaram e que ainda se formarão influenciarão seus filhos diferentemente da forma como foram influenciados. Quando as crianças vêem seus pais lendo, estudando ou atuando em profissões para as quais foram qualificados, passam a ver isso como algo ‘natural’, fato que os levará a construir sua identidade social através deles. Certamente essa situação causará uma grande mudança na sociedade.

Por se tratar de um mestrado profissional, e diante da rediscussão na UEL sobre o sistema de cotas, incluindo as raciais, em 2017, espera-se que essa dissertação, com seus dados quantitativos e qualitativos que mostram as características, os resultados positivos e, conseqüentemente, a importância da reserva de vagas, contribuam para a manutenção do sistema. O que mais se espera é que, no futuro, questões raciais não tenham que ser colocadas em discussão e que para as próximas gerações ingressem no ensino superior público seja apenas uma consequência de suas escolhas, que a sociedade seja miscigenada em todos os seus setores e que isso ocorra de forma natural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU. **Mantida a legitimidade do sistema de cotas instituído pela UFPR**. 02/12/2009. Disponível em:

<http://www.agu.gov.br/page/content/imprimir/id_conteudo/112062>. Acesso em: 19/10/2015.

AFROPRESS. Agência de Notícia. **Criador das cotas na UnB diz que Lei do Governo é retrocesso**. 2014a. Disponível em:

<<http://www.afropress.com/post.asp?id=16240#UyHB8kBUWII.facebook>>. Acesso em: 18/10/2015.

_____. **Em decisão histórica UnB cria cota racial de 5%, além da cota social**.

04/04/2014b. Disponível em: <<http://www.afropress.com/post.asp?id=16423>>. Acesso em: 18/10/2015.

ALVES, A. R. C. Do habitus aos hábitos: reflexões sobre a prática na teoria social contemporânea. **39º Encontro Anual da ANPOCS**. 2015. Disponível em:

<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9946&Itemid=461> Acesso em: 23/07/2016

ANCHIETA, K. A. **História da implantação do sistema de cotas para negros na universidade Estadual de Londrina – UEL (2000-2005)**. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. Capital intelectual: verdades e mitos. **Revista Contabilidade e Finanças**, v.13, n. 29, São Paulo: May/Aug. 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772002000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 20/10/2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **O Senso Prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 2009.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática. 1983.

BRASIL. Cidadania e Justiça. **Em 3 anos, 150 mil negros ingressaram em universidades por meio de cotas**. 22/03/2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas>> Acesso em: 20/07/2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Inep. **Evolução do ensino superior – graduação: 1980-1998**. Brasília, 1999.

CHARÃO, C. **O longo combate às desigualdades raciais**. 2011. 2011 . Ano 8 . Edição 70. IPEA: desafios do desenvolvimento. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2674:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 16/10/2015.

CHOUDHARY, S. A CGNet e o Jornalismo Cidadão na Índia. **eJournal USA**, Departamento de Estado dos EUA, v. 14, n. 6, junho 2009. Disponível em: <<http://photos.state.gov/libraries/amgov/30145/publications-portuguese/0609p.pdf>> Acesso em: 27/07/2016.

CONCEIÇÃO, F. Cotas e o “*jus speniandi*”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 dez. 2002, p. A3. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2002/12/02/2>>. Acesso em: 22/09/2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CULT. **Pequeno glossário da teoria de Bourdieu**. 2008. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/pequeno-glossario-da-teoria-de-bourdieu/>>. Acesso em: 17/03/2016.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1. Resenha de: NUNES, G. P. A. A Integração do Negro na Sociedade de Classes: uma difícil via crucis ainda a caminho da redenção. *Cronos*, Natal-RN, v. 9, n. 1, p. 247-254, jan./jun. 2008.

GAZETA DO POVO. Em decisão unânime, STF valida cotas raciais em universidades. **Caderno Vida e Cidadania**. 26/04/2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/em-decisao-unanime-stf-valida-cotas-raciais-em-universidades-23rpzap448fb9dp42tzz3zej2>>. Acesso em: 17/10/2015.

_____. UEM adota cotas sociais no vestibular, mas rejeita as raciais. **Caderno Vida e Cidadania – Maringá**. 16/01/2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/uem-adota-cotas-sociais-no-vestibular-mas-rejeita-as-raciais-bdi4yy0ly1skg6q0f8tlz3r66>>. Acesso em: 30/09/2015

GEMAA. Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. **Ação afirmativa no mundo**. 2011. Disponível em: <<http://gemaa.iesp.uerj.br/dados/experiencias-internacionais/item/86-india.html>>. Acesso em: 17/10/2015.

GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, São Paulo, março 2003a.

_____. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003b.

_____. Exclusão social e exclusão escolar da perspectiva da emoção. In: **Anais da 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação** –

ANPED. Poços de Caldas-MG, out. 2003c. Disponível em:
<<http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/anaarchangeloguimaraes.rtf>. Acesso em 26/07/2016.

_____. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo, Editora 34. 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1998. **Metodologia da Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio, 1997**. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Volume Brasil**. 2013.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/brasil_de_faultxls_brasil.shtm>. Acesso em: 22/10/2015.

INEP. **Censo da educação superior 2013**: resumo técnico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

LAHIRE, B. Por uma sociologia disposicionalista e contextualista da ação. In: JUNQUEIRA, L. (org). **Cultura e classes sociais na perspectiva disposicionalista**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

_____. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, problemas e práticas**, nº 49, 2005.

_____. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **O homem plural**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LEMOS, M. R. Estratificação social na teoria de Max Weber: considerações em torno do tema. **Revista Iuminart**, Ano IV, nº 9, Nov/2012. Disponível em:
<<http://ti.srt.ifsp.edu.br/revistailuminart/index.php/iluminart/article/view/143/146>>. Acesso em: 27/07/2016.

LIMA, P. L. T. de. A Importância de Políticas Públicas de Ação Afirmativa para Negros no Brasil. **Plurais**: Revista Multidisciplinar da UNEB, Salvador, v. 1, n.1, p. 92-119, jan./abr. 2010.

MEDEIROS, C. A. **Na Lei e na Raça**: Legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MENEZES, P. L. de. **As políticas de ação afirmativa e a questão racial**. Especial: “A polêmica das cotas”. Sindicato dos Professores de São Paulo – SINPRO, 18 mar. 2003.

Disponível em:

<http://www.sinprosp.org.br/reportagens_entrevistas.asp?especial=16&materia=69>. Acesso em: 15/09/2015.

MOEHLECKE, S. Ação Afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002.

MORAES, F. **No país do racismo institucional**: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE – GT Racismo. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

MORI, M. E.; COELHO, V. L. D.; NETTO ESTRELLA, R. C. Sistema Único de Saúde e políticas públicas: atendimento psicológico à mulher na menopausa no Distrito Federal, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, set. 2006.

MUNANGA, K. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior. In: PACHECO, J.; SILVA, M. N. (org). **O negro na universidade**: o direito à inclusão. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

_____. Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001.

NASCIMENTO, A. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. In.: **Estudos Avançados**. v. 18, n. 50, p. 209-224, 2005.

NAVARRO, R. **O que é a sociedade de castas que existe na Índia?** Edição 66. 200?. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/o-que-e-a-sociedade-de-castas-que-existe-na-india>> Acesso em: 27/07/2016.

NOGUEIRA, C. M. M. A abordagem de Bernard Lahire e suas contribuições para a sociologia da educação. **36ª Reunião Nacional da ANPED** – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_sessoes_especiais/se_08_claudionogueira.pdf>. Acesso em: 17/11/2015.

_____. Escolha Racional ou Disposições Incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. **Estudos de Sociologia**. v. 2, n. 18. 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/issue/view/7>>. Acesso em: 18/10/2015.

OLIVEIRA, G. V. de. A possível (in) constitucionalidade das cotas raciais no acesso ao ensino superior frente ao princípio da igualdade. 2012. 67 f. **Monografia** (Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais). Curso de Direito. Universidade de Passo Fundo, Carazinho, RS, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.upf.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/184/CAR2012Gabriel%20Vitor%20deOliveira.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27/07/2016.

OLIVEIRA, S. B. de. O repórter-amador: uma análise das disposições sociais motivadoras das práticas jornalísticas do cidadão comum. Recife. 2013. **Tese de Doutorado**. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11863/Tese%20Sheila%20Borges%20de%20Oliveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25/10/2015.

OSORIO, R. G. **Texto para discussão n. 996**. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Brasília: IPEA, novembro de 2003.

PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da (orgs). **O negro na universidade: o direito a inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PAIXÃO, M. **A agenda perdida: igualdade racial no Brasil**. 2011a. Ano 8 . Edição 70. 2011. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2689:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 15/10/2015.

_____. **Entrevista com Marcelo Paixão**. 14/07/2014. Disponível em:

<<http://www.geledes.org.br/entrevista-com-marcelo-paixao/>> Acesso em: 16/03/2016.

PAIXÃO, Marcelo et al. (org.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010**. Rio de Janeiro: Laeser; IE/UFRJ, 2011. Disponível em:

<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf>. Acesso em: 16/10/2015.

PAUL J.; SILVA, N. V. Conhecendo o seu lugar: a auto-seleção na escolha de carreira. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, vol. 14, n. 1, p. 115-130, 1998.

ROLAND, E. Cotas para promover a igualdade. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 mai. 2002. Caderno FOVEST, p. 5. Disponível em:

<<http://acervo.folha.com.br/fsp/2002/05/23/29>>. Acesso em: 22/09/2015.

SÁ, M. G. de. **A Sociologia Disposicionalista e o Homem de Negócios Contemporâneo. VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Florianópolis. 2010. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2010/2010_ENEO435.pdf>. Acesso em: 26/10/2015.

SANTOS, S. A. dos (org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=652-vol5afr-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 16/10/2015.

_____. Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, Questão Racial, Mercado de Trabalho e Justiça Trabalhista. **Rev. TST**, Brasília, vol. 76, no 3, jul/set 2010.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learnig, 2013.

SEPPPIR. **FIPIR defende cotas na UEL**. Agosto 2011. Disponível em:

<<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/destaques/FIPIR%20defende%20cotas%20na%20UEL%20agosto%202011.pdf/view>>. Acesso em: 06/10/2015.

SETTON, M. da G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, maio-ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>>. Acesso em: 19/07/2016.

SICON. Sistema de Informações do Congresso Nacional. **Decreto nº 65.810**. 08/12/1969. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=94836>>. Acesso em: 27/09/2015.

SILVA, J.; JACCOUD, L.; SOARES, S.; SILVA, W. A promoção da igualdade racial no primeiro semestre de 2007 e os programas de ação afirmativa nas universidades públicas. In: JACCOUD, L. (org.) **A construção de uma política da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos**. Brasília: Ipea, 2009. p.171-204.

SILVA, M. N. da. Uma Década das Ações Afirmativas na UEL (2004-2014). **Tomo: Revista do Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Sociologia**. Universidade Federal do Sergipe. n. 24. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/3190/2792>>. Acesso em: 07/10/2015.

SILVA, M. N. da; PACHECO, J. Q. As cotas raciais na Universidade Estadual de Londrina-UEL: balanço e perspectivas. In: Jocélio Teles dos Santos. (Org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004- 2012)**. Salvador: UFBA/CEAO, 2013.

SOUZA, A. A.; SILVA, J. L. F. da; PINHEIRO, S.; CORREIA, G. **Dificuldades no aprendizado de cálculo diferencial e integral nas licenciaturas da área de ciências**. Ceará, 2009. Disponível em: <<http://artigonovo.blogspot.com.br/p/artigos-e-projetos.html>>. Acesso em: 14/03/2016

TELLES, E. Em retrospectiva: uma revisão das políticas de inclusão racial do Brasil após dez anos. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, nº 6, jan/jul, 2010, p. 129-142.

UEL. **Resolução CU 078/2004**. 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/divisao-politicas-graduacao/resolucao_cu_2004_78.pdf>. Acesso em: 05/10/2015

UEL/PROGRAD. **Relatório de homologação de matrículas dos candidatos aprovados e que se autodeclararam negros, no processo seletivo vestibular 2012**. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/divisao-politicas-graduacao/documentos/relatorio_candidatos_negros_vestibular_2012.pdf>. Acesso em: 09/10/2015.

UEPG. **Avaliação do desempenho e da situação acadêmica dos ingressantes pela Política de Cotas instituída na UEPG no período 2007-2012**. 2013. Disponível em: <<http://sites.uepg.br/proplan/dai/gestao-de-avaliacao/politicas-e-programas/relatorios>>. Acesso em: 04/11/2015.

UnB CLIPPING. **DEM ajuíza ação contra sistema de cotas**. 21/07/2009. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmo.php?id=37768>>. Acesso em: 10/06/2015.

ANEXOS**Questionários utilizados na pesquisa****Pesquisa com alunos cotistas raciais da UEL**

Esse questionário faz parte da pesquisa de mestrado intitulada "A presença de cotistas negros nas universidades públicas do Paraná: uma análise sobre a UEL". Todas as informações serão usadas apenas para fins acadêmicos e com a garantia do anonimato.

*Obrigatório

Qual curso você faz? *

Fez cursinho pré-vestibular? *

- Sim
- Não

Passou no primeiro vestibular? *

- Sim
- Não

Qual turno do seu curso? *

- Integral
- Matutino
- Vespertino
- Noturno

É sua primeira graduação? *

- Sim
- Não

O que o levou a escolher esse curso? *

Com quantos anos entrou na universidade? *

- Entre 18 e 20 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Acima de 25 anos

Qual escolaridade dos seus pais? *

- Ensino Fundamental Completo (1ª a 8ª série)
- Ensino Fundamental Incompleto (1ª a 8ª série)
- Ensino Médio Completo

- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Ensino Superior Incompleto

Se seus pais concluíram o ensino superior, qual curso fizeram?

Outros membros da sua família têm curso superior? *

- Sim
- Não

É natural de Londrina? *

- Sim
- Não

Se sim, mora em qual bairro?

Se não, veio de qual cidade/estado?

Qual sua opinião em relação ao acesso à universidade pelo sistema de cotas raciais? *

Como soube da existência do sistema de cotas raciais na UEL?*

- Na escola
- No cursinho
- Por intermédio de outros alunos cotistas
- TV
- Jornal
- Rádio

Outro: _____

Se não tivesse o sistema de cotas você acha que ingressaria na UEL? *

- Sim
- Não

Por que? _____

Já sofreu alguma discriminação por ser cotista racial? *

- Sim
- Não

Se sim, como foi? _____

Como pretende se manter durante o curso? *

- Ajuda dos pais
- Fazer estágio remunerado
- Tem um emprego

Outro: _____

Quais as principais dificuldades que você está enfrentando no seu curso? *

E quais são as suas estratégias para enfrentar tais dificuldades?*

Quais as expectativas para quando terminar a graduação? Pretende trabalhar na área, fazer uma pós-graduação? *

Em relação ao sistema de cotas, você acha que deve continuar?*

Sim

Não

Por que? _____

Quando você tiver filhos, ou se já tem, incentivaria seu filho a ingressar em uma universidade pública pelo sistema de cotas? *

Sim

Não

Por que? _____

Se quiser deixe algum relato, curiosidade, alguma situação que viveu na universidade relacionada à questão de raça.

Pesquisa com alunos cotistas raciais já formados na UEL

Esse questionário faz parte da pesquisa de mestrado intitulada "A presença de cotistas negros nas universidades públicas do Paraná: uma análise sobre a UEL". Todas as informações serão usadas apenas para fins acadêmicos e com a garantia do anonimato.

*Obrigatório

Qual curso você fez? *

O que o levou a escolher esse curso? *

Com quantos anos entrou na universidade? *

- Entre 18 e 20 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Acima de 25 anos

Qual escolaridade dos seus pais? *

- Ensino Fundamental Completo (1ª a 8ª série)
- Ensino Fundamental Incompleto (1ª a 8ª série)
- Ensino Médio Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Ensino Superior Incompleto

Se seus pais concluíram o ensino superior, qual curso fizeram?

Outros membros da sua família têm curso superior? *

- Sim
- Não

É natural de Londrina? *

- Sim
- Não

Se sim, mora em qual bairro?

Se não, veio de qual cidade/estado?

Atualmente mora em qual cidade/estado? *

Qual sua opinião em relação ao acesso à universidade pelo sistema de cotas raciais? *

Se não tivesse o sistema de cotas você acha que ingressaria na UEL? *

Sim

Não

Por que? _____

Você sofreu alguma discriminação por ser cotista racial? *

Sim

Não

Se sim, como foi e como lidou com tal situação?

Quais foram as principais dificuldades enfrentadas durante a graduação? *

E quais foram as suas estratégias para lidar com essas dificuldades? *

Quais eram suas expectativas após o término da graduação? Você conseguiu atingir suas expectativas? *

O que o curso superior mudou em sua vida? *

Você está atuando na sua área?

Sim

Não

Ingressou em algum curso de pós-graduação? *

Sim

Não

Se sim, em qual curso/instituição? _____

Em relação ao sistema de cotas, você acha que deve continuar?*

Sim

Não

Por que? _____

Quando você tiver filhos, ou se já tem, incentivaria seu filho a ingressar em uma universidade pública pelo sistema de cotas? *

Sim

Não

Por que? _____

Se quiser deixe algum relato, curiosidade, alguma situação que viveu na universidade relacionada à questão de raça.
